

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO**  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Teologia

**JEDEIAS DE ALMEIDA DUARTE**

O pastoreio de Deus e o pastorado da Igreja:  
A Igreja, agência de pastoreio

Mestrado em Teologia

São Paulo  
2016

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO**  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Teologia

**JEDEIAS DE ALMEIDA DUARTE**

O pastoreio de Deus e o pastoreio da Igreja:  
A Igreja, agência de pastoreio

Mestrado em Teologia

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Teologia Sistemática, sob a orientação do Prof. Dr. Kuniharu Iwashita

São Paulo  
2016

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO**  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Teologia

**Banca Examinadora**

---

---

---

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Supremo Pastor, autor e consumidor da minha fé Jesus Cristo. O sempre presente na busca das ovelhas perdidas, conduzindo o seu rebanho para águas tranquilas.

A minha esposa Dulcinéia Duarte, que vive o Evangelho da graça, incentivando-me a caminhar, mesmo em lugares sombrios, horas escuras, lindas tardes de verão e belo entardecer nos invernos da existência.

Aos meus filhos: Stefanie e Apolo, ovelhas do Supremo Pastor que recebem os cuidados pastorais, motivos primeiros das minhas intercessões pelo pastorado de Deus na humanidade.

Ao Prof. Dr. Kuniharu Iwashita, orientador de minha dissertação. Agradeço sua dedicação, paciência e encaminhamentos e vivência do Evangelho de Jesus Cristo.

Aos amigos do Grupo Caminhada, amigos certos, distantes e presentes.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar alguns fundamentos bíblico teológicos do pastorado de Deus na caminhada do seu povo, observando num primeiro momento nos tempos bíblicos, seguido da vivencia deste pastorado na vida igreja através de alguns Concílios Gerais e em alguns expoentes da teologia cristã tanto Católicos quanto Protestantes.

Justifica-se o presente estudo pela possibilidade de complementariedade que a Teologia possui nas tradições Católico Romana e Protestante Histórica em alguns principios teológicos da Teologia da Vocação Pastoral, que pode gerar benefícios mútuos a ramos do Cristianismo, especialmente a Religiosos dessas tradições cristãs.

Parte da hipótese que é possível conhecer e identificar algumas conexões nas tradições Católico Romana e Protestante Histórica na Teologia da Vocação Pastoral, através da pesquisa bibliográfica que é a metodologia utilizada para aferir a possibilidade da hipótese.

Os resultados obtidos nesta fase da pesquisa apontam para a possibilidade de conhecer a Teologia da Vocação Pastoral, de encontrar pontos de conexão e dialogo entre religiosos dos grupos pesquisados e por fim se propor uma agenda mínima para desenvolvimento de um projeto teológico que visa o crescimento ministerial de religiosos ligados por principios teológicos da Teologia da Vocação Pastoral.

Palavras Chaves: Vocação pastoral; ministério pastoral; Vaticano II; Igreja Presbiteriana do Brasil; *Pastores Dabo Vobis*

## ABSTRACT

The objective of this Research is to analyze some Biblical and Theological foundations of the pastorate of God in the journey of his people. First having a view at biblical times, following by experiences of his pastorate in Church life through some General Councils and also some representatives of Christian Theology Catholics as well as Protestants together.

This Study is justified by the possibility to happens a complementarity in the Theology between the Roman Catholic and Protestant Historical traditions with some theological principles of Vocation Pastoral Theology (Pastoral Calling). This connections it can generate mutual benefits for the branches of Christianity, especially the religious (Priests and Pastors) of these Christian traditions.

From the thesis of this Research suppose that is possible to know and to identify some connections between the Roman Catholic and Historical Protestant traditions in Theology of Vocation Ministry, through the bibliographic research in that is the methodology used to assess the possibility of the thesis.

This research has two phases, the first is it this bibliographic research. This phase of the Research can appointing some results to the possibility of knowing the Theology of Vocation Ministry and to find points of connection and dialogue between religious of the surveyed groups and finally propose a minimum agenda to develop a theological project to the ministerial growth religious linked by theological principles of Theology of Vocation Pastoral.

Keywords: The pastoral Calling; pastoral ministry ; Vatican II ; Presbyterian Church of Brazil ; *Pastores Dabo Vobis*

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>4</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUCAO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPITULO 01 – FUNDAMENTOS BÍBLICO TEOLÓGICOS DO PASTOREIO DE DEUS – UMA PROPOSTA DE LEITURA POIMÊNICA DAS SAGRADAS ESCRITURAS.....</b>	<b>13</b>
1.1 Alguns fundamentos linguísticos de algumas expressões bíblicas para Pastor. ....	13
1.2 Uma leitura cultural do pastoreio na narrativa bíblica .....	16
1.3 Uma leitura panorâmica da dinâmica do pastoreio de Deus em alguns períodos bíblicos. ....	18
1.4 O pastoreio de Deus mediante o Bom Pastor: Jesus Cristo. ....	25
1.5 O Bom Pastor e a Igreja no encontro com Mulher Samaritana. ....	28
<b>CAPITULO 2 - UMA TEOLOGIA DA VOCAÇÃO MINISTERIAL NA TEOLOGIA CATÓLICA: O PASTOREIO DA IGREJA ATRAVÉS DO MAGISTÉRIO (ANÁLISE DE ALGUNS DOCUMENTOS). ....</b>	<b>38</b>
2.1 A importância dos Concílios Ecumênicos da Igreja na sua missão de pastoreio do povo de Deus.....	38
2.2 Algumas contribuições conciliares para o pastoreio da Igreja.....	41
2.2.1 Concilio Vaticano I (1869-1870).....	42
2.2.2 Concilio Vaticano II (1962-1965).....	43

2.2.2.1 <i>Lumen Gentium</i> .....	44
2.2.2.2 <i>Dei Verbum</i> .....	44
2.2.2.3 <i>Gaudium Et Spes</i> . ....	45
2.2.2.4 <i>Optatam totius</i> . ....	46
2.2.2.5 <i>Presbyterorum ordinis</i> . ....	47
2.3 O Sinodo Geral dos Bispos como instrumento de pastoreio da Igreja à luz do Concílio Vaticano II. ....	49
2.4 Pastores <i>Dabo Vobis</i> – Uma teologia pastoral para pastoreio da Igreja (uma leitura protestante).....	52
<b>CAPITULO 3 - UMA TEOLOGIA DA VOCAÇÃO MINISTERIAL NA TRADIÇÃO PROTESTANTE HISTÓRICA REFORMADA.....</b>	<b>75</b>
3.1 A tradição protestante histórica reformada e a Igreja Presbiteriana do Brasil.....	75
3.2 A vocação como um chamado de Deus à existência e à missão.....	76
3.3 Uma proposta de sistematização da teologia da vocação ministerial na tradição protestante histórica reformada. ....	83
3.3.1 A natureza da teologia da vocação: Igreja de sacerdotes. .	83
3.3.2 A extensão prática da teologia vocação na tradição protestante histórica reformada: Palavra e Sacramentos. ....	86
3. 4 O reconhecimento da vocação na tradição protestante histórica reformada: vocação interna e vocação externa.....	92
<b>CONCLUSÃO. ....</b>	<b>99</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>103</b>



## INTRODUCAO

Este trabalho debruça-se sobre a pressuposição que a vocação pastoral ou vocação sacerdotal pode ser estudada sob o prisma de algumas tradições cristãs. Parte do pressuposto que é possível sob análise das Escrituras e de algumas tradições da Igreja em suas ramificações, católico e protestante-reformada conhecer a teologia da vocação ministerial.

Olhando o contexto, parece que o cristianismo em sua expressão histórica no terceiro milênio experimente uma estagnação ou encolhimento no crescimento numérico e na práxis da espiritualidade dos fiéis nas comunidades locais, não sendo porem objeto deste estudo a análise deste fator. Contudo, parece também que ocorre uma diminuição do número de vocacionados para o pastoreio, perceptível ao observar-se a densidade de cristãos praticantes tanto católicos quanto protestantes históricos em face a população brasileira, no grande número de brasileiros sem vínculos com o cristianismo e com a Igreja em suas múltiplas expressões históricas e teológicas.

Esta pesquisa se sustenta sob três vertentes. A possibilidade de uma leitura bíblica buscando alguns fundamentos teológicos para se conhecer o pastoreio de Deus nas Sagradas Escrituras e o desenvolvimento deste pastoreio sobre o povo de Deus no Antigo e no Novo Testamentos. A possibilidade de analisar o pastoreio da Igreja através da interpretação dos fundamentos bíblicos externada no Magistério, fazendo uma análise da vocação pastoral no último Concílio Ecumênico e na práxis do espírito do Vaticano II neste assunto através da Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores Dabo Vobis* de S. João Paulo II. E também, na possibilidade de análise do pensamento protestante reformado através do estudo de alguns teólogos de tradição protestante histórico reformada.

Busca-se em sua sustentação conhecer a teologia da vocação pastoral a partir destes segmentos do cristianismo apontando algumas conexões ou desconexões da teologia católica romana e da teologia protestante reformada com o ministério pastoral da atualidade. Por fim, apresenta uma proposta de agenda mínima para troca de informações, discussões e aproximação entre

vocacionados católicos e protestantes buscando desenvolver pontos de contato na vivência ministerial a partir de uma teologia da vocação.

No primeiro capítulo observa-se uma tentativa de apresentar alguns fundamentos bíblico-teológicos sobre o pastoreio de Deus nas Sagradas Escrituras. A observação parte do pressuposto que existiu um desenvolvimento da Revelação de Deus, nas Sagradas Escrituras, se assim for, existe a possibilidade de afirmar que o pastoreio de Deus é uma figura bíblica que aponta para o pastoreio do Jesus Cristo em sua Igreja e no mundo. Procura ainda conhecer algumas possibilidades do cuidado pastoral no seu significado bíblico, faz-se, mediante uma proposta de narrativa bíblica que aponta para uma manifestação messiânica progressiva e assim, contribuí para a construção da figura de uma nova aliança onde o Cristo foi levantado como pastor supremo da Igreja e por seu intermédio, pastor das nações.

De modo sistemático o primeiro capítulo se detém na busca de uma compreensão do termo *pastor* nas Sagradas Escrituras sob a ótica de uma narrativa bíblico-histórica. Segue observando alguns aspectos culturais tanto da nação hebreia quanto de outras nações que estavam próximas, conforme registros no Antigo Testamento. Em seguida procura observar a manifestação dinâmica do pastoreio de Deus tentando fazer algumas aplicações literárias e teológicas trata-se de uma tentativa de encontrar explicações para algumas ações do próprio Deus em relação ao seu povo e aos demais povos da terra, ao exercer o papel e se apresentar como pastor.

Ainda no primeiro capítulo, a trilha de revisão bibliográfica e reflexões teológicas escolhida possui como pano de fundo uma cosmovisão bíblica que pressupõe uma revelação progressiva das Sagradas Escrituras. Neste sentido procura-se uma narrativa que enxergue nos escritos do Antigo Testamento um prenúncio do que aconteceria no Novo Testamento e depois na era da Igreja. Utiliza-se como fato para transposição da história bíblica para a história posterior a Bíblia, o encontro de Jesus e o diálogo com a Mulher Samaritana nos termos do registro do capítulo 04 do Evangelho de São João, parece que este é o diálogo contínuo de Jesus com a Igreja que composta de pecadores é alcançada pela graça e torna-se instrumento de graça onde for plantada. A conclusão deste

capítulo repousa em reflexões missiológicas a partir da narrativa bíblica escolhida, especialmente do estudo de caso feito em São João 4, trata-se de uma tentativa para auxiliar a Igreja na condução do ministério pastoral na sua atual conjuntura histórica.

No segundo capítulo, uma teologia de pastoreio ou uma teologia da vocação ministerial é buscada na tradição católica a partir da análise de alguns documentos da Igreja, observando que o Magistério da Igreja é um elemento de pastoreio da Igreja no presente e na história. Busca-se assim, observar a importância dos Concílios Ecumênicos, fazendo alusão ao Concílio de Jerusalém e alguns dos 21 Concílios Gerais da Igreja.

Os limites de algumas contribuições para o pastoreio da Igreja estão em alguns documentos do Concílio do Vaticano I (1869-1870) e em alguns outros documentos do Concílio Vaticano II (1962-1965). Prossegue para o Sinodo Geral dos Bispos como mecanismo pastoral de aplicação do Concílio Vaticano II, desde a sua criação até a sua última Assembléia de 2015, para buscar o principal documento de análise que é a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores Dabo Vobis*. Debruça-se teologicamente, de forma pastoral sobre esse documento, conectando a sua natureza, extensão e essência do pensamento aos fundamentos bíblicos e estes com o ensino do Magistério.

No documento *Pastores Dabo Vobis*, é feita uma leitura analítica a partir numa visão teológica de lastro teológico protestante histórico. A Exortação Apostólica Pós-Sinodal de S. João Paulo II é analisada em seu conteúdo, observando que a mesma se torna um manual vivo da formação de um pastor no contexto cristão. O detalhamento da formação de um pastor para o rebanho de Deus a partir de *Pastores Dabo Vobis* faz deste documento um referencial para formação, diálogo e esperança na solução de crises na formação ministerial e não deve ser ignorado por cristãos em todo o mundo.

*Pastores Dabo Vobis* traz algumas conexões entre a teologia de tradição católica e a teologia de tradição protestante, sendo possível questionar se em outros assuntos da Teologia Cristã não é possível encontrar também pontos de conexão ou pelo menos de contato. Parece que o ápice do documento, sob a

leitura de um teólogo protestante acontece quando o autor discorre sobre a formação do ministro, do pastor, do sacerdote em sua extensão desde os primeiros indícios vocacionais até ao momento maduro de ministério ou a idade avançada são fortes elementos a se avaliar por religiosos cristãos no mundo. As disciplinas espirituais abordadas no documento e a forma de vivenciar os problemas existências como solidão ou a sexualidade e ainda, o contato constante com a paróquia tornam pontos motivadores a buscar-se uma troca de experiências e vivências com realidades diferentes, culturas diferentes a partir da proposta inicial de cada religioso: o chamado de Deus.

No terceiro capítulo, busca-se conhecer uma teologia da vocação ministerial na tradição protestante histórica reformada. Especifica a Igreja Presbiteriana do Brasil como campo de análise inicial, contudo as observações de teólogos remontam as origens do movimento reformado do Século XVI, desde Martinho Lutero (1493-1546), João Calvino (1509-1564) e outros. Observa-se que a vocação é estudada a partir do conceito amplo cristão (não apenas protestante) que toda vocação humana é um chamado de Deus. Aponta que a influencia sobre os Presbiterianos na teologia aconteceu de forma densa não a partir da teologia de Martinho Lutero, mas de João Calvino.

Portanto, a partir da teologia calvinista, é proposta uma análise da vocação ministerial na tradição reformada tendo a sua natureza numa Igreja de sacerdotes, muito semelhante ao pensamento luterano da teologia do Sacerdócio Universal dos crentes. Também a especificação da teologia da vocação ministerial especializando o ministério pastoral ao exercício da Palavra e da ministração dos Sacramentos e os meios para o reconhecimento da vocação ministerial de forma interna e externa, onde a consciência do vocacionado e sua experiência transcendente com o sagrado lhe aponta o ministério como chamado divino, sendo este de forma externa reconhecido pela Igreja que o chancela como ministro.

Assim, este trabalho, busca fundamentos para vocação ministerial a partir do pastorado de Deus nas Sagradas Escrituras, busca conhecer a trajetória do assunto nas tratativas da Igreja através de documentos produzidos em épocas diferentes, com visões e pressupostos diferentes, que apontaram direcionamentos

para a “crise da vocação ministerial”. E por fim, busca conhecer algumas possibilidades do dialogo da teologia catolica com a teologia protestante reformada e a busca de algumas conexões podem produzir uma agenda mínima para maior clarificação e desenvolvimento de uma teologia da vocação ministerial.

Também, procura este trabalho oferecer possibilidades de dialogo com as Ciências Sociais no campo teológico-científico a partir do desenvolvimento de uma agenda mínima de estudos sobre a teologia da vocação ministerial pode-se chegar a um perfil de ministro que atenda as demandas brasileiras em seu múltiplo universo cultural tendo o cristianismo como matriz religiosa a ser apresentada e desenvolvida, sem deixar as Sagradas Escrituras como o ponto de partida e de chegada neste processo de diálogo.

A hipótese levantada analisa a possibilidade de conhecer o pensamento cristão sobre a vocação do ministério pastoral a partir de fundamentos bíblicos, de uma análise literária e comparativa entre documentos católicos e protestantes, buscando estabelecer um dialogo e uma melhor compreensão de teologia da vocação ministerial.

A metodologia da pesquisa utilizada é o levantamento bibliográfico. A revisão bibliográfica aconteceu a partir de autores católicos e de autores com tradição protestante histórica reformada, observando a relevância, contribuições e possibilidade de dialogo sobre o assunto geral da pesquisa. Buscou-se com esta metodologia uma aplicação futura para fixação de um ponto de partida para uma base de dados científicos. Nesta base de dados, espera-se aferir de forma objetiva os resultados de diálogos direcionados entre Ministros Católicos e Ministros Protestantes que possuam formação teologica em Seminário Maior, no contexto brasileiro, visando o conhecimento e o fortalecimento vocacional e de forma subjetiva, o estreitamento de laços fraternos e relacionais. Esta fixação da futura base de dados se estabelecerá num pretenso programa de doutorado a ser desenvolvido no futuro.

## CAPITULO 01

### FUNDAMENTOS BÍBLICO TEOLÓGICOS DO PASTOREIO DE DEUS – UMA PROPOSTA DE LEITURA POIMÊNICA DAS SAGRADAS ESCRITURAS

#### 1.1 Alguns fundamentos linguísticos das expressões bíblicas para Pastor

De forma geral nas Escrituras Sagradas, o termo Pastor aparece por 77 vezes no Antigo Testamento, do hebraico - רעה (raah). No Novo Testamento o termo correlato aparece 18 vezes, ποιμαίνει<sup>1</sup> (Poimainei), este também é o termo correlato na versão grega do Antigo Testamento conhecida por Septuaginta<sup>2</sup>. Em Champlin (1991:104), estes termos e suas derivações designam uma função comum na sociedade da antiga Palestina, que era o cuidado com ovelhas e gado pequeno.

Champlin<sup>3</sup>, descreve que originalmente, tanto o termo hebraico: (rō.eh ou , rō.â; e depois o termo grego: *poimén*, estes termos podem referir-se a figura do pastor como o proprietário de rebanhos, como o cuidador de rebanhos de ovelhas ou de outros animais pequenos, conhecidos na literatura como gado miúdo. Também descreve, que era utilizado para uma pessoa que trabalhava como empregado do proprietário de terras ou gado; aponta que um pastor poderia residir em uma cidade e deixar um servo encarregado das manadas em algum outro local. E ainda designa uma ocupação comum no Mediterrâneo antigo na qual era o responsável para liderar, alimentar, proteger e encontrar de descanso para seu rebanho. Por fim assevera que dentre todos os usos dos termos é importante observar que na Bíblia Sagrada também é usado metaforicamente para designar líderes e para o próprio Deus.

Numa sequência histórica, o termo aparece nas Escrituras Sagradas inicialmente trazendo significados que apontam para as relações do homem com a natureza, com a cultura, com outros homens e principalmente com Deus. É

---

<sup>1</sup> Conhecida como versão dos LXX. Tradução do Antigo Testamento para a língua grega, feita em Alexandria por 70 judeus.

<sup>2</sup> CHAMPLIN, R.N. Pastor in: Enciclopedia de Bíblia, Teologia e Filosofia. São Paulo: Editora Candeia, 1991. 5 v. p. 104

<sup>3</sup> CHAMPLIN, R. (Op. cit) p.104

assim no primeiro texto que aparece e nos demais sequencialmente indicando a tarefa que alguns personagens, como Abel (Gn 4,2), filho de Adão; os empregados de Abraão que cuidavam de seus rebanhos (Gn 13,7-8), os pastores que trabalhavam para Isaque (Genesis 26,20) e os pastores que trabalhavam para Labão (Gn 29,3). Posteriormente também é empregado para os filhos de Jacó que desceram ao Egito e se denominaram como pastores (Gn 46,32,34).

Entre 1600 e 1500 a.C, período do Êxodo e, portanto, período em que as Escrituras Sagradas apontam Moisés como o principal líder do povo hebreu, são denominados pastores os homens que trabalhavam no deserto de Madiã ou Midiã (Ex 2,17-19). Esta região possuía uma mesma ascendência histórica com o povo hebreu, pois também eram também descendentes de Abraão, os midianitas, conforme o relato da descendência de Abraão (Gn 25,4; 1 Cr 1,33). Um outro sentido no Antigo Testamento para o termo pastor vincula o exercício do pastoreio às cidades onde moravam os pastores, aos objetos de uso do pastor e a pessoas que cuidavam das ovelhas (Nm 14,33; 1 Sm 17,40; 21,7; 25,7; e 1 Rs 10,12).

Entretanto, o termo possui uma conotação mais ampla, completa desde os momentos mais antigos do povo de Israel, quando Deus é apresentado ou se apresenta como o pastor do seu povo. A trajetória neste relacionamento pode ser conhecida observando uma aliança do Deus Eterno (יהוה) com Israel. Esta aliança no tempo sob a perspectiva cronológica foi iniciada nas promessas feitas a Abraão (Gn 12,1-3) e desenvolvida a partir do impulso para uma caminhada libertária para o povo, da fome para a saciedade, da escravidão para a liberdade, do pecado para a santidade. Assim, os filhos de Israel, foram retirados do Egito e guiados pelo deserto por 40 anos, numa marcha de testemunho interna (para si mesmos), para os demais povos que deixaram o Egito e seguiam paralelamente a marcha e para todas as nações (Êx 15,11-18) que habitavam a terra e a rota estabelecida por Deus. Este é o principal registro do Pentateuco e parece apontar, como uma sombra, a libertação que o Supremo Pastor traria ao seu povo na plenitude dos tempos (Gl 4,4).

Neste sentido, o Antigo Testamento apresenta o verbo - נהל (*na'alu*) traduzido por: liderar, guiar, ajudar a ir; acompanhar e pastorear, aplicando a Deus como pastor de Israel e das demais nações. O cuidado de um pastor

apascentando o seu rebanho, cuidando gentilmente, inclusive daqueles que são fracos, doentes ou estão amamentando, é visualizado em Deus. Na expressão de Vandermerem, os braços que criaram o universo e continua a sustenta-lo também abrigam que não tem que os ajude<sup>4</sup>. Acrescenta a este mesmo conceito Douglas<sup>5</sup> para quem os pastores viviam num estado de nômade social e assim, cada homem, do príncipe até o escravo, era mais ou menos um pastor. Assim, os pais da nação hebreia progenitores da época patriarcal eram nômades, e sua história envolve muitas ilustrações bem de vida pastoral. Viviam em bandos e deslocando-se sem lançar os fundamentos de cidades e grandes aglomerações. Certamente o deslocamento para o Egito por mais de 400 anos, vivendo numa nação desenvolvida e com o maior desenvolvimento humano na antiguidade, possibilitou que houvesse um aperfeiçoamento de suas técnicas de pastoreio entre outras profissões.

Entretanto, na narrativa bíblica a profissão de pastor é honrada quando o título de Pastor da Israel é atribuído a Deus. (Gn 49,24; Sl 23,1 e 80,1). Seu destaque permanece claro diante de outras profissões quando dois pastores mencionados com especial aprovação: Moises (Is 63,11) e de modo bastante surpreendente, um executor pagão dos Propósitos de Deus, Ciro (Is 44,28)<sup>6</sup>.

O significado do exercício do pastoreio no povo de Israel não era apenas alimentar as ovelhas, mas exercer o cuidado que trazia o encargo de vigilância contra os inimigos, mesmo em lugares inóspitos e principalmente para guiar por lugar planos e de boa pastagem. Para Dufour<sup>7</sup> o oriente antigo principalmente a Babilônia e Assíria onde os reis se consideravam como pastores que receberam o serviço de reunir e cuidar do povo, trouxe a background para as relações bíblicas

---

<sup>4</sup> VANGEMEREM, W.A. Novo Dicionário Internacional de Teologia e Exegese do Antigo Testamento. São Paulo, 2011. Segundo este autor: "Isso é metaforicamente comparado com o cuidado de Javé por seu povo, Israel, um conceito que é colocado em termos não metafóricos em todos os outros lugares com o mesmo verbo (2 Cr 32,22). Deus, por meio de seu gentil cuidado, irá prover para as nações e indivíduos o sustento de que eles necessitam e a tranquilidade necessária para que eles possam usufruir desse sustento (Sl 23, 2; 31, 3-4). O objeto físico de tal direção e liderança é a santa morada de Deus (Ex 15,13). p. 46.

<sup>5</sup> DOUGLAS, J.D. Pastor in: Dicionário da Bíblia. 19.ed. São Paulo: Vida Nova, 1990. 2 v.

<sup>6</sup> DOUGLAS, J.D. (Op.cit.): p 1212.

<sup>7</sup> LÉON-DUFOUR, X. Leitura do Evangelho segundo João. São Paulo: Loyola, 1996. p: 578-579.



que unem Israel com Deus através de Cristo e seus delegados ou subpastores, isto é a sua Igreja. Assim para Dufour, a síntese da definição de um pastor nos tempos bíblicos acontece quando um chefe ou companheiro forte, capaz de defender o rebanho, recebe-o consigo, conhecendo o seu estado e levando em seus braços<sup>8</sup> somente Deus pode agir de forma plena em todo o tempo. Grenzer corrobora e fortalece este conceito quando desvenda o sentido do pastoreio de Deus tanto como cuidador, quanto como anfitrião (Sl 23)<sup>9</sup>

O conceito de pastor e pastoreio tem a sua expressão plena quando Deus é reconhecido como pastor do seu povo, como pastor ele utiliza subpastores e numa dinâmica de desvendamento teológico toda perspectiva de pastoreio é depositada na pessoa, no ser e nos atributos de Deus. Ao contrário das divindades de outros povos antigos, principalmente egípcios, assírios e babilônios, o Deus de Israel é cuidador e se volta para o povo em sua lida diária (Is 40,1-11). Sobre a ação de Deus como pastor do seu povo outras vertentes serão discutidas neste capítulo nos tópicos que se seguem.

## 1.2 Uma leitura cultural do pastoreio na narrativa bíblica

As ovelhas foram domesticadas no antigo Oriente próximo do ano 7.000 A.C., mas que qualquer outra espécie de gado, nos tempos bíblicos tanto na nação hebreia quanto em outras nações foi importante economicamente como fonte de alimento, lã e pele. Desde o início, o povo de Deus percebeu nas responsabilidades primárias de liderar e proteger o rebanho, como uma ocupação emprestada da liderança de Deus sobre a humanidade. Um pastor cuidava de rebanhos e manadas, sendo inicialmente um trabalho independente, porem responsável que envolvia perigo. Posteriormente, proprietários de terras e seus filhos faziam o trabalho, contudo, a figura do pastor contratado para trabalhar numa fazenda, geralmente um beduíno pastor, sempre existiu no Oriente médio.

---

<sup>8</sup> LÉON-DUFOUR (op.cit) p. 578.

<sup>9</sup> GRENZER, M. Pastoreio e hospitalidade do Senhor Exegese do Salmo 23. Atualidade Teologica. Ano XVI, n. 41, 2012. p. 301-321.

Alguns resultados de pesquisas arqueológicas e históricas publicados por Easton's<sup>10</sup> ainda no Século XIX, apontavam que vários povos além dos hebreus faziam a correlação de determinadas divindades a figura de um pastor, especialmente mesopotâmios, babilônios, assírios, egípcios e posteriormente greco-romanos. Easton's<sup>11</sup> também afirma que na Mesopotâmia<sup>12</sup> divindades foram ocasionalmente referidas como pastor-rei, especialmente, *Enlil – o deus da agricultura, a tempestade e ventos*, que é referido como pastor. Outra divindade, *Enuma Elish*, na história babilônica da criação, concede-se o título de *Marduk* ou seja: “deixe-o pastor de todos os deuses cuidar das ovelhas”<sup>13</sup>.

Na Babilônia, o famoso rei Hammurabi (ca. 1792-1750 A.C) recebeu o título de pastor no prologo e epílogo do seu código de leis<sup>14</sup> sendo apontado que o soberano fora nomeado pastor para o seu povo. Entre os egípcios, o título de pastor às divindades era mais raro, mesmo assim, segundo Easton, o título foi empregado para *Amon-Re* (o criador e deus Sol) e *Osíris* (o deus da fertilidade), sendo este representado como um opositor aos pastores, enquanto *Amon-Re* era conhecido como o “bom pastor”.

No segundo período da civilização egípcia (1551-1087 a.C) alguns outros faraós são colocados como pastores do povo: *Amenotep II* (1411-1374), *Seti Eu* (1313-1292), *Merenpthah* (1225-1215)<sup>15</sup>. Corrobora com estes dados Kittel apontando que o termo pastor foi empregado de forma comum para deuses e governantes tanto na Babilônia, quanto Assíria e Egito<sup>16</sup>. Segundo este segundo autor, Amon (deus egípcio) tinha como uma de suas configurações um forte boiadeiro que guardava o seu rebanho<sup>17</sup>.

<sup>10</sup> EASTON, M.G. Shepherd in : Easton's Bible Dictionary. New York: Harper & Brothers, 1893.

<sup>11</sup> Ibidem

<sup>12</sup> Idem p.131; 164; 177-178; 255-259; 337; 378-388; 576.

<sup>13</sup> Ibidem p.131.

<sup>14</sup> CÓDIGO DE HAMMURABI. Disponível em:

<http://www.ataun.net/BIBLIOTECAGRATUITA/CI%C3%A1sicos%20en%20Espa%C3%B1ol/An%C3%B3nimo/C%C3%B3digo%20de%20Hammurabi.pdf> – Acessado em 25/07/2015.

<sup>15</sup> EASTON, M.G. (Op.cit) p. 365-366.

<sup>16</sup> KITTEL, G. Pastor in: Dicionário Teológico do Novo Testamento. São Paulo: Cultura Cristã. 2013. p 265.

<sup>17</sup> Ibidem

Alem das culturas antigas, posteriormente os greco-romanos apontavam alguns dos seus governantes como pastores. A partir de Homer (sec. VIII a.C), aponta-se o governante como pastor do povo especialmente no caso de Agamenon, líder do hospedeiro Achaian<sup>18</sup>. Para Platão (427-327 A.C) que descreveu a justiça a partir da figura do pastor e tratou especialmente desta figura na sua descrição do governo perfeito na Republica, também salienta que governantes deveria se preocupar exclusivamente com o bem-estar de indivíduos<sup>19</sup>. Em Aristóteles, a principio, o rei é descrito como benfeitor do seu povo e dedica seu talento para o bem estar e atende-os como um pastor faz com suas ovelhas<sup>20</sup>. Entretanto, num contraponto Jeffers<sup>21</sup>, escreve a partir da Política de Aristóteles afirmando que os pastores literais não foram estimados na literatura greco-romano. Em sua visão, os pastores para quem eram os mais preguiçosos dentre os homens, fazendo como que seus rebanhos obrigados fossem a segui-los numa espécie de fazenda da vida. Alem dos Hebreus pode-se observar que o tema pastor ou pastoreio também pulsou em outras culturas e nações. Fazendo um corte temporal a partir dos hebreus e entre povos que mantiveram contato com os hebreus é possível conhecer alguns significados dos termos a partir da perspectiva cultural.

### 1.3 Uma leitura panorâmica da dinâmica do pastoreio de Deus em alguns períodos bíblicos

Na narrativa da Historia através das Sagradas Escrituras, Deus se apresenta como o Pastor do seu povo a partir da família de Jacó, Israel (Gn 48,15). Deus é: aquele que guia, alimenta, protege, dirige e exerce o cuidado temporal e eterno. Assim, o pastoreio ou pastorado do povo de Israel deixa de ser visualizado como uma função essencialmente humana e natural, para o exercício de uma função pelo Eterno, uma função divina.

---

<sup>18</sup> KEENER, C.S. The Gospel of John: A commentary. Peabody, Massachusetts, USA: Hendrickson Publishers. 2003. p 801.

<sup>19</sup> PLATAO. A Republica. São Paulo: Martin Claret. 2000. p. 342, 343, 345.

<sup>20</sup> ARISTOTELES. Ética a Nicomaco. São Paulo: Nova Cultural. 199. p.: 186.

<sup>21</sup> JEFFERS, J.S. The Greco-Roman World of the New Testament Era: Exploring the Background of Early Christianity. Downers Grove, IL, USA: InterVarsity Press. 1999. p. 21.

Parece que existem evidências internas na narrativa bíblica quanto a origem do pastoreio de Deus anterior a linhagem de Jacó. Por exemplo: Em Genesis 14 encontra-se o registro de um personagem chamado de Melquisedeque, definido como Sacerdote do Deus Altíssimo, este homem exerceu o cuidado com Abrão (Abraão) e sua família num momento de lutas e incertezas (Gn 14,18-24). Posteriormente no Novo Testamento (Hb 5, 6-10; 7,1) a ordem sacerdotal de Melquisedeque é apontada como a linhagem sacerdotal do Messias (Cristo).

Também nos parece que na antiguidade e pre-êxodo o pastoreio de Deus já se manifestava a outros povos além da semente específica de Abraão, mesmo que a linhagem do Messias seria a condutora da Redenção para todos os povos. Encontramos Jetro (Ex 2,15-25; 3,1; 18,1-27), sacerdote em Midiã, que também exerceu o pastoreio em nome de Deus na vida de Moisés que seria o maior dos profetas do Antigo Testamento.

A partir de evidências internas das Escrituras Sagradas e consequências históricas na vida dos personagens descritos por elas, é possível afirmar que o pastoreio de Deus não ficou restrito a linhagem sanguínea de Israel ou monocultural ou mesmo etnocêntrica. Parece-nos que haviam outros povos com o conteúdo revelativo de Deus que apontava para o povo de Israel e para o surgimento do Messias. Se assim for, a promessa de Deus em levantar um povo na descendência de Abraão (Gn 12,3; 13,14-18; 15,5) foi superior em extensão a existência da nação judaica e sua ação no testemunho a respeito de Deus a outras nações, como um tipo da Igreja no Antigo Testamento. Parece que este fato foi posteriormente alicerçado com a própria Igreja a partir do Novo Testamento que deveria chegar a todas etnias e lugares da terra.

Para Monloubou<sup>22</sup> a descendência dos hebreus vem dos arameus e trouxe a herança e o sentimento da vida pastoril (Gn 4,2; Dt 26,5) que também apontava Deus como pastor de Israel. Para este título, o autor se baseia na ação de Deus ao apascentar o seu povo, tanto no Êxodo quanto no Exílio, reunindo as ovelhas dispersas. Pode-se ainda inferir sobre a possibilidade do direcionamento do

---

<sup>22</sup> MONLOUBOU, L. Pastor in: Dicionário Bíblico Universal. Aparecida, SP: Santuário/Vozes. 2003 p. 598.

Antigo Testamento desde o Êxodo, a caminhada pelo deserto até Canaã como fatos históricos que apontam o pastoreio de Deus através do Messias, o Supremo Pastor. Se assim proceder, todo o pastoreio de Deus no Antigo Testamento, apontava como sombra para a realidade do pastoreio de Jesus, o Cristo, assim, a partir do Novo Testamento, na Nova Aliança, com a Igreja de todos os tempos, nações e etnias acontece o pastoreio de Deus. Olhando por este prisma é importante salientar que em Moisés temos o ápice do pastoreio de Deus na antiguidade.

Parece-nos que a tradição de Deus como Pastor de Israel solidificou a partir da família de Jacó e nos anos de escravidão no Egito, cerca de 430 anos. Desenvolveu-se na vida no deserto, a partir do reconhecimento do cuidado de Deus que motivava uma experiência religiosa vivida e uma espiritualidade renovada a cada manhã com o maná que caía do céu, com a libertação de inimigos e com liberdade que usufruía. A priori, o Deus soberano que trovejava nas montanhas, descia e se preocupava com a sede e fome do povo, com as doenças e com o desespero de seu rebanho. Era possível coexistir soberania ilimitada de Deus com amor espontâneo de Deus, mesmo que numa tensão criativa, com a esmagadora consciência do amor<sup>23</sup>. Mesmo como fugitivos do Egito e peregrinos no deserto, eram postulantes à terra de Canaã, coexistindo sofrimento e esperança enquanto a caminhada se desenrolava na história.

Este relacionamento pastoral de Deus com Israel vivido a partir do retrato do Êxodo (Ex 13, 15 e 17) e os 40 anos de deserto. Foi também solidificado por narrativas de todo o período do Antigo Testamento. Ao narrar este período na perspectiva dos escritores do Antigo Testamento, Deus foi o Pastor de Israel levando o seu povo para águas tranquilas; era o poderoso soberano de Israel que afastava e aproximava outras nações. O Êxodo, mais que um símbolo histórico foi a personificação de um ato salvífico no qual Deus mostrava o seu cuidado não apenas com a família de Jacó ou com a nação de Israel, mas com todos os escravos que eram oprimidos no Egito naquele tempo: *Subiu também com eles um misto gente, ovelhas, gado, muitíssimos animais* (Ex 12,38). Este populacho

---

<sup>23</sup> KITTEL, G. Pastor in: Dicionário Teológico do Novo Testamento. São Paulo: Cultura Cristã. V 2, 2013 p. 46.

racial, caminhou com o povo de Israel e recebeu dádivas do povo, mesmo que em outros momentos apresentou tropeços na caminhada do povo de Israel em direção à terra de Canaã (Nm 11,4).

Dentro desta abordagem, ainda é possível observar que o reconhecimento de Javé (יהוה) como o Pastor de Israel desenvolveu-se numa viva experiência religiosa do povo, num estilo frio, mas cortês do Oriente antigo. Caminhando pelos livros poéticos, especificamente nos Salmos percebe-se tanto na invocação, no louvor, na oração por perdão quanto na tentação e desespero. Os adoradores sabiam que estavam guardados pelo cuidado de Deus, o pastor fiel.<sup>24</sup>

Assim, o Êxodo como ato salvífico de Javé (יהוה) para com Israel mostra de fato um pastor levando o seu rebanho a pastos verdejantes, afastando outras nações (Sl 78,52-55; 78,70-72) e sedimentando a nação de Israel como testemunha para todos os povos. Mesmo nos períodos posteriores de cativeiro e restauração (Is 40,11; 49,9-13), o povo se apegava ao Pastor como genuíno e único guia e protetor que traria descanso eterno.

Ainda é possível conhecer outras demonstrações do pastoreio de Deus sobre Israel que são apontadas no desenrolar do Antigo Testamento como no Sl 23,1; também no Salmo 80,1; e ainda no livro de Ecl 12,11. Novamente Monloubou<sup>25</sup> destaca que Moisés, Josué, Davi, os juízes, príncipes, reis foram pastores de Israel por encargo de Deus, este ministério libertador de Deus é afirmado por Dufour:<sup>26</sup>

Javé, é colocado como chefe e pai do rebanho. Mesmo assim, aparece neste sentido apenas em Gn, 49,24; 48,15 e nas invocações do Saltério 23,1 e 80,2. O título é reservado para aquele que deveria vir. Contudo no relacionamento de Javé com seu povo é apontado: foi guiado pelo deserto como ovelhas (Sl 95,7; 78,52ss), povo apascentado e guiado por Javé (Os, 4,16; Jer, 13,17; Is.49,10; Zac, 10,8).

Para Dufour parece que houve uma trilha lógica do pastoreio de Deus, observando-o em Moisés, tendo no pastoreio de Deus o meio utilizado para que a

<sup>24</sup> VANGEMEREM, W.A. (op. cit.) p. 1135.

<sup>25</sup> MONLOUBOU, (Op. cit.).

<sup>26</sup> DUFOUR(Op.cit) p. 578-579.

comunidade Javista não estivesse sem pasto. É neste mesmo sentido apontado por aquele autor que se percebe o levantamento de Deus, de seus descendentes e de todos os príncipes e reis, mesmo aqueles que estiveram no controle de Israel em períodos de cativeiro. E novamente Dufour afirma que o propósito de Javé ao afirmar que o “Novo Davi” seria levantado era firmar uma experiência escatológica para o povo de Israel com a vinda do pastor das nações. Este seria o resumo das mensagens de Ezequiel e Jeremias, todos os pastores colocados para cuidar do povo falharam e somente através do pastoreio do Messias seria possível pastorear o povo novamente conforme o desígnio de Deus.

Esse conceito também esteve presente em Isaías ao aponta que Deus alimentaria o seu povo (Is 40,15) coadunando com Ezequiel onde Deus buscaria o seu povo (Ez 34,12). Este conceito de esperança futura do pastoreio de Deus não subtraía ou enfraquece o dever dos pastores que receberam a delegação de pastorear o povo de Deus conforme a vontade de Deus. De um lado, mostra a fragilidade humana e o fracasso humano mesmo sob delegação divina, por outro lado, mostra a expectativa pela ação de Deus em restaurar no Messias todas as coisas.

Assim, os líderes do povo de Deus no Antigo Testamento foram pastores, tanto reis, príncipes, sacerdotes, levitas, chefes de famílias, mas condenaram a sorte de Israel ao fracasso de seus próprios pecados e desalinhamento com a visão e com a vontade de Deus, falharam na delegação recebida e foram deserdados destas funções, assim como todo governante que governa por moto próprio e não conforme a delegação de Deus. Contudo, é necessário observar que estes líderes também eram ovelhas e como ovelhas seriam restaurados no Supremo Pastor. A falha da liderança de uma nação, como a nação judaica, não era maior que a restauração que o Messias faria nas nações da terra através do seu Evangelho pregado por sua Igreja.

Este mesmo conceito, aparece nos profetas pós-exílio, principalmente em Zacarias quando Dufour comenta ele assim expressa<sup>27</sup>:

---

<sup>27</sup> DUFOUR, (Op. cit) p. 579.

Após o exílio os pastores da comunidade não respondem as expectativas de Javé. Zacarias volta a polemica contra eles, anunciando a sorte do pastor vindouro. Javé vai visitar o seu povo em sua ira contra os maus pastores (Zc 10,3; 10, 4-17) ... o pastor é o pastor ferido (Zc 13, 7), não é o pastor insensato (Zc 11,15), mas o pastor transpassado (Zc 12,10), cuja morte tem sido salvadora (Zc 13,1-6). Este pastor se identifica concretamente com o “servo que, como uma ovelha muda, deve por seu sacrifício justificar as ovelhas dispersas” (Is 53,6s, 11ss).

Pode-se ainda dentro de uma linha de tempo no Antigo Testamento observar que existe uma teologia bíblica apontando o pastoreio de Deus como marca e demarcador da vinda do Supremo Pastor ou a plenitude do pastoreio através do Messias. Desde Gênesis, primeiro livro do Pentateuco, dois textos apontam a ação pastoral de Deus, ambos na História de um dos patriarcas de Israel, Jacó e sua família. O primeiro em Gn 48,15: “E abençoou a José, dizendo: O Deus em cuja presença andaram os meus pais Abraão e Isaque, o Deus que tem sido o meu pastor *durante toda a minha vida até este dia*”. A palavra traduzida por pastor é הרעה - companheiro, cuidador, amigo de jornada. Na versão Septuaginta: **ὁ θεός ὁ τρέφων** Deus, o alimentador e na Bíblia na versão conhecida como Vulgata<sup>28</sup> a expressão “que tem sido o meu pastor durante toda a minha vida” é traduzida por “*pascit me ab adulescentia mea*” (meu pastor desde a minha juventude, adolescência, tradução livre). O segundo texto tem o seu registro em Genesis 49,24: “Mas o seu arco permaneceu firme, e os seus braços foram fortalecidos pelas mãos do Poderoso de Jacó, o Pastor, o Rochedo de Israel”. A palavra hebraica é רעה – pastor; a versão Vulgata traduz: “*inde pastor egressus est lapis*” (o Pastor é o rochedo, rocha, tradução livre).

A contexto histórico, literário e teológico destes textos aponta de um lado, a caminhada humana através dos anos, com a história de Jacó (Gn 28 – 49), que se tornou a principal referencia e a origem humana do povo judeu (Gn 32,28). Por outro lado, aponta o direcionamento de Deus na trajetória humana e suas intervenções. Neste aspecto, é possível visualizar que na trajetória humana de Jacó e sua família com conflitos, rupturas, fugas, traumas, prisões, escravidão, reaproximação, experiências sobrenaturais, nascimentos, envelhecimento e

---

<sup>28</sup> Versão da Bíblia para o Latim, feita no final do Século IV e início do Século V por São Jerônimo.



mortes, não foram meros sintomas da existência, mas resultados da ação pastoral de Deus dentro da história.

O pastoreio de Moises por 40 anos no deserto, a instituição dos levitas e sacerdotes no trabalho do tabernáculo e do templo, a escolha de Juízes, Reis e o chamamento de profetas, foram ícones que apontavam para o pastoreio de Deus e não eram por si mesmo a plenitude de Deus, mas trazia esperança aquelas gerações que morreram pela fé na concretização do projeto de Deus. Assim, o modo como Deus exerceu o pastoreio no povo de Israel no Antigo Testamento foi principalmente através de homens escolhidos para que no limite de suas atividades pessoais servisse a Deus cuidando do povo de Deus.

A especificidade da delegação de autoridade pastoral sobre o povo aconteceu através de Sacerdotes, Profetas e Reis e naturalmente naqueles que exerciam as funções de governo como príncipes. Todos deveriam apontar com sua fidelidade para o Sumo-Sacerdote, Profeta e Rei, o prometido de Jacó, a Raiz de Davi. Todos possuíam a função de pastorear o rebanho de Deus, por delegação do próprio Deus e todos pastoreavam o povo pela palavra que lhes era confiada e pelos sacrifícios que executavam diante de Deus e diante do próprio povo.

Para VANGEMEREM<sup>29</sup>, as falhas que aconteceram com o povo de Israel foram por erros dos homens escolhidos para pastorear. Os pastores que receberam o encargo se mostraram indignos e os profetas do Exílio mostram que Deus assumirá o encargo de pastorear o rebanho (Ez 34,1-10). Em Jeremias, o termo é aplicado a governantes políticos e militares, mas não como um título. Os pastores se mostraram infiéis; por este motivo, o próprio Deus assumirá o ofício e apontará pastores melhores (Jr 3,15; 23,4). Ele estabelecerá um pastor que reunirá o povo (Ez. 34,23-24; 37, 22,24). O termo assume um significado messiânico que experimenta um singular desenvolvimento em Zacarias. Após o exílio, maus pastores, provocam julgamento, porem um pastor sofre a morte segundo a vontade de Deus e, ao fazê-lo, introduz o tempo de salvação (Zc 12,10; 13,1ss).

---

<sup>29</sup> VANGEMEREN (op.cit). p 265

Davi, o Rei, personificou na história a realidade mais próxima que o povo podia conceber a respeito do Messias-Pastor, tanto nas eras pré exílio quanto pós exílio. O Messias seria um chefe do povo, mas um servo de Deus, a conexão do pacto com a nação, aquele que trazia uma nova realidade de pastoreio diante das concepções e práticas da religião que haviam falhado, assim traria vida para as ovelhas como o prometido das nações. KITTEL<sup>30</sup> contudo, afirma que o prometido seria compatível com a relação do pacto entre Javé com seu povo, acentuando o papel ético e social do chefe prometido, contrastando com as perspectivas religiosas encontradas no líderes religiosos e pastores tanto no pré-exílio, quanto no pós-exílio onde todo o sistema de pastoreio sem a presença do Messias ruiu com o cativo.

#### 1.4 O pastoreio de Deus mediante o Bom Pastor: Jesus Cristo

A metáfora do pastor continua no Novo Testamento, Deus é descrito como um pastor que deixa seu rebanho e busca a sua ovelha perdida, até que encontra (Mt 18,12-14). Jesus declara ser o bom Pastor (Jo 10,11-14), também o Novo Testamento atribui na declaração de Jesus que ele é o "bom pastor"; atribui-lhe também os títulos de "o grande pastor das ovelhas (Hb 13,20) ", o "pastor e onipresente"(1 Pd 2,25) e o "pastor chefe"(1Pd 5,4). As ações de Jesus Cristo em direção as pessoas apontam o pastoreio integral. Ele se apresenta como a água viva, ele multiplica os pães e enxerga as multidões como ovelhas que não tem pastor, ele abraça as crianças e procura guiar os cegos e ajudar os doentes, curando muitos deles. Talvez a imagem mais duradoura da Bíblia e certamente o maior exemplo de amor divino, é Jesus Cristo como o "bom pastor", que dá a vida pelas ovelhas (Jo 10,11). Este ato altruísta, cumprindo a profecia de Isaías de um levado ao matadouro como uma ovelha em silêncio (Is 53) dá origem a esse título glorioso Jesus carrega no livro da revelação, "o cordeiro" (Ap 5,6;8;12).

A manifestação de Jesus como Bom Pastor e como aquele que restaura o pastoreio de Deus sobre o povo acontece na narrativa do Evangelho de São João, os Evangelistas São Mateus e São Lucas fazem alusões ao contexto histórico, mas é em João que aferimos as declarações do Senhor quanto a sua

---

<sup>30</sup> KITTEL, (op. cit) p. 163.

missão de pastorear o povo de Deus. É possível que o contexto utilizado por São João seja o Mateus 18, 18, 20 e 21 e Lucas 12, 13,14,15 e 16 após as narrativas das parábolas: do servo vigilante (que aponta a expectativa quanto a Parousia do Senhor Jesus); da parábola da figueira estéril (que aponta a incapacidade do povo de Israel e cuidar das pessoas em sofrimento) e da parábola do Grão de Mostarda que aponta o Reino de Deus como receptor de pessoas que não são visíveis aos olhos da religião, fato também apontado na parábola do fermento, na parábola da Grande Ceia.

É neste contexto histórico-literário que o Senhor Jesus trata da situação dos perdidos, aqueles que se extraviaram ou erraram o caminho, como a ovelha perdida, aqueles que foram perdidos por ações de terceiros, como a dracma perdida e aqueles que se perderam por rebeldia como os filhos pródigos, o primeiro se perdeu ao deixar a casa paterna e o segundo ao permanecer na casa paterna. Surge neste drama de incapacidade humana de tratar as dificuldades e vicissitudes das relações humanas e com o divino a figura do Bom Pastor.

Naturalmente, a parábola do Bom Pastor (Jo 10) é melhor compreendida se lida a partir do pano de fundo de Ezequiel 34. Naquele texto Deus fala como o Pastor de Israel, que nomeou pastores subordinados para cuidar deles. Entretanto, aqueles pastores, chamados por Zacarias (Zc 11,17) de pastores inúteis, são denunciados por estarem mais preocupados em se alimentar do que em fornecer alimento para as ovelhas confiadas ao seu cuidado. Em vez de tomar conta das ovelhas, eles se omitiram, e sacrificaram as mais gordas para se deliciar da sua carne e se vestir com sua lã. Por isso, estes pastores indignos devem ser expulsos; o próprio Deus procurará suas ovelhas dispersas e as reunirá num só rebanho, trazendo-as dos lugares para os quais tinham se desviado. Àquelas que precisarem será dada a atenção especial, e ela entregará todas a alguém digno da confiança nele depositada “Suscitarei para elas, um só pastor, e ele as apascentará; o meu servo Davi é que as apascentará; ele lhes servirá de pastor” (Ez 34,23). “O meu servo Davi”, como em outros trechos desta seção do livro de Ezequiel (37,24-25), é claramente o Messias da linhagem de Davi. Uma pessoa que fala como o Senhor Jesus nesta parábola do bom pastor está dizendo, indiretamente, ser o Messias descendente de Davi.

Com base na profecia de Ezequiel e no ministério de Deus-Pai desenvolvido no Antigo Testamento o Senhor Jesus faz a afirmação: Eu sou o bom Pastor. (Jo 10,11). A essência do pastoreio de Jesus sobre o seu povo está no fato da doação livre que faz da sua própria vida pelas ovelhas, diferente de ladrões (aqueles que furtavam) ou salteadores (aqueles que roubavam) ou ainda diferente dos mercenários (que cuidavam das ovelhas por salário). O cumprimento para reunir o Israel de Deus de todas as nações da terra aconteceria com o sacrifício vicário do pastor em favor de suas ovelhas. A grande defesa das ovelhas, pelo Supremo Pastor não aconteceria em favor de suas terras ou propriedades, mas em favor da plenitude de sua existência.

É importante observar na definição do pastoreio de Jesus Cristo que seu aprisco era maior que a concepção judaica de aprisco e seu pastoreio maior que a prática religiosa vigente na cultura dos judeus. Havia ovelhas suas que pertenciam ao aprisco judaico, eram de linhagem judaica, mas ele possuía outras ovelhas que deveriam ser buscadas, que nunca tinham pertencido a este rebanho e não pertenceriam a este aprisco, na verdade elas não se encaixariam nele (João 10:16). Ele como pastor, é também a porta por onde as ovelhas entram. Não entrariam em razão do aprisco, mas em razão do pastor.

Esta definição da natureza e extensão do pastoreio do Senhor Jesus Cristo aponta também seu caráter missionário que classifica suas ovelhas para além das convenções naturais da religião judaica e abre as portas da espiritualidade para as ovelhas pelas quais ele morreria, judias e não judias, a base para esta ação é o seu caráter de pastor-pleno e a sua missão plena, por isso ele derrama não apenas de forma física mas derrama a alma na morte (Is 53,12) em outras palavras derramou a sua *Psique* na morte e não apenas a sua *Bios* e o seu sofrimento não foi apenas físico, mas também emocional e espiritual.

Em várias oportunidades históricas Jesus mostrou este avanço do pastoreio de Deus para as nações da terra. Ele ultrapassou a fronteira geográfica para chegar a Samaria (Jo 4); ultrapassou fronteiras culturais (Jo 12,20) e também a barreira do gênero, conversando e dialogando com mulheres que jamais seriam ensinadas pelos rabinos (Mt 9,20-22; 15,22; 26,7; Mc 7,26; Lc 7,44 e Jo 4 dentre muitos outros).

É possível fazer uma análise de um fato histórico, comparando analogicamente com a Igreja, para se observar esta conceituação panorâmica do pastoreio de Deus através de Cristo. O encontro, dialogo e missão à mulher Samaritana é claro e aponta um tipo para o pastoreio da Igreja como agencia do Pastoreio de Deus na história e nos dias atuais, um pastoreio inclusivista e não exclusivista, mas é ao mesmo tempo exclusivo e inclusivo para as ovelhas que são buscadas pelo Supremo Pastor (Jo 10,1-5).

### 1.5 O Bom Pastor e a Igreja no encontro com mulher samaritana

O pastoreio de Jesus estende-se para uma perspectiva histórica onde a discriminação da mulher acontecia não apenas como um desvio sociocultural e religioso oriundo da natureza do ser humano debaixo do pecado, mas como uma pratica religiosa de exclusão. Tal pratica ainda persevera em muitos povos, mesmo na pós-modernidade que propaga a liberdade plena, a dignidade ampla e a igualdade de todos os seres humanos. A discriminação acontece quando um ser humano tem parte da sua humanidade subtraída por outro ser humano com base em critérios e leituras equivocadas de viés religioso, cultural ou mesmo social.

O papel da mulher na religião, na cultura e na sociedade, se torna confuso e objeto de discriminação, quando o gênero feminino é apontado como inferior, menos capacitado ou sofre qualquer espécie de restrição que tenta lhe subtrair ou minimizar a imagem e semelhança de Deus mostrada na Bíblia Sagrada que estabelece o papel de homem e mulher na cultura, na sociedade e na religião.

A missão de Jesus aos Samaritanos mostra o poder do Evangelho na restauração da cultura e das relações sociais. A dignidade humana é resgatada pelo representante humano perfeito, Jesus Cristo totalmente homem e totalmente Deus. A missão de Cristo (*missio Dei*) rompeu limites do tempo e do espaço humano. Uma vez que a caminhada missionária do Verbo Eterno de Deus, não se limitou à sua caminhada terrena. Isso coaduna com o proposito divino apontado nas Escrituras Sagradas apontam que em Cristo todas as cousas são restauradas (Cl 1,20).

Na eternidade aprovou ao Pai escolher e separar o Filho como o mediador entre Deus e os homens. Deu-lhe assim, desde a eternidade, um povo para ser sua semente, e para, no tempo devido, ser por ele remido, chamado, justificado, santificado e glorificado<sup>31</sup>. Pode-se entender pelas Escrituras Sagradas, que Jesus Cristo tem o ápice da sua missão em sua Encarnação, no seu ministério de pastoreio entre os homens, na sua morte vicária e na sua ressurreição. Sequencialmente na história humana, Ele mantém a sua missão através do Paráclito (Jo 14,16), o Espírito Santo, que foi enviado por Ele e pelo Pai, e que dinamiza a sua Igreja em direção ao mundo. A partir de fatos históricos narrados na Bíblia Sagrada, é possível entender dentro da possibilidade humana, a ação trinitária na eternidade, pré-encarnação (com a elaboração e criação do Universo (João 1,1-3) de forma macro e micro), e toda caminhada entre a *epifania* a *parousia* de Jesus Cristo.

Parece-nos que essa é a compreensão apontada pelo Evangelho de São João ao apresentar Jesus de Nazaré como o Cristo, o Filho de Deus, eternamente enviado ao mundo que também foi amado pelo Pai, com o mesmo amor eterno (*ágape*) que amou ao Filho. Em João, a missão de Deus (*missio Dei*) é externalizada para a compreensão humana de modo contextual através de encontros históricos, relacionais realçando um amplo diálogo teológico buscando a transformação da pessoa humana na plenitude da humanidade perfeita que tem em Jesus o seu representante (Jo 1,14). A compreensão do Evangelho de São João a respeito da *missio dei* não acontece a partir de deduções históricas cadenciadas, ou análises fenomenológicas, como acontece nos evangelhos sinóticos. João tem uma concepção transcendental, mística da *missio dei*, que é o desenvolvimento do pastoreio de Deus sobre as nações iniciando com o povo judeu, mas estendendo aos não judeus de todas as etnias da terra. João expõe sobre o Verbo na eternidade fazendo conexões possíveis com a filosofia grega, e aponta a introdução e consumação na História da manifestação eterna, e sua continuidade, através de ação do Espírito Santo, novamente é perceptível que a manifestação da graça e sabedoria de Deus não ficaram restrita ou exclusiva ao

---

<sup>31</sup> Confissão de Fé de Westminster (1643-1649). Símbolos de Fé: contendo a Confissão de Fé, Catecismo Maior e Breve / Assembleia de Westminster – São Paulo, Cultura Cristã, 2005, p. 43.

povo de Israel, mas a partir deste todo o propósito poderia se desenrolar com o cuidado de cada nação da terra.

No Evangelho de São João, o pastoreio de Jesus fundamenta o seu cumprimento de modo direto em todos os encontros acontecidos, e nos diálogos estabelecidos com judeus, samaritanos e gentios, desde a manjedoura em Belém ao túmulo vazio, e ao monte da ascensão. Tem por foco, fundamentar a universalidade da missão, naturalmente; e milagres, sinais e prodígios são indicadores da personalidade messiânica e sua verdadeira divindade. Entretanto, o cumprimento linear da missão do Verbo acontece na Cruz com o seu sofrimento como Cordeiro de Deus, tirando o pecado do mundo (Jo 1,29). Parece-nos que é possível entender a ausência de uma grande comissão específica no Evangelho de São João, pois toda a caminhada do Verbo encarnado já constitui uma prática comissional para a Igreja, que Ele envia através dos discípulos da mesma forma como o Pai lhe enviou (Jo 20,21).

O encontro com a mulher samaritana possui elementos interculturais que não são apresentados nos demais encontros com membros da comunidade receptora da promessa messiânica, que criam na integralidade da Torá e guardavam as tradições e costumes do povo do Messias: a comunidade judaica (Jo 1,29-42; 1,43-47; 2,1-12; 3,1-15; 4,46-53; 5,1-47; 8,1-11;12; 9,41; 11; 18,19; 20,11-19; 21,25). (João Batista, apóstolos, convidados de Caná da Galileia, Nicodemus, oficial do rei, paralítico, mulher adúltera, cego de nascença, Lázaro e suas irmãs, Sinédrio, Maria Madalena, e todos os demais discípulos e seguidores).

Para Bruce<sup>32</sup>, o episódio de Jesus e a mulher samaritana (samaritanos) é inserido dentro do contexto dos rituais da purificação judaica. Esse contato entre Jesus e a Mulher Samaritana não imergiu os samaritanos na religiosidade judaica (ação proselitista), mas realçou o diálogo de uma nova aliança com base única na pessoa do Messias, Jesus Cristo, que por sua vez é o cumprimento das promessas de Deus Pai para todos os povos da terra. Assim, sem as amarras naturais do judaísmo que prevaleceriam num diálogo religioso naquela época,

---

<sup>32</sup> BRUCE, F.F. João – Introdução e Comentário. São Paulo: Edições Vida Nova/Mundo Cristão, São Paulo, 1987.

percebe-se a riqueza de fatores missiológicos transculturais que permitem analisar o rompimento feito por Jesus Cristo com os limites da sua própria cultura, do seu próprio tempo, e do seu próprio espaço religioso e geográfico.

Para Schnelle<sup>33</sup> isso pode ser visto nos demais Evangelhos, nos encontros ocasionais de Cristo, onde contatos positivos com gentios como aconteceu com o centurião de Cafarnaum e com a mulher síro-fenícia (Mt 8,5-10,13; Mc 7,24-30) que atestam uma abertura pontual de Jesus Cristo em relação a essas pessoas e as etnias da terra em todos os tempos, sempre partindo do diálogo claro, preciso, olhando para o ser humano a partir de sua perspectiva individual, e atraindo-o, pela graça, para uma caminhada com Deus.

João aponta que “era necessário atravessar a província de Samaria” (Jo 4,4). O aspecto geográfico é discutido na literatura teológica e existe um consenso que a escolha da rota por Jesus aconteceu por uma decisão espiritual, e não por uma questão geográfica. Para Dufour<sup>34</sup> era uma caminhada em busca da reconciliação de dois povos: “Fica evidente que, passando por Samaria para chegar a Galileia, Jesus quer reconciliar simbolicamente os dois povos, os irmãos divididos desde os primórdios da realeza e essa recondução ocorre depois de uma “perseguição” de Jesus pelos fariseus”<sup>35</sup>. Para Jesus foi a nova perspectiva geográfica que redundaria num redirecionamento dos samaritanos do tempo (*kronos*) para a eternidade (*kairos*).

Uma parte perdida de Israel, que fora abandonada no tempo e no espaço da caminhada da “Igreja no Antigo Testamento”, como demonstração histórica do ajuntamento que Deus desejava fazer de todo o seu Israel espalhado entre as etnias da terra em todos os tempos. Entretanto, a caminhada de Jesus em direção aos samaritanos foi a expectativa histórica menos estimada pelos judeus deste o retorno do cativo, e menos alimentada pelos samaritanos em sua sedimentação com os males da terra do abandono.

---

<sup>33</sup> SCHNELLE, Udo. Teologia do Novo Testamento. São Paulo: Editora Paulus, 2010, p. 179.

<sup>34</sup> DUFOUR, X. Leitura do Evangelho segundo João. São Paulo: Loyola, 1996. p 262.

<sup>35</sup> DUFOUR. (Op. cit.) p. 292.



Para Barclay<sup>36</sup>: “A região da Palestina tem uns 200 quilômetros do Norte ao Sul. No tempo de Jesus haviam três divisões claras. No Norte estava a Galileia, no Sul a Judeia e no meio Samaria”<sup>37</sup>. E nesse ambiente inóspito, numa caminhada de três dias, Jesus desce a Samaria para comunicar o Evangelho da paz. É possível observar que o alcance de Samaria fazia parte da missão do Cordeiro de Deus. Leon-Dufour afirma que “o verbo *era (Ihe)* preciso (*edei*) supõe um motivo de ordem teológica, como em outros trechos de João. Se Jesus atravessa a Samaria é porque sua missão o exige segundo o desígnio de Deus”<sup>38</sup>.

Concordando com esse autor, Barreto<sup>39</sup> diz que: “podia ter ido para a Galileia passando pela Transjordania; a necessidade que expressa Jo é de outra ordem: era necessário para a missão messiânica de Jesus” e ainda Hendriksen<sup>40</sup> corrobora: “É mais provável que o sentido aqui seja (Jo 4,4): ele teve que ir através de Samaria em concordância com as ordens de seu pai celestial: fazer a vontade daquele que o havia enviado e para executar sua tarefa (Jo 4,34).

Parece-nos, portanto, que existe um convencimento teológico e literário que a passagem de Jesus por Samaria fez parte do resgate do propósito de Deus em pastorear as nações da terra através de Cristo, foi assim, um cumprimento do projeto missionário de Deus. É Jesus, o enviado de Deus, quem abriu o diálogo com Samaria. Ele é, em si mesmo, a Segunda Pessoa da Trindade enviado pelo Pai para buscar o que se havia perdido e neste propósito, tinha que passar por Samaria. É Deus desejando o contato com os samaritanos para chamá-los de seu povo através de Jesus Cristo. A caminhada de Jesus até Samaria foi em cumprimento da sua missão redentora apontando a universalidade etnográfica do Evangelho reconciliador, que rompe barreiras geográficas e temporais para alcançar daquele que se extraviou. Assim conforme Schnelle<sup>41</sup>, “a importância do

---

<sup>36</sup> BARCLAY, W. El Nuevo Testamento, Juan. Buenos Aires, Argentina: Ediciones la Aurora, 1984.

<sup>37</sup> BARCLAY (op.cit) p.156.

<sup>38</sup> BARCLAY (op.cit) p. 261.

<sup>39</sup> MATEOS, Juan; BARRETO, Juan. O Evangelho de São João. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 207.

<sup>40</sup> HENDRIKSEN, William. O comentário do Novo Testamento. João. São Paulo: Cultura Cristã, 2004, p. 210.

<sup>41</sup> SCHNELLE. (Op. cit). p. 972.

conceito de missão surge da convicção fundamental da teologia joanina de que Deus se fez ser humano em Jesus Cristo, para abrir aos seres humanos a salvação”. Se estabelece o conceito de rompimento da barreira do tempo, quando o Verbo de Deus deixa os infundáveis limites da eternidade e se limita ao tempo terreno, com seus anos, meses, semanas, dias, horas, minutos e segundos.

Quando deixa a finitude daquilo que é infinito e se lança, as barreiras geográficas são rompidas, quando Ele se limita a nascer humano, de um único povo e viver entre um povo pecador. Sendo humano, e de humanidade plena e totalmente santa como nenhum outro homem jamais exerceu, expandiu a sua humanidade mesmo com as limitações humanas como cansaço, sede, fome, sono, para que a sua divindade plena e integral fosse reconhecida em sua pessoa una Jesus Cristo (Filipenses 2:6-11), verdadeiramente homem e verdadeiramente Deus<sup>42</sup>.

O estabelecimento da missão de pastoreio de Cristo rompeu com paradigmas culturais e religiosos do judaísmo e da cultura do seu tempo, estabelecendo um novo paradigma cultural e religioso para a Igreja que se mostraria a partir Dele como Igreja Católica, e não sectária ou etnocêntrica como fora na nação judaica. É possível compreender o rompimento de paradigmas religiosos e culturais no encontro de Jesus com a mulher samaritana a partir de uma breve caminhada dentro da história do povo Judeu e do próprio judaísmo como religião. Nos tempos de Jesus, a Judeia e a própria capital Jerusalém, tinham se tornado estéreis o que possibilitou a fecundidade do Evangelho em povos como os samaritanos<sup>43</sup>. Samaritano<sup>44</sup> era o nome que recebeu o povo que miscigenou da raça judaica com os “restos” (deixados para trás na destruição e deportação do reino do Norte em 721 e do reino do Sul em 587) e ainda com estrangeiros que foram introduzidos na terra ou que a ela vieram espontaneamente.

---

<sup>42</sup> Catecismo da Igreja Católica. São Paulo, Loyola, 1999. § 464.

<sup>43</sup> MATEOS, Juan; BARRETO, Juan. (op. cit) p. 224.

<sup>44</sup> SENIOR, Donald; STUHLMUELLER, Carroll. Os Fundamentos Bíblicos da Missão, 2010, p. 56.

Outros teólogos, além de afirmarem o aspecto dos casamentos mistos como causa de surgimento do povo samaritano, fazem a conexão histórica de uma raça que surgiu no meio do caos religioso e étnico, fruto da absorção de povos da região, estrangeiros nômades e as 10 tribos perdidas de Israel<sup>45</sup>, perdendo o direito perante as demais tribos de serem chamados judeus. Numa análise cultural: “[...] casaram-se com estrangeiros e perderam a pureza racial, para uma família de judeus ortodoxos se um filho ou uma filha se casasse com um estrangeiro se celebrava o seu funeral”<sup>46</sup>. Acrescentando o fato que causa da raça misturada e de seu passado religioso (2 Rs 17,24-41) eram receptivos à feitiçaria<sup>47</sup>. As diferenças entre judeus e samaritanos eram sérias e tinham raízes profundas e centenárias no tempo de Jesus. Para Bruce<sup>48</sup>:

A separação entre Samaria e Judá, no tempo da monarquia hebraica, poderia ter sido consertada depois do cativo babilônico, mas os judeus que retornaram do exílio rejeitaram uma oferta de cooperação da parte dos samaritanos, suspeitando da sua pureza racial e religiosa. A hostilidade resultante foi intensificada pela construção de um templo samaritano rival no monte Gerezim, por volta de 400 a.C., e a destruição deste templo pelo governador hasmoneu Joao Hircano, por volta de 108 a.C.

Além disso “todas as mulheres samaritanas deveriam ser consideradas em estado perpétuo de impureza cerimonial”<sup>49</sup>. Nesse mesmo sentido escreve Carson<sup>50</sup>, apontando um conteúdo cultural sobre a situação das samaritanas que as colocavam num lugar e o papel social inferior às mulheres judias:

[...] os líderes judeus codificariam uma lei (Mishna Niddah 4.1) que refletia um sentimento popular existente havia muito tempo, no sentido de que ‘as filhas dos samaritanos menstruam desde o berço e, portanto, estão perpetuamente em um estado de impureza cerimonial.

---

<sup>45</sup> BARCLAY, (op. cit.) p. 158.

<sup>46</sup> BARCLAY (op. cit) p. 158.

<sup>47</sup> KISTEMAKER, Simon. Comentário do Novo Testamento, Atos. São Paulo: Cultura Cristã, 2006. Volume 1, p. 390.

<sup>48</sup> BRUCE, F.F. João – introdução e comentário, São Paulo: Vida Nova/Mundo Cristão, 1987, p. 96.

<sup>49</sup> BRUCE (op. cit) p. 98.

<sup>50</sup> CARSON, D.A. O Comentário de João. São Paulo: Vida Nova, 2007, p. 218.

Por um lado, a hibridez dos samaritanos causava o desprezo pelos judeus, tanto quanto a raça, como pela religião. Por outro, o sincretismo religioso e cultural, afastou os samaritanos de conteúdos e leituras profundas com a totalidade da Lei e das promessas como povo de Deus.

Outra barreira rompida pelo Salvador ao passar por Samaria foi desconstruir toda carga de ofensa que o judaísmo havia estabelecido contra outras etnias, inclusive, samaritanos. Essa barreira poderia ser intensificada quando uma mulher samaritana estava no caminho de um homem judeu, um rabino que possuía as limitações da lei cerimonial e possuía a faculdade de não ensinar a lei a quem não poderia recebê-la. A maioria de judeus e samaritanos não comiam no mesmo prato, nem bebiam no mesmo copo, além da contaminação ritualística, o medo era potencializado na mínima hipótese de uma mulher samaritana aprender a lei ou de forma inimaginável uma mulher ensinando a lei. Para a compreensão dessa barreira é importante observar que a surpresa não era apenas que o Mestre estaria em Samaria, dialogando com um nativo, mas que estava em Samaria, dialogando com uma mulher samaritana com agravantes em sua história que a afastava para mui longe dos caminhos “inefáveis” da religião. Mateos e Barreto<sup>51</sup> “expressam que um rabi não deveria falar com uma mulher pois era perda de tempo e um desvio do tempo de estudo da Torá”.

É importante ainda observar que as barreiras surgem a partir da ótica do judaísmo como expressão religiosa, mas não são observadas como barreiras a partir do encontro de Jesus com a mulher de Samaria; do sentar-se ao poço de Jacó e dialogar sobre os traumas da existência não com base nas limitações existenciais da mulher samaritana, mas no aprendizado com o Outro e com o ensino através do diálogo.

O encontro de Jesus com a mulher samaritana não acontece sobre as mazelas explícitas ou de modo ofensivo, mas olhando as dificuldades teológicas e morais, que apontam a esperança para a existência e isso acontece, a partir do diálogo mantido entre pessoas de confissões diferentes, sem trazer à tona os

---

<sup>51</sup> MATEOS, Juan; BARRETO, Juan. (op. cit) p. 228.

pontos de vistas que diferem como pedras inamovíveis. É o cristianismo nascendo como ramo novo, vindo de Jesus Cristo, a videira verdadeira (Jo 15,1).

Os paradigmas religiosos e culturais do judaísmo naquele encontro ruíram não como fruto de uma pesquisa etnográfica, mas com a plena recepção de Jesus Cristo como Salvador e Senhor pela mulher samaritana. Não houve uma substituição de símbolos culturais ou transposição de costumes para uma nova religião, mas uma transformação de vida, que foi legitimada quando o ser transformado se lança à vida missionária. O encontro entre Jesus e a mulher samaritana consolidou-se em ação e resultados missionários, onde o diálogo intercultural e até mesmo inter-religioso possibilitou o alcance dos samaritanos pela missionária convertida ao evangelho do Messias. O diálogo entre Jesus Cristo e a mulher Samaritana perpetuou na ação missionaria que ela assumiu perante seus patrícios. Diferente de outros momentos de igual relevância, onde o modo de proclamação do Evangelho foi um anúncio com grande estrondo, nesse episódio histórico, o Evangelho é inserido, quase construído a medida que a mulher samaritana tem a sua fé despertada.

Jesus didaticamente como *didaskalos*, por excelência, parte de pontos de contato desde os mais simples como a cidade de Sicar, o calor, fadiga, meio-dia, o casamento, a família, a história, as situações existenciais profundas como concepção da moralidade, conceitos teológicos e visão de mundo. A mulher samaritana, objeto de discriminação social, racial, cultural e religiosa é tirada do seu “poço” para vivenciar a fé no Salvador, tornando-se a primeira missionária intercultural da nova aliança.

Assim, toda missão genuína gera missão, o pastoreio de Cristo nos leva a pensa missiologicamente como subpastores para as nações. A Igreja peregrina é por natureza missionária, pois ela se originou na missão do Filho e da missão do Espírito Santo, segundo o desejo de Deus Pai<sup>52</sup> (AG 2). O encontro de Jesus com a mulher samaritana não estabeleceu um rito de proselitismo, mas uma rota missionária. Programaticamente, Jesus como missionário conduz o diálogo com

---

<sup>52</sup> DOCUMENTOS DA IGREJA. Vaticano II. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2007. AD GENTES – Atividade missionária da Igreja. p. 1087-1242.

base na sua Palavra, levando a Samaritana ao convencimento pelo Espírito Santo: “Este verdadeiramente é o Salvador do Mundo” (Jo 4,42).

## CAPITULO 2

### **UMA TEOLOGIA DA VOCAÇÃO MINISTERIAL NA TEOLOGIA CATÓLICA: O PASTOREIO DA IGREJA ATRAVÉS DO MAGISTÉRIO (ANÁLISE DE ALGUNS DOCUMENTOS)**

#### 2.1 A Importância dos Concílios Ecumênicos da Igreja na sua missão de pastoreio do povo de Deus

A Igreja como formatadora de pessoas, culturas e nações em muitos momentos da história pode ser conhecida a partir de discussões internas que levaram a decisões baseadas no entendimento da Sagrada Escritura. Muitas discussões internas foram encaminhadas a soluções através de reuniões específicas e em ambientes específicos, conhecidos na história como Concílios. Nos Concílios, a Igreja refletiu sobre si mesma e sobre o mundo que a cercava, somente o Concílio Vaticano II possui em caráter de maior transcendência que todos os demais Concílios.

Nos Concílios, buscou-se soluções para dúvidas, discordâncias ou tópicos teológicos, sempre visando uma aproximação da Sagrada Escritura, respondendo a questionamentos e resolvendo problemas de uma determinada época sempre olhando para o futuro. Muitas barreiras envolvendo os contextos e os conflitos foram vencidas e os dogmas basilares do Cristianismo foram erguidos dentro dos Concílios Gerais a partir das Sagradas Escrituras desenvolvendo paulatinamente a Tradição da Igreja originária da tradição judaica, gerando a tradição judaico-cristã.

Parece que as diferenças e divergências entre cristãos no campo teológico aconteceram desde os primeiros momentos da História da Igreja. Existem evidências internas nas Sagradas Escrituras que apontam divergências teológicas no próprio contexto do Colégio Apostólico e na Igreja Primitiva. Dois textos do Novo Testamento apontam esses indícios o primeiro em Atos dos Apóstolos 15, 36-41:

Depois de alguns dias, disse Paulo a Barnabé: “Voltemos agora a visitar os irmãos por todas as cidades onde

anunciamos a palavra do Senhor, para ver como estão”. Mas Barnabé queria levar consigo também João cognominado Marcos, enquanto Paulo exigia que não se levasse aquele que os deixara desde a Panfília e não os acompanhara no trabalho. A irritação tornou-se tal que eles se separaram um do outro. Barnabé, pois, tomando Marcos consigo embarcou para Chipre. Quanto a Paulo, escolheu Silas e partiu, recomendado à graça de Deus pelos irmãos.

E o segundo em Gálatas 2, 11-16:

Mas quando Cefas veio a Antioquia, eu o enfrentei abertamente, porque ele se tornara digno de censura. Com efeito, antes de chegarem alguns vindos da parte de Tiago, ele comia com os gentios, mas, quando chegaram, ele se subtraía e andava retraído, com medo dos circuncisos. Os outros judeus começaram também a fingir junto com ele, a tal ponto que até Barnabé se deixou levar pela sua hipocrisia. Mas quando vi que não andavam retamente segundo a verdade do Evangelho, eu disse a Pedro diante de todos: se tu, sendo judeu, vives à maneira dos gentios e não dos judeus, por que forças os gentios a viverem como judeus? Nós somos judeus de nascimento e não pecadores da gentilidade; sabendo, entretanto, que o homem não se justifica pelas obras da Lei, mas pela fé em Jesus Cristo, nós também cremos em Cristo Jesus para sermos justificados pela fé em Cristo e não pelas obras da Lei, porque pelas obras da Lei *ninguém será justificado*.

No contexto de Atos 15, se observa divergências estratégicas entre o Apóstolo Paulo e Barnabé quanto a pessoa de João Marcos. Este, havia deixado a equipe missionária da Primeira Viagem Missionária do Apóstolo Paulo e havia a intenção da parte de Barnabé em conduzi-lo na Segunda Viagem Missionária. Esta intenção gerou uma crise quanto a estratégia a ser utilizada. No segundo texto, a divergência gira em torno do assunto central do Concílio de Jerusalém<sup>53</sup> que envolvia a contextualização da Igreja quanto a recepção de gentios que se convertiam ao Evangelho. O Apóstolo Paulo divergiu do Apóstolo Pedro sobre o modo de convivência com os gentios. Mas não é possível afirmar dentro destes

---

<sup>53</sup> Ver: Meier, John P. “The Jerusalem Council: Gal 2:1-10; Atos 15:1-29” – Mid-Stream 35 (1996). Pgs. 465-475



relatos históricos que houvera uma dissidência ou rompimentos pessoais causados por diferenças de opiniões, visões ou estratégias<sup>54</sup>.

É possível, entretanto afirmar nestes episódios históricos, que a Igreja também foi um ambiente propício e acolhedor para pontos de vistas diferentes e muitos deles ao longo do tempo foram traduzidos numa prática teológica de pastoreio benéfica para a Igreja em sua catolicidade. Entretanto, o ambiente acolhedor num campo de multiplicidade de ideias e diversidade de pensamentos nem sempre trouxe crescimento e amadurecimento teológico. Aconteceram guerras, divisões, conflitos que perduraram décadas e alguns deles irreconciliáveis. Nesses momentos o pastoreio visível da Igreja, tornou-se uma tarefa secundária ou negligenciada por todos os grupos envolvidos.

Em consequência deste raciocínio, também é possível observar que nos momentos históricos quando grupos que trouxeram controvérsias permaneceram na essência do Evangelho e com uma aplicação prática (pastoral) da Teologia, como ocorreu no século XI (Igreja Ortodoxa) e no século XVI (Igreja Anglicana e a Igreja Reformada), o pastoreio permaneceu na Igreja de forma integral, mesmo havendo fortes divergências entre os pastores nas mais diferentes culturas e contextos das primeiras gerações que vivenciaram os conflitos. É possível perceber que a Igreja como *organismo* é maior que a Igreja como *organização* ou organizações. Aqui organismo refere-se a totalidade do corpo de Cristo que não pode ser limitado pelas estruturas, tempo ou etnias; organização ou organizações é a Igreja de Cristo que pode ser vista e caminha sobre a terra sob o cuidado dos seus líderes e composta de homens, limitada as estruturas, tempo e etnias. A primeira possui a plena visão da perfeição de Cristo sob os olhos de Deus. A segunda, caminha em aperfeiçoamento e será vista em sua perfeição como Deus a vê na Segunda Vinda de Jesus Cristo.

Observando ainda numa linha de tempo, desde o início da Igreja como instituição no Novo Testamento, foram realizados 21 Concílios Gerais. Destaca-se

---

<sup>54</sup> Não tem esta pesquisa o objetivo de analisar as motivações teológicas dos textos bíblicos citados. A menção a estes e outros textos da Sagrada Escritura possui a motivação de pontuar histórica e de modo cronológico os fatos ocorridos ou observar os argumentos levantados pelos autores bíblicos.

que antes do movimento da Reforma Protestante do Século XVI<sup>55</sup> todos os Concílios possuíram o proposito de resolver questões gerais de cunho teológico, tanto dogmático quanto pastoral e aplicáveis à toda a cristandade. Após o movimento da Reforma Protestante, o Cristianismo ainda não conseguiu retomar uma pauta mínima para a realização de um Concílio Geral que busque soluções para a Igreja e suas múltiplas dimensões e diversidade e especialmente para o homem cristão e não cristão, diante dos desafios, especialmente do terceiro milênio, nos últimos dias.

Os Concílios da Igreja aconteceram em momentos da História quando pareceu bem ao Espírito Santo redirecionar, esclarecer e apontar a marcha do povo de Deus, trazendo soluções para diversos problemas que surgiram no compasso dos séculos, naturalmente, ele usou homens, épocas e lugares diferentes para situações específicas, contudo, os efeitos, resoluções e dogmas destes concílios perpassaram os agentes humanos históricos.

## 2.2 Algumas contribuições conciliares para o pastoreio da Igreja

---

<sup>55</sup> Sob o ponto de vista acadêmico do autor a Reforma Protestante do século XVI trouxe inúmeras contribuições para o Cristianismo e para a História das Nações tanto no sentido teológico com uma farta produção acadêmica quanto científico que corroborou para a pesquisa e impulsos as Universidades existentes e futuras. Não se pode contudo, excluir a história da Igreja Cristã na expressão Católica antes, durante e pós-reforma e naquele momento o forte movimento missionário bem como a definição de dogmas no Concílio de Trento. Entretanto, não se pode negar que as causas da Reforma Protestante não foram apenas teológicas. Possivelmente, aconteceram causas políticas, econômicas e sociais. Neste sentido entende o autor que a Reforma Protestante foi também uma Reforma sob o ponto de vista das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Política) e Econômica e indiretamente trouxe benefícios ao Cristianismo como Religião. Contudo, não é aceitável sob os padrões bíblicos que causas teológicas tenham levado a Guerras e mortes em nome da fé e exista um grande muro de separação entre os Cristãos no mundo. Parece mais denso e alto que o muro separador de judeus e samaritanos, mesmo que se tenha 500 anos de História pós-reforma (1517-2017). Portanto, não seria justo, apontar a Reforma como a solução única para os diversos problemas do Cristianismo tanto no século XVI quanto nos séculos que se seguiram e séc. XXI. Em alguns momentos tanto na expressão católica quanto protestante parece que as decisões teológicas foram motivadas por decisões políticas o que afastou uma reaproximação da totalidade do povo de Deus na História e sobre a terra.

Do Concílio de Jerusalém (48)<sup>56</sup> ao Concílio Vaticano II (1962-1965) em 20 séculos, observa-se a Igreja como divisora dos tempos e principal elemento para transformação de culturas. O fortalecimento da Igreja, tanto no ambiente Católico Romano quanto Protestante após a Reforma Protestante do século XVI, principalmente após o Concílio de Trento (1545-1563) parece que direcionou o Cristianismo para uma busca teológica com menores explicações conceituais ou axiológicas tentando-se uma prática do Evangelho. Os Concílios Gerais que seguiram apontaram nesta direção e hoje os documentos elaborados refletem a caminhada do movimento Cristão.

É possível afirmar neste trabalho que a existência dos Concílios Gerais possibilitou conhecer não apenas os Fundamentos da Igreja, o ser Igreja, mas também a sua Missão de Igreja, andar como Igreja. Por este argumento, a Teologia Pastoral, focando no Pastoreio que a Igreja exerce no mundo, possui sólido fundamento nos Concílios da Igreja e seu desenvolvimento, sua missão, acontece a partir da prática ou da aplicação dos resultados destes Concílios.

### 2.2.1 Concílio Vaticano I (1869-1870)

Na história há uma *vacatio* teológica quanto a dogmas ou resoluções conciliares gerais de 306 anos entre o Concílio de Trento (1563) e um novo Concílio em 1869. O Concílio do Vaticano I (08 de dezembro de 1869 a 18 de dezembro de 1870), iniciou um processo de reforma na Igreja. As decisões fortaleceram dois aspectos da Igreja. Primeiro através da Constituição Dogmática para a Fé Católica - *Dei Filius*<sup>57</sup> na qual a teologia da Igreja foi afirmada e sistematizada a partir do fundamento de Deus como Criador de todas as coisas; a Revelação de Deus tanto no aspecto geral (luz natural da razão humana) quanto pelos livros e tradições não escritas (reafirmando o Concílio de Trento); a fé; a fé e a razão como duas ordens distintas do conhecimento, a razão natural e a revelação divina e por fim os cânones da Igreja Católica. Segunda foi

---

<sup>56</sup> Disponível em:

[http://www.vatican.va/various/basiliche/san\\_paolo/po/san\\_paolo/concilio.htm](http://www.vatican.va/various/basiliche/san_paolo/po/san_paolo/concilio.htm) - Acessado em 17/05/2016 - 10:40:00

<sup>57</sup> Disponível em: <http://inters.org/Vatican-Council-I-Dei-Filius> - Acessado em 7/05/2016 - 12:14:00

Constituição Dogmática *Pastor aeternus*<sup>58</sup> onde a infalibilidade do Papa como primado essencial para a Igreja de forma específica ex-cathedra, o que também trouxe extensão a autoridade do ensino da Igreja através Magistério. A extensão das atividades do Magistério possibilitou reformas que depois aconteceram no Concílio do Vaticano II e nos documentos papais que se seguiram sendo possível afirmar que até mesmo o Sinodo Geral dos Bispos aconteceria no futuro como resultado desta extensão magisterial.

O Concílio Vaticano I estabeleceu bases para as décadas e séculos futuros. Mesmo que tenha sido de curta duração, sua sistematização da Teologia trouxe benefícios para a Igreja, mesmo que houvesse críticas internas e externas principalmente a Constituição Dogmática *Pastor aeternus*. Contudo, de um lado, o Concílio Vaticano I defendeu a Igreja de marcas mais profundas do Iluminismo, do racionalismo e do próprio evolucionismo, por outro lado preparou a Igreja para o novo século, que foi o século XX, o maior século da história humana em termos de avanços significativos na ciência e de derrotas como as grandes guerras mundiais e outras de dimensões menores, mas destruidoras de sonhos e perspectivas futuras de muitos povos.

### 2.2.2 Concílio Vaticano II (1962-1965)

No mundo pós-guerra em erupção cultural precisava-se de uma Igreja que oferecesse resposta aos grandes questionamentos na virada da primeira metade do Século XX. Quando o mundo refletia sobre os efeitos desastrosos das guerras, as nações buscavam uma agenda mínima de unidade, o Papa João XXIII convocou o Concílio Ecumênico Vaticano II, consciente da real situação da humanidade, motivado pela confiança e observando os sinais dos tempos, certo da atual vitalidade da igreja. Assim, o Concílio foi convocado em 25 de janeiro de 1959<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> Disponível em: <http://es.catholic.net/op/articulos/19352/constitucin-dogmtica-pastor-aeternus.html> Acessado em 17/05/2016 12:47:00

<sup>59</sup> Conforme Constituição Apostólica *Humanae Salutis* - de 25 de dezembro de 1961. Concílio Vaticano 2: Mensagens, discursos e documentos. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2007. Pg: 11-18.

Durante o Concílio Vaticano II foram produzidos 22 discursos e mensagens aos participantes e para toda a Igreja no mundo; foram produzidas 04 Constituições Dogmáticas, *Sacrosanctum Concilium* (Liturgia); *Lumen Gentium* (Igreja); *Dei Verbum* (Sagradas Escrituras) e *Gaudium et Spes* (Igreja e mundo). Foram publicados 08 Decretos: *Inter Mirifica* (Meios de Comunicação Social); *Orientalium Ecclesiarum* (Igreja orientais católicas); *Unitatis Redintegratio* (Ecumenismo); *Christus Dominus* (Bispos); *Perfectae Caristatis* (Vida Religiosa); *Optatam totius* (Formação Sacerdotal); *Apostolicam actuositatem* (Leigos); *Ad Gentes* (Atividade Missionária da Igreja) e *Presbyterorum ordinis* (Ministério e a vida Sacerdotal). Além dos Discursos e mensagens, Constituições Dogmáticas e Decretos também foram feitas 03 Declarações: *Gravissimum educationis* (Educação Cristã); *Nostra aetate* (Religões não cristãs) e *Dignitatis humanae* (Liberdade religiosa). A busca pela reforma da Igreja e a opção por uma renovação ficou registrado nos documentos produzidos e nos resultados do Concílio a partir do seu término.

Alguns documentos do Concílio Vaticano II podem ser considerados como base para os Fundamentos do Pastoreio e para o avanço missionário da Igreja. Para limitações metodológicas e para especificação teórica este trabalho observa de modo sucinto e de forma panorâmica três das quatro Constituições Dogmáticas e dois dos oito Decretos do Concílio, mencionados anteriores.

#### 2.2.2.1 *Lumen Gentium*

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium*<sup>60</sup> sobre a Igreja, promulgada em 21 de novembro de 1964, versando sobre: o mistério da igreja; a igreja como povo de Deus; a constituição hierárquica da igreja especialmente o episcopado; os leigos; a vocação universal e a santidade na igreja; dos religiosos; da índole escatológica da igreja peregrina e sua união com a igreja celestial; da santíssima virgem Maria, mãe de Deus, no mistério de Cristo e de sua igreja.

#### 2.2.2.2 *Dei Verbum*

---

<sup>60</sup> Disponível em:

[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19641121\\_lumen-gentium\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html) - Acessado em 16/05/2016 - 12:04:00

A Constituição Dogmática *Dei Verbum*<sup>61</sup>, sobre a Revelação Divina, promulgada em 18 de novembro de 1965 é a segunda Constituição Dogmática, trata das Escrituras Sagradas, Sobre a divina revelação: A revelação em si mesma; a transmissão da revelação divina; a inspiração divina da Sagrada Escritura e sua interpretação; o Antigo Testamento; o Novo Testamento; a Sagrada Escritura na vida da Igreja.

### 2.2.2.3 *Gaudium Et Spes*

A Constituição Pastoral *Gaudium Et Spes*<sup>62</sup>, sobre a Igreja no mundo atual. Foi promulgada em 07 de dezembro de 1965, na expectativa de mostrar a união da igreja com a humanidade e falando o Concilio a todos os homens sobre a condição da humanidade nos dias atuais, mesmo vivendo épocas de descobertas e avanço, o homem vive entre esperanças e angustias; aponta que mudanças profundas acontecem e trazem reflexos ao espírito humano mas também acontecem socialmente, são mudanças sociais, as comunidades locais tradicionais desde as famílias aos mais variados grupos sociais são impulsionados a profundas transformações; essas mudanças no mundo também são psicológicas (provocando mudanças na mentalidade e estrutura de valores, especialmente dos jovens), refletem na moral, nas instituições, nas leis, nos modos de pensar e afetam a vida religiosa. Todas as mudanças provocam um desequilíbrio no mundo contemporâneo e levantam as profundas interrogações do gênero humano. A partir desta leitura do mundo *Gaudium et Spes* apresenta em dois direções o seu ensino. A primeira, mostrando a Igreja e a vocação humana, observando a dignidade da pessoa humana; a comunidade humana; a atividade humana no universo e a missão da Igreja nos dias atuais. A segunda, trata de alguns problemas mais urgentes percorrendo primeiro sobre a dignidade do casamento e da família e o progresso cultural.

---

<sup>61</sup> Disponível em:

[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651118\\_dei-verbum\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html) - Acessado em 16/05/2016 – 11:09:00

<sup>62</sup> Disponível em:

[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html#](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html#) - Acessado em 16/05/2016 – 16:58:00

Essas Constituições Dogmáticas apresentam a leitura do mundo atual e os fundamentos teológicos da Igreja que foi inserida neste contexto, não podendo se ausentar do mundo, mas agir para sua transformação. Os decretos *Optatam totius*<sup>63</sup> e *Presbyterorum ordinis*<sup>64</sup> trouxeram a especificidade ao trabalho pastoral ou sacerdotal.

#### 2.2.2.4 *Optatam totius*

Em *Optatam totius* o Concilio parte da leitura que faz tanto da necessidade da renovação da Igreja quanto da importância do trabalho sacerdotal neste novo contexto cultural. Observa-se que a formação deve ser adequada para cada situação, acomodando cada nação ou rito particular considerando a diversidade dos povos e regiões; prossegue estimulando as vocações sacerdotais a partir da responsabilidade de todo o povo cristão, dos seminários menores e Seminários maiores, sempre buscando o discernimento da vocação e observa-se ainda os Seminários interdiocesanos para suprir as carências de regiões específicas zelando pela qualidade do ensino teológico dos vocacionados.

A formação espiritual é em *Optatam totius*, o primeiro ensino e o mais requisitado, onde a piedade é exercitada e estendida ao amor à Igreja com obediência e abnegação, levando a uma vida pastoral não dissimulada, mas com rigor e vigor indispensáveis à ação pastoral. A castidade, como resultado da renúncia ao casamento por causa do reino do céu, mas sem omitir o conhecimento perfeito dos deveres e da dignidade do matrimônio cristão que representa a união de Cristo e sua Igreja, a proteção contra os perigos que ameaçam a castidade dos dias atuais deve ser observada por todos os vocacionados. Ainda na formação espiritual está o domínio de si e a formação espiritual e pastoral, estabelecida pelo bispo na formação intensiva levando a maturidade dos alunos.

---

<sup>63</sup> Disponível em:

[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19651028\\_optatam-totius\\_po.html#](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_optatam-totius_po.html#) - Acessado em 17/05/2016 – 12:00:00

<sup>64</sup> Disponível em:

[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19651207\\_presbyterorum-ordinis\\_po.html#](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_presbyterorum-ordinis_po.html#) - Acessado em 17/05/2016 13:00:00

Em *Optatam totius* que a renovação dos estudos eclesiásticos parte da cultura humanista e científica, a língua litúrgica no seu próprio rito e as línguas originais das Escrituras e da Tradição; nos Estudos orientados para a teologia onde a articulação entre as disciplinas filosóficas e teológicas para facilitar ao aluno compreender o mistério de Cristo, presente no mundo inteiro, especialmente na Igreja, buscando sempre o nexos entre a finalidade pastoral do curso e a sua própria vida pastoral. Seguem-se os estudos filosóficos, dando aos alunos uma visão coerente e sólida do ser humano, do mundo e de Deus e os estudos teológicos, nos quais a Sagrada Escritura como a alma de toda a teologia; passa-se pela teologia dogmática, teologia moral, direito canônico, história da Igreja, liturgia e ainda as outras religiões mais difundidas em cada lugar. Propõem que os métodos de ensino sejam revistos e que os mais dotados e virtuosos sejam encaminhados para a pós-graduação.

*Optatam totius* prossegue ainda apontando a formação para o ministério como educação para o diálogo, como educação missionária e prática pastoral, firmando que todo aprender teológico é uma formação contínua com atualização teórica e prática e conclui fazendo uma conexão com o Concílio de Trento na formação dos sacerdotes, no espírito de renovação que caracteriza.

#### 2.2.2.5 *Presbyterorum ordinis*

Este decreto de 07 de dezembro de 1965, foi um dos últimos documentos do Concílio Vaticano 2. O assunto é o ministério e a vida sacerdotal. O Concílio já havia tratado dos sacerdotes e seu lugar na Igreja tanto em *Sacrosanctum Concilium*; *Lumen gentium*; *Christus Dominus* e *Optatam totius*. O decreto é constituído em três capítulos, mas trata do tema de forma contínua e didática, sem alterar as esferas de assuntos. No primeiro capítulo o presbiterato na missão da Igreja, define primeiramente o que são presbíteros e o que fazem na vida da Igreja, segue apontando o seu ministério sacerdotal no mundo de hoje.

Em seu segundo capítulo aborda o ministério sacerdotal em três áreas, primeiro definindo a função do padre, como ministro da Palavra, dos Sacramentos, em particular da Eucaristia, seguido do educador do povo de Deus e segundo o sacerdote na comunidade, suas relações com o bispo, o



relacionamento dos padres entre si e o relacionamento dos padres com os leigos. A terceira parte trata da distribuição dos sacerdotes e vocações, voltando-se para a preocupação com o conjunto da Igreja (visão missionária para atender a Igreja no mundo) e as vocações sacerdotais.

No capítulo terceiro trata a vida sacerdotal sob três aspectos. A vocação dos sacerdotes à perfeição. Buscar a perfeição, o exercício do sacerdócio e da santidade e a unidade da vida sacerdotal. O segundo, as exigências espirituais da vida sacerdotal, humildade e obediência, a graça do celibato, a relação entre pobreza e riquezas e o terceiro, a vida espiritual dos sacerdotes, a caminhada nas Escrituras e na Eucaristia, o estudo e o saber pastoral, a justa remuneração de que devem receber por seu trabalho, o cuidado com a previdência social. Conclui o preciso decreto com uma exortação para que haja confiança em Deus no cumprimento de tão excelsa missão.

A influencia e resultados do Concilio Vaticano II ultrapassa a barreira dos 50 anos e chega aos nossos dias com o mesmo vigor que os Padres Conciliares formataram, influenciando a marcha da Igreja em varias esferas. Shaller expõe o pensamento do Papa *Benedicto XVI* quando ao Concilio Vaticano II nos seguintes termos:

Foi um momento de extraordinária expectativa. Algo grande tinha que suceder. Os concílios do passado haviam sido convocados quase sempre por uma pergunta concreta e que devia dar resposta. Esta vez não havia nenhum problema determinado que resolver e por isso havia no ambiente uma expectativa geral: o cristianismo, que havia sido edificado e conformado ao mundo ocidental parecia perder cada vez sua força plasmadora. Parecia haver cansado, e o futuro parecia estar dirigido por outros poderes espirituais<sup>65</sup>.

A eclesiologia de Bento XVI também permite concluir que o Concilio Ecumênico Vaticano II, assim como os demais Concilios na História da Igreja, foram instrumentos de pastoreio da Igreja e do mundo. O Concilio Ecumênico Vaticano II aconteceu quando o mundo preparava para a globalização e para a pós-modernidade, foi o ultimo Concilio Geral e sua influencia e resultados ainda

---

<sup>65</sup> Schaller, Christian. La eclesiologia del Concilio Vaticano II en los escritos de Joseph Ratzinger. Scripta Theológica. Vol 46. 2014 677-691, Universidad de Navarra, Espana.

são objeto de análise por teólogos em todo o mundo. Se fosse possível uma divisão no Cristianismo por períodos históricos, poderíamos pontuar a Reforma Protestante como um marco divisor e o Concílio Vaticano II como o outro marco divisor da História da Igreja.

Também Bevens, S.V.D.<sup>66</sup>, apontou que a Missão da Igreja esteve presente no coração do Concílio Ecumênico de Vaticano II, esta provavelmente foi o diferencial, a Igreja olhou para si, mas olhou para fora, é possível que esta seja a marca que imprimiu na história da Igreja a partir de então, sem negociar seus dogmas, abriu os braços para o mundo.

### 2.3 O Sinodo Geral dos Bispos como instrumento de pastoreio da Igreja à luz do Concílio Vaticano II

A aplicação dos resultados do Concílio na mente e na prática pastoral dos Ministros, especialmente dos Sacerdotes e assim no povo de Deus espalhado pelo mundo tornou-se foco de muitas frentes. É possível que uma iniciativa que trouxe excelência e maior celeridade para os documentos do Vaticano II foi a criação do Sinodo Geral dos Bispos pelo Papa Paulo VI. Parece que observando de um lado, os documentos do Concílio Vaticano II e outros documentos dos Concílios Gerais da Igreja Cristã, com sua densidade teológica e extensão que trazia à Igreja e ao mundo. Por outro lado, a necessidade de reflexões pastorais para se alcançar os objetivos dos conciliares originários, sem as quais seria impossível a Igreja a recepção da reforma impulsionada pela nova visão do Evangelho para os novos tempos.

Na busca da aplicabilidade dos dogmas conciliares na vida da Igreja o Papa Paulo VI criou através do *Moto próprio "Apostolica sollicitudo"*<sup>67</sup> de 15 de setembro de 1965, o Sínodo dos Bispos, ele mesmo definiu:

---

<sup>66</sup> Bevens, Stephen B, S.V.D. Revisiting Mission at Vatican II: Theology and Practice for today's Missionary Church. Theological Studies 74. 2013. Pg. 261-283. Santa Clara University, Santa Clara, CA, USA.

<sup>67</sup>Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/paul-vi/en/motu\\_proprio/documents/hf\\_p-vi\\_motu-proprio\\_19650915\\_apostolica-sollicitudo.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/en/motu_proprio/documents/hf_p-vi_motu-proprio_19650915_apostolica-sollicitudo.html) - Acessado em 31/05/2016.

É uma instituição eclesial, que nós, interrogando os sinais dos tempos, e ainda mais procurando interpretar em profundidade os desígnios divinos e a constituição da Igreja católica, estabelecemos após o Concílio Vaticano II, para favorecer a união e a colaboração dos Bispos de todo o mundo com essa Sé Apostólica, através de um estudo comum das condições da Igreja e a solução concorde das questões relativas à sua missão. Não é um Concilio, não é um Parlamento, mas um Sínodo de particular natureza.<sup>68</sup>

A criação do Sinodo Geral dos Bispos possibilitou a conceituação na Teologia Pastoral daquilo que foi idealizado na Teologia Sistemática e na Teologia Dogmática, trazendo ao mundo paroquial a Sistematização da Teologia diante dos desafios gerais e específicos da Igreja no mundo. Desde então aconteceram as seguintes Assembleias do Sinodo dos Bispos:

1967-2015<sup>69</sup>:

1967 – Ordinária – “A preservação e o fortalecimento da fé católica, a sua integridade, o seu vigor, o seu desenvolvimento, a sua coerência doutrinal e histórica”.

1969 – Extraordinária – “Cooperação entre a Santa Sé e as Conferências Episcopais”

1974 – Ordinária – “A evangelização no mundo moderno”

1977 – Ordinária – “A catequese no nosso tempo”

1980 – Especial para os países baixos – “A situação pastoral nos países baixos”

1980 – Ordinária – “A família cristã”

1983 – Ordinária – “A penitência e a reconciliação na missão da Igreja”

---

<sup>68</sup> Disponível em:

[http://www.vatican.va/news\\_services/press/documentazione/documents/sinodo\\_indice\\_po.html](http://www.vatican.va/news_services/press/documentazione/documents/sinodo_indice_po.html) - Acessado em 30/05/2016

<sup>69</sup> Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/roman_curia/synod/index_po.htm) - Acessado em 31/05/2016.

1985 – Extraordinária – “XX Aniversário da conclusão do Concílio Vaticano II”

1987 – Ordinária – “A vocação e a missão dos leigos na Igreja e no mundo”

1990 – Ordinária – “A formação dos Sacerdotes nas circunstâncias atuais”

1991 - Especial para a Europa – “Somos testemunhas de Cristo que nos libertou”

1994 – Especial para a África – A Igreja na África e a sua missão evangelizadora rumo ao ano 2000: “Sereis minhas testemunhas’ (At, 1,8) “

1994 – Ordinária – “A vida consagrada e a sua missão na Igreja e no mundo”

1995 – Especial para o Líbano – “Cristo é a nossa esperança, renovados pelo seu espírito, solidários testemunhamos o seu amor”

1997 – Especial para a América - "Encontro com Jesus Cristo vivo: o caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América"

1998 – Especial para a Ásia - "Jesus Cristo o Salvador e a sua missão de amor e serviço na Ásia: ‘Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância’ (Jo 10, 10)"

1998 – Especial para a Oceania - "Jesus Cristo: seguir o seu Caminho, proclamar a sua Verdade, viver a sua Vida: um chamado para os povos da Oceania"

1999 – 2a Especial para a Europa – “Jesus Cristo, vivo na sua Igreja, fonte de esperança para a Europa"

2001– Ordinária - "O Bispo: Servidor do Evangelho de Jesus Cristo para a esperança do mundo"

2002– Ordinária - "A Eucaristia: fonte e ápice da vida e da missão da Igreja"

2008 – Ordinária – “A Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja"

2009 – Especial para África - A Igreja na África a serviço da reconciliação da justiça e da paz. ‘Vós sois o sol da terra... Vós sois a luz do mundo’ (Mt 5, 13.14)"

2010 – Especial para o Oriente Médio - "A Igreja Católica no Oriente Médio: comunhão e testemunho. 'A multidão dos que haviam acreditado era um só coração e uma só alma' (At 4, 32)"

2012 – Ordinária – “A nova evangelização para a transmissão da fé cristã”

2014 – Extraordinária – “Os desafios pastorais da família no contexto da Evangelização”.

2015 – Ordinária – “A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo”

Todas as Assembleias tanto Ordinárias, Extraordinárias ou Especiais possuíram excelência e apresentaram relevância para a teologia cristã. Seus resultados podem ser analisados em outras vertentes de pesquisas em outros trabalhos futuros.

Também é possível conhecer a participação de teólogos brasileiros<sup>70</sup> na formatação do pensamento teológico católico neste período sendo sensível o direcionamento dado ao mundo cristão ao final de cada uma delas, a saber:

1967 - (Ordinária) - D. Agnelo Rossi, Arcebispo de São Paulo;

1977 - (Ordinária) – D. Aloisio Lorscheider, Arcebispo de Fortaleza;

1990 –(Ordinária) – D. Lucas Moreira Neves, Arcebispo de Salvador, BA;

1997 – (Especial para as Américas) - D. Eugenio de Araujo Sales, Arcebispo de São Sebastião, Rio de Janeiro.

2008 – (Ordinária) – D. Odilio Pedro Sherer, Arcebispo de São Paulo

2.4 Pastores *Dabo Vobis* – Uma Teologia pastoral para pastoreio da Igreja (uma leitura Protestante)

---

<sup>70</sup>Disponível em:

[http://www.vatican.va/news\\_services/press/documentazione/documents/sinodo\\_indice\\_po.html](http://www.vatican.va/news_services/press/documentazione/documents/sinodo_indice_po.html) - Acesso em 01 de junho de 2016

A teologia da vocação pastoral na Igreja Católica Apostólica Romana foi formatada ao longo dos séculos tendo como fundamento a Sagrada Escritura e erguida sob a solidez dos Concílios Gerais ou Concílios Ecumênicos na História. A solidez desta teologia se apresentou especialmente no último Concílio, Concílio Ecumênico Vaticano II.

A criação do Sinodo Geral dos Bispos e suas assembleias teve um papel fundamental na sistematização da teologia da vocação para a Igreja Católica. Claramente, é possível autenticar este fato especialmente, nos subsídios fornecidos ao Papa João Paulo II através dos resultados da VIII Assembleia Ordinária do Sinodo Geral dos Bispos (30 de setembro a 28 de outubro de 1990), sob o tema: "A formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais".

A partir dos resultados desta Assembleia Ordinária, o mundo cristão recebeu o direcionamento para uma teologia da vocação através da Exortação Pós-Sinodal do Papa João Paulo II, *Pastores dabo vobis* (25/03/1992). Este documento é uma prova importante da excelência e relevância do Sinodo Geral dos Bispos no cumprimento do seu papel originário, conforme estabeleceu o Papa Paulo VI.

*Pastores dabo vobis*, traduz a realidade dos novos ministros e impulsiona para uma nova prática ministerial, olhando o passado, com os pés no presente e projetando o futuro. O fundamento bíblico buscando por S. João Paulo II é o texto da Sagrada Escritura de Jeremias 3, 15 << dar-vos-ei pastores segundo o meu coração >>. Inicialmente, o autor busca uma conexão da promessa bíblica do texto básico do documento com a existência da Igreja e com a sua missão de chegar a todos as nações da terra. Nesta conexão, aponta-se o ápice do pastoreio e o modelo de pastor na pessoa do Senhor Jesus Cristo (Jo 10,11 e Heb 13,20). A introdução do documento que ensina a Igreja uma teologia da vocação é introduzido apontando a necessidade de pastores para o cumprimento da Grande Comissão (Mat 28, 19) e ao exercício da Eucaristia (Lc 22,19 cf. 1 Cor 11, 24) e assim ele expressa:

Pela fé, sabemos que a promessa do Senhor não pode deixar de cumprir-se. Esta promessa é exatamente a razão e a força que faz a Igreja alegrar-se perante o florescimento e

o aumento numérico das vocações sacerdotais, que hoje se registra em algumas partes do mundo, e representa o fundamento e o estímulo para um ato de maior fé e esperança mais viva, diante da grave escassez de sacerdotes que pesa noutras partes<sup>71</sup>

Existe uma demonstração da necessidade de uma revitalização da vocação ministerial na Igreja num contexto histórico de entrada de um novo milênio com mudanças culturais significativas, algumas sem comparativos históricos como o advento da Internet e a Globalização, aponta não apenas um convencimento teológico acadêmico mas profundo saber espiritual, ou seja, parece que a necessidade de novos ministros para uma nova realidade estava na espiritualidade pessoal de S. Joao Paulo II. Neste contexto, ele liderou um dia específico de orações por vocações ministeriais, alguns anos depois<sup>72</sup>.

A teologia da vocação pastoral teve prioridade em resoluções posteriores ao Concilio Vaticano II já na primeira Assembleia Ordinária dos Bispos, 1967 com a elaboração do documento “Normas Fundamentais para a Formação Sacerdotal<sup>73</sup>. Em *Pastores davo vobis*, S. João Paulo II mostra que a Igreja prosseguiu estudando o assunto e faz dois destaques. O primeiro, foi o Sinodo Geral dos Bispos de 1967 com 05 Congregações sobre a renovação dos Seminários e como resultado o documento “Normas fundamentais para a Formação Sacerdotal” e o segundo, o Sinodo Geral dos Bispos de 1971, quando metade dos trabalhos desenvolvidos foi dedicada ao Sacerdócio ministerial e a alguns aspectos da espiritualidade e do ministério sacerdotal.

S. João Paulo II traz para *Pastores davo vobis* a essência daqueles trabalhos quando expõe a necessidade de observar a realidade ministerial e os novos tempo que a humanidade para com mudanças culturais, ele assim escreveu:

---

<sup>71</sup> João Paulo II. Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a formação dos Sacerdotes – *Pastores Dabo vobis*: 8ª edição. São Paulo: Paulinas, 2015: pg. 6

<sup>72</sup> Disponível em: [https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/vocations/documents/hf\\_jp-ii\\_mes\\_30091999\\_xxxvii-voc-2000.html](https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/vocations/documents/hf_jp-ii_mes_30091999_xxxvii-voc-2000.html) - Acessado em 01/06/2016.

<sup>73</sup> Disponível em: <http://presbiteros.arautos.org/2014/08/documentos-basilares-para-o-estudo-da-formacao-dos-seminaristas/> - Acessado em 02/06/2016 – Este documento esteve em vigência até 1983 quando foi promulgado o novo Código de Direito Canônico.

O acento deslocou-se do problema da identidade do padre para os problemas relacionados com o itinerário formativo ao presbiterato e com a qualidade de vida dos sacerdotes. Na realidade, as novas gerações dos chamados ao sacerdócio ministerial apresentam características notavelmente distintas relativamente às dos seus imediatos predecessores, e vivem num mundo, em muitos aspectos, novo e em continua e rápida evolução<sup>74</sup>.

S. João Paulo II não trata do ministério pastoral de modo romântico ou superficial mas expõe claramente que as preocupações do Sinodo Geral dos Bispos de 1990 era incrementar vocações, formar candidatos e especificar ministérios com ministros realistas e, mas eficazes ou eficientes no exercício de suas funções. Neste contexto, faz com clareza uma solida distinção entre o Sacerdócio Comum e o Sacerdócio Hierárquico, ponto tão controverso entre protestantes e católicos ao longo dos séculos. Com base no Concilio Ecumênico Vaticano II ele expressa:

Assim, a própria vida do Povo de Deus manifesta o ensinamento do Concilio Vaticano II sobre a relação entre o sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial ou hierárquico. Pois, no mistério da Igreja, a hierarquia tem um caráter ministerial (cf. *Lumen gentium*, 10). Quanto mais se aprofunda o sentido da vocação própria dos leigos, tanto mais se evidencia o que é o próprio do sacerdócio (Sinodo 1990)<sup>75</sup>.

O modo como o Concilio Ecumênico Vaticano II definiu Sacerdócio Comum e Sacerdócio Hierárquico sua aplicabilidade na Igreja e o modo como S. João Paulo 2 aplicou neste contexto de teologia da vocação pastoral é um solido elemento unificador para controvérsias teológicas como será analisado posteriormente neste trabalho.

A Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores dabo vobis* possui seis direcionamentos didaticamente bem definidos. São abrangentes, mas buscam atender as especificidades do ministerial pastoral na Igreja Católica e dos demais ramos do Cristianismo. Inicia com a formação sacerdotal perante os desafios do final do segundo milênio; segue apontando a natureza e missão do sacerdócio

---

<sup>74</sup> S. João Paulo II (Op. cit): p 10

<sup>75</sup> S. João Paulo II (Op. cit): p 11



ministerial; a vida espiritual do sacerdote; a vocação sacerdotal na pastoral da igreja; a formação dos candidatos ao sacerdócio e conclui com a formação permanente dos sacerdotes.

A leitura do mundo e da cultura ao redor é a primeira proposta exortativa de S. João Paulo II, assim, inicialmente ele faz uma análise da cultura que cerca a Igreja. A humanidade do homem, ministro de Deus não é abandonada e ensina que o chamado de Deus aos seus sacerdotes dentro de determinados contextos humanos e eclesiais acontece para que haja manutenção do Evangelho de Cristo<sup>76</sup>. Sob esta ótica, o ministro (Padre) deve se assemelhar a Cristo no mundo de hoje e de amanhã e isso é imutável na carreira de um Padre, a contextualização do ser Padre e do seu modo de agir como Padre faz parte desta análise cultural.

João Paulo II não propõem um relativismo vocacional diante da cultura, mas uma conjugação da verdade permanente do ministério presbiterial com as solicitações e as características que deve possuir um ministro nos dias de hoje. De um lado, ele analisa a cultura e os padrões necessários para ser um ministro, por outro, ele impulsiona este sacerdote para interagir com a cultura<sup>77</sup>.

Na abordagem que faz da Cultura, se parte do amplo, genérico e axiológico para o micro, específico e estratégico. Aparentemente busca-se não uma ação apologética do ministério sacerdotal ou da teologia da vocação pastoral, mas a aplicabilidade da Teologia na vida do povo através da caminhada do ministro. Alguns inimigos são apontados que vão além do preconceito ideológico ou da obstrução aos valores espirituais e religiosos, inimigos como o racionalismo que produz um reducionismo científico, tornando a ciência insensível à razão humana ao encontro da Revelação e com a transcendência divina; também aponta o subjetivismo da pessoa ou a coisificação de pessoas que torna o homem individualista, se colocando por fim como hedonista e consumista, estes inimigos não apenas se apresentam culturalmente mas constituem desafio diante dos desafios de novas vocações ministeriais.

---

<sup>76</sup> S. Joao Paulo II (Op. cit): p 16

<sup>77</sup> S. João Paulo II (Op. cit): p 17

S João Paulo II, aponta que mesmo havendo um colapso de ideologias, humanamente invencíveis, não houve fim ao distanciamento do homem de Deus e do próprio homem, as consequências são alarmantes como a desagregação familiar, obscurecimento ou falsificação do verdadeiro sentido da sexualidade humana trazendo prejuízos incalculáveis à formação de jovens e interferindo no despertar e conduta vocacional, 'especialmente a vocação religiosa'<sup>78</sup>. Dentre as crises causadas por este caos cultural está o agravamento das crises sociais com a injustiça prevalecendo, uma concentração de riquezas nas mãos de poucos, uma escassa catequese, um pluralismo cultural e pastoral atacados por meios de comunicação em massa com mensagens da cultura que levam jovens para um maior distanciamento a cada geração.

Como resultado, encontra o jovem vocacionado o crescimento do individualismo, a subjetivização da fé, ausência de sensibilidade dos cristãos, menor fervor culminando com os perigos de interpretação da inviolabilidade da consciência individual no processo de transmissão e recepção do Evangelho e o menor compromisso paroquial do fiel:

Daqui deriva também o fenômeno de pertencas à Igreja cada vez mais parciais e condicionadas, que exercem influencia negativa sobre o ressurgimento de novas vocações ao sacerdócio, sobre a própria autoconsciência do sacerdote e sobre o ministério da comunidade<sup>79</sup>.

Ainda em *Pastores dabo vobis*, S. João Paulo II, aborda que ainda existem oportunidades nesta cultura em caos, a própria queda de ideologias, o modo de enfrentar o mundo dos adultos, a experiência de jovens com companheiros que sucumbiram diante das drogas e violência que os leva aos questionamentos fundamentais da vida, do sofrimento e da morte:

Em muitos jovens, torna-se mais explícita a questão religiosa e a necessidade de espiritualidade: daqui o desejo de oração, o retorno a uma leitura mais pessoal e frequente da Palavra de Deus e ao estudo da teologia<sup>80</sup>.

---

<sup>78</sup> S. João Paulo II (Op. cit): p 20

<sup>79</sup> S. Joao Paulo II (Op. cit): p 22

<sup>80</sup> S. João Paulo II (Op. cit): p 26

Contudo, assegura, que uma correta interpretação cultural e situacional do mundo poderá trazer uma resposta adequada e auxiliar na formação de sacerdotes que ‘estejam verdadeiramente à altura destes tempos, capazes de evangelizar o mundo de hoje<sup>81</sup>’, observando assim a resposta do Sinodo Geral dos Bispos, aplicando a realidade pastoral da Igreja. Para S. João Paulo II, uma correta interpretação cultural e situacional do mundo necessariamente deve acontecer com um correto discernimento do Evangelho, somente assim os novos ministros vencerão as dificuldades na nova evangelização.

A densidade dogmática da Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores dabo Vobis* é sensível em seu capítulo segundo quando S. João Paulo II, expõe e ensina sobre a natureza e a missão do Sacerdote ministerial:

O sacerdócio ministerial, mais concretamente o sacerdócio ministerial enquanto participação na Igreja do mesmo sacerdócio de Jesus Cristo. O conhecimento da natureza e da missão do sacerdócio ministerial é o pressuposto irrecusável, e ao mesmo tempo o guia mais seguro bem o como o estímulo mais premente para desenvolver na Igreja e ação pastoral de promoção das vocações sacerdotais e da formação dos chamados ao ministério ordenado<sup>82</sup>.

E:

... Se pode compreender a conotação essencialmente “relacional” da identidade do presbítero: mediante o sacerdócio, que brota das profundezas do mistério de Deus, ou seja, do amor do Pai, da graça de Jesus Cristo e do dom de unidade do Espírito Santo, o presbítero [e inserido sacramentalmente na comunhão com o Bispo e como os outros presbíteros, para servir ao povo de Deus que é a Igreja e atrair todos a Cristo...<sup>83</sup>

S. João Paulo II, traz ao mundo do sacerdócio ministerial não uma visão de distanciamento paroquial em sua prática pastoral. Mas com base no seu relacionamento com os mistérios da Trindade através da Sagrada Escritura, o ministro se aperfeiçoa teologicamente para servir ao povo de Deus nos dilemas e agruras da existência. Fundamentado então no Concílio Ecumênico Vaticano II

---

<sup>81</sup> S. João Paulo II (Op. cit): p 27

<sup>82</sup> S. João Paulo II (Op. cit): p 32

<sup>83</sup> S. João Paulo II (Op. cit): p 34

(*Presbyterorum ordinis*), ele expressa a universalidade do sacerdócio quando escreve:

O ministério do presbítero existe em favor da Igreja; é para a promoção do exercício do sacerdócio comum de todo o Povo de Deus; ordena-se não apenas para a Igreja particular, mas também para a Igreja Universal<sup>84</sup>.

Para S. João Paulo II, o sacerdócio ministerial, de fato, não significa de per si, um maior grau de santidade relativamente ao sacerdócio comum dos fiéis. É através do Sacerdócio comum dos fiéis que se outorga aos Presbíteros em Cristo no Espírito um dom particular para que possam ajudar ao povo de Deus a exercitar com fidelidade e plenitude do sacerdócio comum que lhes foi conferido. Com base no Concílio Ecumênico Vaticano II, ele aponta que a ordenação presbiterial não insere os sacerdotes, ministros numa limitada restrita ou missão mas de uma amplitude semelhante a dimensão confiada por Cristo aos Apóstolos<sup>85</sup>. Toda esta missão, no âmbito da Igreja, faz o sacerdote um homem da comunhão, do relacionamento com todas as pessoas tanto na missão evangelizadora quanto no diálogo com aqueles que pensam diferente e divergentemente.<sup>86</sup>

Todo este aparato teológico no ministério presbiterial traz uma nova visão à tarefa de Evangelização, sobretudo, pensando na Nova Evangelização. O povo de Deus, com uma nova postura, um novo ardor, novos métodos e uma nova expressão para o anúncio do Evangelho. A luz de *Pastores dabo vobis*, isso exige sacerdotes, radical e integralmente imersos no mistério de Cristo, e capazes de realizar um novo estilo de vida pastoral, marcado por uma profunda comunhão com o Papa, os Bispos e entre si próprios, e por uma fecunda colaboração com os leigos, no respeito e na promoção dos diversos papéis, carismas e ministérios no interior da comunidade eclesial.<sup>87</sup>

*Pastores Dabo Vobis* é um documento que mostra completude ao estudo do ministério pastoral na Igreja de Cristo, S. João Paulo II, trata também da vida

---

<sup>84</sup> S João Paulo II (Op. cit): p 43

<sup>85</sup> S João Paulo II (Op. cit): p 43

<sup>86</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 48

<sup>87</sup> S João Paulo II (Op. cit): p 44

espiritual do sacerdote. A especificação que a santidade é conhecida pela caridade possui raízes profundas no ensinamento do Senhor Jesus Cristo (Jo 13,35):

O Concílio afirma, antes de mais, a vocação “*comum*” à *santidade*. Esta vocação radica-se no Batismo, que caracteriza o presbítero como um “*fiel*” (*christifidelis*), como “irmão entre irmãos” inserido e unido com o Povo de Deus, na alegria de partilhar os dons da salvação (cf. Ef 4,4-6) e no compromisso comum de caminhar “segundo o Espírito”, segundo o Mestre e Senhor. Recordemos o celebre dito de Santo Agostinho: “Para vós sou Bispo, convosco sou cristão. Aquele é o nome de um cargo assumido, este de graça; aquele é um nome de perigo, este um nome de salvação”<sup>88</sup>.

O conteúdo essencial da caridade pastoral é uma manifestação da vocação. É portanto, um dom à Igreja, à imagem e, com o sentido de partilha do dom de Cristo. A grande demonstração vocacional e de santificação não pode ser lida pelo conhecimento e títulos adquiridos ao longo dos anos, mas pela demonstração de caridade junto ao povo de Deus. Esse é um dogma da vocação para o sagrado ministério:

A caridade pastoral é aquela virtude pela qual nós imitamos Cristo na entrega de si mesmo e no seu serviço. Não é apenas aquilo que o fazemos, mas o dom de nós mesmos que manifesta o amor de Cristo pelo seu rebanho. A caridade pastoral determina o nosso modo de pensar e de agir, o modo de nos relacionarmos com as pessoas. E não deixa de ser particularmente exigente de nós<sup>89</sup>.

O binômio santidade e caridade reflete na essência do ministro, do sacerdote, sendo imperativo, essencial e condição sem a qual é impossível reconhecer a vocação e o ministério sagrado. Na busca pessoal de mostrar santidade e caridade ao ministro é ensinado:

É essencial para a vida espiritual, que se desenvolve através do exercício do ministério, que o sacerdote renove continuamente e aprofunde sempre mais a consciência de ser ministro de Jesus Cristo em virtude da consagração

---

<sup>88</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 53

<sup>89</sup> S João Paulo II (Op. cit): p 59

sacramental e da configuração ao mesmo Cristo Cabeça e Pastor da Igreja.<sup>90</sup>

A santidade e o exercício da caridade constituem a primeira identidade e a característica visível de um cristão em qualquer tempo, cultura ou lugar. Isso independe de busca por uma vocação específica, mas faz parte do próprio mistério da conversão a Jesus Cristo. São assim exercícios radicais e necessários a todos os cristãos. Tal fundamento em *Pastores Dabo Vobis* se solidifica quando S Joao Paulo 2 expressa:

Para todos os cristãos, sem exclusão de ninguém, a radicalidade evangélica é uma exigência fundamental e irrecusável, que brota do apelo de Cristo a segui-lo e imita-lo, em virtude da íntima comunhão de vida com Ele operada pelo Espírito (cf. Mt 8, 18-27; 10, 37-42; Mc. 8, 34-38; 10, 17-21; Lu 9, 57-62)<sup>91</sup>.

Após identificar características no sacerdote de um cristão verdadeiro, S Joao Paulo II, seguindo o ensino do Concilio Vaticano II, instrui sobre as condições, exigências, modalidades e frutos da vida espiritual do Sacerdote se relacionam com o seu tríplice ministério com a Palavra, com os Sacramentos e com a Caridade. Para ele, o estudo da Palavra, fornece a garantia para integridade na transmissão da Palavra. Ao mesmo tempo que o amor é inserido ao estudo da Palavra e a tradição da Igreja o ministro, sacerdote, transita com fidelidade à sua vocação. Trata-se segundo S João Paulo II de uma obediência apostólica que leva o ministro à submissão aos que estão investidos de autoridade eclesial:

A obediência cristã autêntica, retamente motivada e vivida sem servilismos, ajuda o presbítero a exercitar com evangélica transparência a autoridade que lhe é confiada perante o Povo de Deus: sem autoritarismos ou preferências demagógicas. Só quem sabe obedecer em Cristo, sabe requerer, segundo o Evangelho, a obediência de outrem<sup>92</sup>.

No contexto de obediência, sujeição a Palavra e prática da caridade a sobrevivência física do ministro é abordada. A sua relação com as coisas

<sup>90</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 65

<sup>91</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 72

<sup>92</sup> S João Paulo II (Op. cit): p 74

materiais e de forma específica o seu salário, necessário para a sua própria manutenção em outras palavras a sua relação com o dinheiro:

Só a pobreza assegura ao presbítero a disponibilidade para ser enviado onde o seu trabalho se torna mais útil e urgente, mesmo com sacrifício pessoal. É condição e premissa indispensável para a docilidade do apóstolo ao Espírito, que o torna pronto a “ir” sem laços nem amarras, seguindo apenas vontade do Mestre (cf. Lc 9,57-62; Mc 10,10-22)<sup>93</sup>

Observando o ensino do Concílio Ecumênico Vaticano II<sup>94</sup> S. João Paulo II aponta de forma clara que a pobreza sacerdotal tem um significado profético, de particular urgência como uma contracultura à cultura opulenta e consumista:

O sacerdote verdadeiramente pobre é certamente um sinal concreto de desprendimento, da renúncia e da não submissão à tirania do mundo contemporâneo que coloca toda a sua confiança no dinheiro e na segurança material.<sup>95</sup>

O exercício do ministério pastoral (sacerdotal) numa Igreja local (igreja particular) é um dos grandes desafios abordados neste documento. Exercer o ministério como teólogo ou entre as mais diversas atividades ou instituições da Igreja, sem apresentar uma necessária conexão uma Igreja particular (uma paróquia) parece afastar o ministro do sentido real de sua vocação:

É necessário que o sacerdote tenha a consciência de que o seu “estar numa Igreja Particular” constitui por natureza um elemento qualificante para viver uma espiritualidade cristã. Nesse sentido, o presbítero encontra, precisamente na sua pertença e dedicação à Igreja particular, uma fonte de significados, de critérios de discernimentos e ação, que configuram quer a sua missão pastoral quer a sua vida espiritual<sup>96</sup>.

O nascedouro formal da vocação sacerdotal está no sacramento da Ordem. A caminhada com Deus e com os homens se faz pelo desenvolvimento da santidade através do exercício da caridade dentro deste conceito sacro e ao mesmo tempo público, S. João Paulo II expressa:

---

<sup>93</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 80

<sup>94</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 79

<sup>95</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 81

<sup>96</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 83

A santidade é intimidade com Deus, é imitação de Cristo pobre, casto e humilde; é amor sem reserva as almas e entrega pelo seu próprio bem; é amor à Igreja que é santa e nos quer santos, porque assim é a missão que Cristo lhe confiou. Cada um de vós deve ser santo também para ajudar os irmãos a seguir a sua vocação à santidade<sup>97</sup>.

A vocação pastoral é inicialmente um sentimento, uma realização e uma ação do ministro consigo mesmo e com Deus. Não é possível mensurar essa vocação, senão pelos frutos espirituais da santidade e da caridade. Internamente, a vocação pastoral cresce como uma chama divina na essência do ministro, sacerdote e se torna explícita a medida que os atos se manifestam no meio do povo de Deus. O reconhecimento através do sacramento da Ordem e de uma Igreja Particular ou da Igreja, ou seja, o reconhecimento do povo de Deus tanto como organismo quanto como organização são ações derivadas da ação do Espírito Santo no coração do vocacionado.

S. João Paulo II, prossegue sua exortação no capítulo quarto, discorrendo sobre a vocação sacerdotal na pastoral da Igreja. Fundamenta biblicamente que a vocação ministerial vem do colégio apostólico formado pelo Senhor e é a igreja no “Evangelho da vocação” que pode-se identificar o paradigma, a força e o impulso da sua pastoral vocacional. Sem uma ação específica, para cuidar da vida vocacional desde o seu nascimento, discernimento e acompanhamento das vocações, particularmente das vocações ao sacerdócio. E assim expressa:

A dimensão vocacional é conatural e essencial á pastoral da Igreja. A Igreja está no fato de que a vocação define, em certo sentido, o ser profundo da Igreja, ainda antes do seu operar... uma leitura propriamente teológica da vocação sacerdotal e da pastoral que lhe diz respeito pode brotar apenas uma leitura do mistério da Igreja como *mysterium vocationis*<sup>98</sup>

S Joao Paulo II não restringe a ação vocacional de Deus apenas no ministério sacerdotal, ou na vocação pastoral. Ele ensina que toda vocação, todo

---

<sup>97</sup> S. Joao Paulo II (Op. cit): p 86

<sup>98</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 91



ato chamar para uma determinada missão é sempre de Deus, inclusive e especialmente o ministério pastoral:

A vocação de cada sacerdote subsiste na Igreja e para a Igreja: para ela se realiza uma semelhante vocação. Daqui se segue que cada presbítero recebe a vocação do Senhor, através da Igreja, como um dom gratuito, uma *gratia gratia data (charima)*.<sup>99</sup>

Ainda afirma que a vocação é uma graça divina e mais um direito do homem como criatura à imagem e semelhança de Deus, assim não se pode pensar, nem considerar nem mesmo a vida sacerdotal como um mecanismo para promoção humana, ou para ou projeto pessoal<sup>100</sup>. Em outras palavras, toda vocação, procede de Deus e deve glorificar a Deus à medida que é desenvolvida para o crescimento do homem e especialmente do Evangelho.

João Paulo 2, busca no Sinodo Geral dos Bispos que havia apontado alguns responsáveis pela crise vocacional pastoral, como as raízes culturais e a mentalidade e práxis dos cristãos que traziam a necessidade e de reconstruir a mentalidade cristã, gerada e sustentada da fé.<sup>101</sup> Dentro desta perspectiva, a evangelização deve apresentar o verdadeiro rosto de Deus Pai em Jesus Cristo chamando a cada um e somente assim, o sentido da liberdade humana e as bases as vocações, inclusive a vocação ministerial terá sentido para as pessoas do nosso tempo. Assim expõe que a pregação sobre vocação deve acontecer neste ambiente de pastoral vocacional, de forma direta e específica e ainda persuasiva:

Uma autentica pastoral vocacional nunca se cansará de educar as crianças, os adolescentes e os jovens para a atração pelo compromisso, para o sentido gratuito, para o sacrifício, para a doação incondicionada de si mesmo<sup>102</sup>.

Neste ambiente organizacional da vocação numa pastoral vocacional, a Exortação Apostolica aponta o chamado vocação como um chamado ao voluntariado e não ao interesse, isso certamente, afasta os maus desígnios para

---

<sup>99</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 94

<sup>100</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 94

<sup>101</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 100

<sup>102</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 107

uma vocação ministerial uma vez que todas as vocações ministeriais são dadas de Deus para a Igreja:

A vocação sacerdotal é um dom de Deus, que constitui certamente um grande bem para aquele que é o seu primeiro destinatário. Mas é também um dom para a Igreja inteira um bem para a sua vida e missão<sup>103</sup>.

Para fortalecer toda sua argumentação teológica sobre a pastoral vocacional, S João Paulo II aponta um itinerário<sup>104</sup> para se encontrar vocacionados, como um mapa eclesial. Primeiro, a família, o primeiro Seminário, depois a escola como uma extensão da família onde a pessoa é chamada a viver a sua identidade e desenvolver os valores familiares, seguem os catequistas, professores, animadores da pastoral infantil e todo o ambiente das comunidades diocesanas e paroquiais cujos membros podem oferecer suas orações e contribuir para o desenvolvimento das vocações ministeriais, fala ainda dos grupos, movimentos, associações de fiéis leigos.

Uma teologia da vocação pastoral é formatada tratando no capítulo quinto que trata da formação do Candidato ao Sacerdócio. No estilo de um teólogo com embasamento bíblico, S João Paulo II, compara a formação do colégio Apostólico com um Seminário onde o Senhor Jesus acompanhou a formação dos seus Apóstolos. O seu alvo é mostrar que em todos os tempos o Senhor Jesus Cristo é o formador dos seus ministros. Assim, o Seminário é apontado como um espaço espiritual da fé e a vocação ministerial antes de ser um espaço material:

...viver em um seminário, escola do Evangelho, significa viver o seguimento de Cristo como os apóstolos, significa deixar-se iniciar por Ele no serviço do Pai e homens, sob a orientação do Espírito Santo; significa deixar-se configurar a Cristo Bom Pastor, para um melhor serviço sacerdotal na Igreja e no Mundo... Formar-se para o sacerdócio significa habituar-se a dar uma resposta à questão fundamental de Cristo: Tu amas-me?, A resposta, para o futuro sacerdote, não pode senão o dom total da sua própria vida.<sup>105</sup>

---

<sup>103</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 108

<sup>104</sup> S. Joao Paulo II (Op. cit): p 110

<sup>105</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 114

No conjunto que abarca a formação ministerial, S João Paulo II trata de três aspectos: as dimensões da formação sacerdotal (ministerial), os ambientes da formação sacerdotal (ministerial) e os protagonistas da formação sacerdotal (ministerial). Nas dimensões da formação ministerial, o ponto de partida é toda formação humana que colaborarão com a formação da personalidade dos ministros e faz a citação dos padres Sinodais:

... a formação humana dos padres revela a sua particular importância relativamente aos destinatários da sua missão: precisamente para que o seu ministério seja humanamente mais credível e aceitável, é necessário que ele modele a sua personalidade humana de modo a torna-la ponte e não obstáculo para os outros... o sacerdote seja capaz de conhecer em profundidade a alma humana, intuir dificuldades e problemas, facilitar o encontro e o dialogo, obter confiança e colaboração, exprimir juízos serenos e objetivos.<sup>106</sup>

Com base no pensamento do Apostolo São Paulo em Filipenses 4:8 “Tudo que é verdadeiro, nobre, justo, puro, amável, honrado, o que é virtude e digno de louvor, é o que deveis ter no pensamento” para fazer fluir o ambiente interior da vocação. S João Paulo II, aponta também o relacionamento de um ministro que não é apenas consigo, mas também e essencialmente com os outros:

... Se afigura a capacidade de relacionamento com os outros, elemento verdadeiramente essencial para quem é chamado a ser responsável por uma comunidade e a ser “homem de comunhão”<sup>107</sup>.

Neste contexto, a teologia da vocação pastoral de S João Paulo II, aponta a necessidade de maturidade afetiva do candidato ao sacerdócio.<sup>108</sup> Para S João Paulo 2, maturidade afetiva é resultante de uma educação para o amor verdadeiro

<sup>106</sup> S Joao Paulo II (Op. cit) p 116

<sup>107</sup> S Joao Paulo II (Op. cit) p 118

<sup>108</sup> Posteriormente este assunto (Maturidade afetiva do candidato ao sacerdocio) foi desenvolvido e tratado em pelo menos dois importantes documentos do Magistério:

Orientações para a utilização das competências psicológicas na admissão e na formação dos candidatos ao sacerdócio - Disponível em:

[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc\\_con\\_ccatheduc\\_doc\\_20080628\\_orientamenti\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20080628_orientamenti_po.html) - Acessado em 03/06/2016

Sobre os critérios de discernimento vocacional acerca das pessoas com tendências homossexuais e da sua admissão ao Seminário e às Ordens Sacras - Disponível em: [Http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc\\_con\\_ccatheduc\\_doc\\_20051104\\_istruzione\\_po.html](Http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20051104_istruzione_po.html) - Acessado em 03/06/2016

e responsável. Estes aspectos interno e externo da vocação ministerial são fundamentos não apenas dentro da teologia da vocação na Igreja Católica Apostólica Romana, mas também em outros seguimentos do Cristianismo.

O chamado interno exige a formação espiritual do candidato para o ministério e exige assim, uma identidade estruturada daqueles que serão presbíteros ou sacerdotes. A disciplina espiritual, leva não apenas a “ser um padre”, mas a “agir como um padre”, a disciplina espiritual constitui o elemento de maior importância na formação sacerdotal.<sup>109</sup> A disciplina espiritual impõe ao ministro a configuração plena da sua união ao Senhor Jesus Cristo, isso se fundamenta no Batismo, se alimenta na Eucaristia e se exprime diariamente em sua caminhada. O Papa chamada de mistério da vida cristã<sup>110</sup> no qual o influxo da vida cristã apresenta o “ethos” da vida do cristão. Na caminhada cristã, a união com Jesus Cristo é a força matriz da amizade: “Já não vos chamo servos porque o servo não sabe o que faz o seu senhor; chamo-vos amigos porque tudo o que ouvi de meu Pai vo-lo dei a conhecer” (Jo, 15,15).

O segundo grande valor é a procura por Cristo na trajetória da formação espiritual do ministro quanto a esse aspecto expressa o S Joao Paulo 2:

Em certo sentido, a vida espiritual de quem se prepara para o sacerdócio é dominada por esta procura: por esta e pelo “encontrar” o Mestre, para o seguir e permanecer em comunhão com Ele. Também no ministério e na vida sacerdotal, esta procura deverá continuar, tão inesgotável é o mistério da imitação e da participação na vida de Cristo. Assim como deverá continuar este “encontrar” o Mestre, para transmiti-lo aos outros, melhor ainda, para despertar nos outros o desejo de procurar o Mestre.<sup>111</sup>

A leitura das Escrituras (meditada e orante) é a leitura humilde e cheia de amor d’Aquele que fala, é a força da Palavra de Deus que traz familiaridade e facilita o itinerário da conversão não apenas de separar-se do mal para aderir ao bem, mas alimentar o coração com os pensamentos de Deus, do modo que a fé,

---

<sup>109</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 123

<sup>110</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 124

<sup>111</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 126

que vem como resposta á Palavra, se torne novo critério de Juízo e avaliação dos homens e das coisas, dos acontecimentos e dos problemas.

A leitura das Escrituras produz respostas no homem de Deus, a primeira e fundamental forma de resposta é a oração, uma exigência primaria na formação espiritual, o padre é um educador para a oração, o valor da vida sacerdotal dependerá do valor da oração na vida de um padre. Num contexto de agitação e ruído como o da nossa sociedade, uma necessária pedagogia para a oração é a educação para o sentido profundamente humano e para o valor religioso do silencio, qual atmosfera espiritual indispensável para se perceber a presença de Deus e para se deixar conquistar por ela (cf. 1 Re 19, 11-14)<sup>112</sup>

Esse resgate do silencio é fundamental para o exercício da vida cristã seja qual for a matiz teologica que vive o individuo. Num mundo e numa cultura que resolveu falar e jamais ouvir, o ministro, o vocacionado, o sacerdote é chamado ao resgate do silencio, sem o qual é imperceptível a presença de Deus. O exercício vocacional com as Escrituras, leva a oração, que leva ao resgate do silencio, contudo, o ponto culminante da oração não é o silencio, mas a Eucaristia e assim expressa teologicamente S João Paulo II:

Para a formação espiritual de todo e qualquer cristão, e especialmente do sacerdote, é inteiramente necessária a educação litúrgica, no pleno sentido de uma inserção vital no mistério pascal de Jesus Cristo morto e ressuscitado, presente e operante nos sacramentos da Igreja<sup>113</sup>.

Na teologia de S Joao Paulo II, todo cuidado com a vida interior e a com manifestação da vida espiritual nutrida pela Escritura, pela oração e pela Eucaristia, faz o sacerdote mostrar sua formação espiritual no relacionamento com os demais seres humanos. Toda sua vida de intimidade com Deus, oração e contemplação assume uma forma comunitária e ao exercício da caridade:

O presbítero é, portanto, o homem da caridade, e é chamado a educar os outros para a imitação de Cristo e para o Seu mandamento novo do amor fraterno (cf. Jo 15,12). Mas isto implica que ele próprio se deixe

---

<sup>112</sup> S Joao Paulo II (Op. cit) p 129, 130

<sup>113</sup> S Joao Paulo II (Op. cit) p 130

continuamente educar pelo Espírito para a caridade de Cristo. Nesse sentido, a preparação para o sacerdócio não pode deixar de implicar uma séria formação para a caridade, particularmente para o amor preferencial pelos “pobres, nos quais a fé descobre a presença de Jesus (cf. Mt 25, 40), e para o amor misericordioso pelos pecadores”<sup>114</sup>

A formação intelectual do futuro sacerdote possui um diferencial espiritual em relação das demais vocações, por se tratar de requisito inicial. A sua inteligência da fé vem antes que sua inteligência intelectual. Este é um argumento importante e essencial no pensamento teológico de S João Paulo II:

A formação intelectual dos candidatos ao sacerdócio encontra a sua específica justificação na própria natureza do ministério ordenado e manifesta a sua urgência atual de frente ao desafio da “nova evangelização”, à qual o Senhor chama a Igreja no limiar do terceiro milênio.<sup>115</sup>

Num mundo de indiferenças religiosa, difusa desconfiança relativamente às reais capacidades da razão para atingir a verdade objetiva e universal somada e de pluralismo acentuado requer discernimento crítico, exigindo uma formação intelectual mais séria, contudo como motivação pastoral no progresso educativo do futuro sacerdote.

O estudo da teologia como instrumento de adesão à Palavra de Deus, deve também de forma essencial caminhar com o estudo da Filosofia para uma melhor compreensão e interpretação mais profunda da pessoa, de sua liberdade, de suas relações com o mundo e com Deus. S. Joao Paulo II esclarece que a formação intelectual do sacerdote o faz caminhar não apenas como um homem que sabe a respeito da fé teológica, mas vive a fé teológica, assim o habitus da teologia, a fé conforme S. Tomás, faz o sacerdote crer e viver a teologia das Escrituras.

Os dois aspectos da fé: a fé e a reflexão madura, estão profundamente conexos, entrelaçados: precisamente a sua íntima coordenação e compenetração decide a verdadeira natureza da teologia, e, conseqüentemente decide, os

---

<sup>114</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 134

<sup>115</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 138

conteúdos, modalidades e espírito, segundo o qual a sacra doutrina deve ser elaborada e estudada<sup>116</sup>.

A formação teológica do futuro ministro, sacerdote deve comungar da caridade de Cristo Bom Pastor, assim os diversos aspectos da formação devem ter um caráter essencialmente pastoral, as experiências pastorais podem e devem contribuir para o aprofundamento teológico e a atividade pastoral valoriza a vida de comunhão cada vez mais profunda com a caridade pastoral de Jesus Cristo. Não se trata, portanto, de técnicas, métodos, estratégias, mas tudo colaborando para o despertar e o desenvolvimento da sensibilidade pastoral no sacerdote. A Igreja particular terá a sua vida enriquecida a medida que o sacerdote vivencia a dimensão missionária do seu chamado para aquela comunidade e vive nela o Evangelho através da caridade de Jesus Cristo. Assim:

Na escolha dos lugares e serviços adaptados ao exercício pastoral, deve reservar-se uma especial atenção à paróquia, célula vital das experiências pastorais setoriais e especializadas, na qual virão a encontrar-se de frente aos problemas particulares do seu futuro ministério<sup>117</sup>

É na paróquia, o ambiente vivo, onde a vocação ministerial será, não apenas provada, mas sobretudo exercida na totalidade da fé do vocacionado. Viver a paróquia é viver a intensidade da vocação e viver as potencialidades e carências do vocacionado.

Nos ambientes reservados para a formação sacerdotal S Joao Paulo II, considera primeiramente o Seminário Maior, semelhante ao treinamento de Jesus Cristo aos Apóstolos como responsável em desenvolver a identidade dos futuros sacerdotes. É o Seminário Maior uma experiência original na vida da Igreja, sendo uma comunidade de discípulos que alimenta no candidato o sentido de união dele com o seu Bispo e Presbitério:

É essencial para a formação dos candidatos ao sacerdócio e ao ministério pastoral, o qual por sua natureza é eclesial, que o seminário seja sentido não de um modo exterior e superficial, quer dizer, como simples lugar de habitação e de

---

<sup>116</sup> S Joao Paulo II (Op. cit) p 143

<sup>117</sup> S Joao Paulo II (Op. cit) p 154

estudo, mas de um modo interior e profundo: como uma comunidade, um comunidade especificamente eclesial, uma comunidade que revive a experiência do grupo dos Doze unidos a Jesus<sup>118</sup>.

Considera o Seminário Menor e as outras formas de acompanhamento vocacional, como necessários para o despertar das vocações ainda na mais tenra idade:

A Igreja toma ao seu cuidado estes germes de vocação, semeados no coração dos pequenos, proporcionando-lhes, através da instituição dos Seminários Menores, um solícito, ainda que inicial, discernimento e acompanhamento<sup>119</sup>.

Na sua teologia da vocação ministerial *Pastores dabo vobis* S Joao Paulo II após tratar dos ambientes para a formação sacerdotal sistematiza os protagonistas (responsáveis, colaboradores) da formação sacerdotal. Discorre sobre o papel da Igreja e do Bispo, que auxiliam no desenvolvimento do germe vocacional a partir de suas ações no processo de formação do futuro sacerdote.

A presença do Bispo adquire um valor particular, não só porque ajuda a comunidade do Seminário a viver a sua inserção na Igreja particular e a sua comunhão com o Pastor que a guia, mas também porque estimula e dá autenticidade àquele fim pastoral que constitui a especificidade da completa formação dos candidatos ao sacerdócio.<sup>120</sup>

Além do Bispo, a própria comunidade educativa do Seminário é um ambiente propício para o desenvolvimento da vocação, todos os entes que compõem a direção e professores contribuem para a formação do futuro sacerdote. Um destaque aqui é feito aos professores de teologia que agindo com fidelidade as Escrituras e ao Magistério da Igreja, contribuem para o crescimento da vocação e da carreira sacerdotal do candidato.

Ainda aponta dois outros protagonistas na formação dos futuros sacerdotes, a comunidade de origem incluindo as associações e movimentos juvenis e o próprio candidato. Para ele, as comunidades de origem:

---

<sup>118</sup> S Joao Paulo II (Op. cit) p 160

<sup>119</sup> S Joao Paulo II (Op. cit) p 165

<sup>120</sup> S Joao Paulo II (Op. cit) p 170



As comunidades de origem de onde provem o candidato ao sacerdócio, mesmo com a necessária separação que a opção vocacional implica, continuam a exercer um influxo não indiferente na formação do futuro sacerdote. Devem, por isso, estar conscientes da sua específica quota parte de responsabilidade<sup>121</sup>.

Nesse contexto, a família, seguida da comunidade paroquial, as associações e movimentos juvenis e a nova comunidade do Seminário em comunhão participam da formação do futuro sacerdote. Por fim, o próprio candidato, que recebeu o impulso vocacional, a atração do Espírito Santo para o ministério pastoral também é apontada como protagonista por sua formação:

Não se pode esquecer, finalmente que o próprio candidato ao sacerdócio deve ser considerado protagonista necessário e insubstituível na sua formação: toda e qualquer formação, naturalmente incluindo a sacerdotal, é no fim de contas uma auto-formação. Ninguém, de fato, nos pode substituir na liberdade responsável que temos como pessoas individuais<sup>122</sup>.

É possível perceber que a teologia da vocação de João Paulo II, não permaneceu no discurso teológico, mas numa jornada global de peregrinação, o Papa também despertou milhares de jovens para uma espiritualidade mais próxima da Igreja e também para a vocação ministerial. George<sup>123</sup> num relatório sobre os contatos da Igreja Católica com os jovens, afirma que a partir de 1985 foi sensível a aproximação dos jovens com a Igreja Católica, cuja marca histórica pode ser atribuída a criação do *World Youth Day* (Dia de Encontro com a Juventude) sendo um dos indicativos que múltiplos instrumentos podem ser utilizados para o despertar das vocações ministeriais e na formação dos vocacionados.

Para completude de sua teologia da vocação pastoral, S Joao Paulo II dedica a ultima parte de sua Exortação Apostolica Pós-Sinodal *Pastores Dabo vobis à Formação permanente dos Sacerdotes*. As razões por ele levantadas inicialmente a partir do fundamento bíblico (2 Tim 1,6), buscando sempre

<sup>121</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 175

<sup>122</sup> S Joao Paulo II (Op. cit): p 178

<sup>123</sup> George, Sherron. *Report on Pope Francis and the 2013 World Youth Day*. International Bulletin of Missionary Research: Vol. 38. New Haven, USA. Abril, 2014.

preservar a “novidade permanente<sup>124</sup>” do ministério sacerdotal, que manterá o dinamismo e o amor pastoral. A motivação original do dinamismo ministerial está no sacramento da Ordem<sup>125</sup> sendo antes que qualquer outra, uma exigência sacramental para a vida do sacerdote. Deve o sacerdote assim, caminhar sempre ouvindo o chamado de Deus e respondendo com ações e vida a esse chamado. Também a formação permanente manterá acesa a caridade pastoral no exercício do sacerdócio.

A reflexão e ensino teológico passa as diversas dimensões da formação permanente, sendo uma ação do próprio sacerdote que buscando edificar-se com as raízes do Seminário Maior, busca adaptações, atualizações e modificações, sem, contudo, sofrer rupturas ou soluções de continuidade da sua vocação e ministério<sup>126</sup> é assim, numa continuação do Seminário é conduzido ministerialmente num processo de amadurecimento. Isso não acontecerá de modo acadêmico em sua essência, mas na dimensão humana, no cotidiano com os homens, partilhando a sua vida de cada dia:

... O sacerdote deve aumentar e aprofundar aquela sensibilidade humana que lhe permite compreender as necessidades e acolher os pedidos, intuir as questões não expressas, partilhar as esperanças, as alegrias, as fadigas do viver comum, ser capaz de encontrar a todos e de dialogar com todos<sup>127</sup>.

A espiritualidade pessoal novamente é apontada como fundamento teológico da vocação ministerial quando a recomendação para que a continuação da vida de oração e um particular e empenhado estudo e atualização cultural, tanto o saber teológico e exercício da caridade pastoral aconteça habitualmente na vida do ministro. Para o S João Paulo 2, o significado profundo da formação permanente ajuda ao padre a ser e a agir no Espírito e segundo o estilo de Jesus Bom Pastor; ajuda o sacerdote a amadurecer dentro da Igreja, tanto nas Igrejas particulares, quanto no sentido Universal e pleno.

---

<sup>124</sup> S João Paulo II (Op. cit) p 182

<sup>125</sup> S Joao Paulo II (Op. cit) p 183

<sup>126</sup> S Joao Paulo II (Op. cit) p 187

<sup>127</sup> S Joao Paulo II (Op. cit) p 188

Ainda ensina e auxilia pastoralmente aos vocacionados a como buscar mesmo na solidão vencendo as dificuldades e enxergando as oportunidades positivas da vida sacerdotal. Assim, será acompanhado um sacerdote em todas as etapas de sua vida, seja um recém-saído do Seminário, um jovem Sacerdote, aqueles de meia-idade e aqueles que estão em idade avançada ou ainda aqueles que estão tomados pela fadiga, doença, debilidade física, cansaço moral, são ajudados a prosseguir serenos e fortes no serviço da Igreja.

Os responsáveis da formação permanente, partem da visão clara que o próprio exercício sacerdotal priva o sacerdote de cuidar de si mesmo. Toda a Igreja particular sob a orientação do Bispo, investida de responsabilidade de estimular e cuidar de vários modos, a formação permanente dos sacerdotes<sup>128</sup>. Todas as pessoas, todo o povo de Deus, incluindo o próprio sacerdote individualmente. Também o Bispo e com ele o presbitério, contribuem e fazem parte da formação permanente do ministro.

Os momentos, formas e meios da formação permanente são apontados como “tempo favorável” (cf. 2 Cor 6,2). Os encontros do Bispo com seu presbitério, os encontros de espiritualidade sacerdotal (ex: retiros), os encontros para estudo e reflexão são meios para a formação permanente dos sacerdotes.

Por fim, o S João Paulo II, reacende a promessa bíblica do texto de Jeremias 3, 15; apela as famílias para doarem ao Senhor os seus filhos, chamados ao sacerdócio; aos jovens para que escutem a voz do Espírito e ao chamamento de Cristo para um seguimento radical e a Igreja, por fim aos sacerdotes.

---

<sup>128</sup> S Joao Paulo II (Op. cit) p 206

## CAPITULO 3

### UMA TEOLOGIA DA VOCAÇÃO MINISTERIAL NA TRADIÇÃO PROTESTANTE HISTÓRICA REFORMADA

#### 3.1 A Tradição protestante histórica reformada e a Igreja Presbiteriana do Brasil

Por tradição protestante histórica reformada no Brasil pode-se referir-se a alguns segmentos e até vários credos conectados por alguns pressupostos com o Protestantismo de Missão. O itinerário deste capítulo, traz uma especificidade ao conceito de tradição histórico reformada para melhor compreensão e sistematização. Tradição protestante histórico reformada neste capítulo é a tradição teológica seguida pela Igreja Presbiteriana do Brasil (1859).

Esta tradição tem origem teológica na teologia da América do Norte, Estados Unidos da América e Escócia. A influencia Norte Americana com o Protestantismo de Missão<sup>129</sup> que por sua vez recebeu a influencia da teologia Escocesa ao se buscar os seus fundamentos Teológicos principais. Difere-se a Igreja Presbiteriana do Brasil de outras denominações reformadas do Brasil e do mundo quanto a principios teologicos, sendo mais proxima da tradição calvinista que de outras tradições reformadas. A especificidade presbiteriana se acentua em sua eclesiologia e o seu modelo de administração: ordem, ou ofícios como são assim chamados em seus documentos principais, as funções de hierarquia do serviço ministerial na denominação.

A Igreja Presbiteriana do Brasil, possui Presbíteros (que podem ser presbiteros-docentes, também chamados de pastores e presbiteros-regentes). Espera-se formação teológica regular num Seminário maior dos Presbíteros-docentes e estes são designados por um Presbitério para um ou mais Igrejas ou para regiões onde não exista a Igreja Presbiteriana do Brasil, chamadas regiões missionárias. Os segundos, presbíteros regentes, são homens eleitos pelos membros de uma Igreja particular para administrá-la em um concílio local,

---

<sup>129</sup> O Protestantismo de Missão foi o esforço e os resultados do investimento de nações protestantes, especialmente os Estados Unidos da América, para disseminar a fé Protestante em países colonizados por nações católicas. Este processo foi acentuado no Brasil e na África no final do século XIX e na primeira metade do século XX.

chamado de Conselho e, para participar da administração regional e nacional da denominação de forma representativa, nos seus concílios regionais (Presbitérios e Sinodos) e nacional (Supremo Concilio).

O Sistema Presbiteriano não possui um Bispo regional, nacional ou mundial, contudo, regionalmente possui Presbitérios, semelhantes as Dioceses. Vários Presbitérios de uma mesma região formam um Sinodo. Todas as Igrejas Particulares forma representativa através de seus Presbitérios formam uma Assembléia Geral, chamada de Supremo Concilio. A Denominação porem, não possui uma hierarquia de concílios, mas é uma Federação de Igrejas locais ou particulares. Todos os Concilios buscam administrar a denominação interpretando a Sagrada Escritura através dos documentos teológicos da Assembleia de Westminster (1643-1649)<sup>130</sup>, chamados de Simbolos de Fé e, por sua Constituição<sup>131</sup> (Documento com algumas semelhanças com o Código de Direito Canonico) que traz assuntos administrativos, de ordem e de teologia.

Neste capitulo buscar-se investigar o conceito mais amplo de vocação entre os presbiterianos observando algumas implicações mais específicas que envolvem a busca pela fidelidade na pregação da Sagrada Escritura. A aplicação da pregação das Sagradas Escrituras produz o cuidado pastoral com o povo de Deus, a sistemática educação cristã, chamada de discipulado e o envolvimento com a vida missionária da Igreja. A teologia da vocação ministerial é estudada na Igreja Presbiteriana do Brasil como uma disciplina capitular da Ecclesiolgia (doutrina da Igreja) no aspecto mais estrito da Teologia Sistemática e de forma complementar e permanente, também é estudada na Teologia Pastoral ou Teologia Prática onde se busca a formação, capacitação e treinamento e verificação anuais de seus ministros através dos Presbitérios.

### 3.2 A Vocação como chamado de Deus à existência e à missão

---

<sup>130</sup> Confissão de Fé de Westminster, Catecismo Maior de Westminster e Breve Catecismo de Westminster (op. cit)

<sup>131</sup> Manual Presbiteriano. Constituição, Código de Disciplina e Principios de Liturgia. Igreja Presbiteriana do Brasil. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2014.

A vocação<sup>132</sup> direcionada a todos os seres humanos é denominada, por alguns, de vocação natural; neste capítulo utiliza-se esta classificação como vocação existencial, seguindo os princípios estabelecidos por Guinness(1955)<sup>133</sup>. Parece que a vocação, neste sentido, também é o propósito de César (1942)<sup>134</sup>, que define vocação como uma ação direcionada não apenas ao povo de Deus, chamado por ele de crentes em Cristo Jesus, mas, em uma dimensão integral, à humanidade. A vocação, neste sentido, é um chamamento divino a uma missão com a própria vida que permita dedicar todas as coisas, inclusive a própria existência para Deus.<sup>135</sup>

Cesar permite identificar de forma natural, visível ou mensurável a vocação existencial (natural). Guinness, por outro lado estabelece um conceito no qual a vida relaciona-se com a compreensão do próprio indivíduo, ou seja, sua individualidade é relacionada com os propósitos de Deus. Para este, é a noção do chamado que se torna instrumento vital para basear a identidade do homem e sua compreensão do ser, a expressão da existência do ser humano está na resposta ao chamado do Eterno:

É a verdade de que Deus nos chama a si tão decisivamente que tudo que somos tudo que fazemos e tudo que temos é investido de dedicação, dinamismo e direção especial, vivido como resposta ao seu chamado e seu serviço.<sup>136</sup>

Estes autores concordam também que, existencialmente, o homem está conectado com a vocação de Deus para a sua vida. E neste aspecto, Guinness identifica a resposta humana ao chamado de Deus como o atendimento ao propósito para a existência; Cesar expressa na mesma direção afirmando que o chamado divino é dirigido ao homem, sendo os seres humanos de alguma forma, vocacionados por Deus. Fazendo como expoentes da tradição reformada

---

<sup>132</sup> Para compreensão da teologia da vocação ministerial na tradição reformada, esta pesquisa buscou alguns fundamentos cujos significados podem auxiliar no dialogo relevante visando uma pratica ministerial com excelência. Considera-se que alguns destes significados influenciam autores de tradição reformada no mundo e os principais acadêmicos reformados de tradição presbiteriana no Brasil nos tempos atuais.

<sup>133</sup> GUINNESS, Os. O Chamado. Sao Paulo, SP: 2001. Editora Cultura Cristã. 2001.

<sup>134</sup> CESAR, Kleos Magalhães Lens. Vocação – Perspectivas bíblicas e teológicas. Viçosa: Editora Ultimato, 2001.

<sup>135</sup> CESAR (op. cit.) p. 21.

<sup>136</sup> GUINNESS. (Op. cit.) p. 28, 32, 37

calvinista uma solene pontuação quanto aos homens que são eleitos em Cristo e que estes também são vocacionados para a salvação. Para estes na tradição reformada, a eleição é o chamado de Deus que insere o homem na Igreja de Deus tornando assim a sua própria vida num cumprimento da missão de Deus na busca dos seus filhos:

Na vocação, Deus deseja promover a sua glória, proclamar seu plano salvador, executar seus propósitos no governo sobre as criaturas e suas ações, bem como cumprir as promessas que fez ao seu povo. O homem é convocado para ser o instrumento dessa proclamação, desse governo e dessa providencia.<sup>137</sup>

Para Guinness, a vocação não aponta qualquer dualidade entre o projeto soteriológico de Deus e o seu propósito cósmico. Para ele, no projeto de Deus, somente aqueles que seguem ao Senhor Jesus Cristo exercem de fato a vocação em sua plenitude e com as expectativas originais de Deus:

Não somos primariamente chamados para fazer alguma coisa ou ir para algum lugar: somos chamados para Alguém. Não somos primariamente chamados para fazer um trabalho especial, mas chamados para Deus. Como disse Chambers: “os homens e mulheres a quem Deus envia para seus empreendimentos são da estirpe humana comum, junto com consagração sobrepujante a Ele mesmo, realizado pelo Espírito Santo”.<sup>138</sup>

É possível afirmar com base em Guinness que aqueles que chamados por Deus para a redenção em Cristo e consagram suas vidas caminham pela vida desenvolvendo sua existência dentro de uma perspectiva consciente. Vivem por causa de Deus e para a causa de Deus, independente do papel que exercem ou do serviço que prestam a si mesmo, à Igreja e a própria sociedade.

Cesar contribui em outra vertente quando afirma que a base da vocação dos não eleitos em Cristo, seguindo a mesma tradição reformada calvinista quanto a salvação do homem, é o governo soberano de Deus sobre suas criaturas, assim ele usa dos exemplos de Faraó, Ciro, Artaxerxes, Pilatos e

---

<sup>137</sup> CESAR. (Op. cit.) p. 22

<sup>138</sup> GUINNESS. (Op. cit.) p. 51.

Judas.<sup>139</sup> Para ele, a existência desses homens não aconteceu como mero acaso ou com uma liberalidade libertina, mas dentro de um propósito eterno de Deus. Foi o Eterno quem endureceu o coração de Faraó (Ex 10, 1-2); levantou a Ciro (Is 45, 1-7) e Artaxerxes (Esd 7) e cumpriu o seu propósito em Pilatos (At 4, 24-28) e Judas (Jo 17, 12).

Corroborar neste pensamento também Veith (1951...), para ele o aspecto geral da vocação não dicotomiza o propósito de Deus. A vocação possui um laço essencial com o trabalho executado por Deus e com o modo como Deus faz o seu trabalho. Enxergar a presença de Deus e perceber a sua ação no local de trabalho, na família, na sociedade e igreja faz parte da compreensão da vocação do homem<sup>140</sup>.

Todos estes autores de tradição cristã reformada calvinista contemporâneos concordam entre si que a vocação é antes de qualquer projeto pessoal uma aproximação do ser humano com o Ser de Deus e com os seus propósitos. Assim, os chamados em Cristo exercem suas vocações pela aproximação direta que têm com o Pai pela mediação do Filho. O exercício da vocação existencial (natural) é aprimorado pelo exercício da vocação para a salvação (soteriológica). Didaticamente, Guinness, consegue apontar este desenvolvimento em dois momentos. No primeiro quando menciona a necessidade de equilíbrio em vocação do homem e nossa carreira (missão humana) se referindo à vocação existencial (natural); e o segundo, quando aponta a perenidade da vocação soteriológica na existência dos crentes em Cristo. Somos chamados para sermos em Cristo antes de sermos chamados para agir no mundo<sup>141</sup>

Estes autores, dentro da tradição cristã reformada<sup>142</sup>, embasam-se nos fundamentos de Martinho Lutero (1493-1546) que segundo eles, tentou uma nova formatação do conceito de vocação existente na Igreja Cristã. Este novo conceito é exposto no seu livro *Do Cativo Babilônico da Igreja* publicado em 1520. Para

---

<sup>139</sup> CESAR, (op. cit.) p. 30.

<sup>140</sup> VEITH, Gene Edward Jr. *Deus em ação*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007. p. 48

<sup>141</sup> GUINNESS (op. cit.) p. 249.

<sup>142</sup> Nota Explicativa: Quando o autor referir a outras denominações Protestantes de tradição Reformada não Presbiteriana fará o devido e necessário destaque



eles, a ação de Lutero ao interpretar as Escrituras promoveu um rompimento com o conceito vigente na igreja sobre vocação que prevalecia, desde Eusébio de Cesárea (265-339 AD), e que também esteve presente no pensamento de Agostinho de Hipona (354-430) e de Tomás de Aquino (1225-1274), a vida dedicada à contemplação, sendo considerada a vida perfeita, reservada a padres, monges e freiras e a vida secular, dedicada a ação aberta aos soldados, governantes, comerciantes e criadores de famílias ou *vita contemplativa e vita activa*.<sup>143</sup>

De fato, na obra referenciada de Lutero<sup>144</sup>, a Igreja deveria abolir todas as ordens e abstenções oriundas dos votos “porque a vida contemplativa não tinha o apoio das Escrituras, reforçando a hipocrisia e arrogância, e engendra “orgulho e um desprezo pela vida crista norma”.<sup>145</sup>

Lutero, buscou um contraponto com a teologia católica de sua época, esse contraponto foi conhecido posteriormente na tradição protestante de vida dicotomizada<sup>146</sup> quando ele assim escreve:

Os trabalhos de monges e sacerdotes, por mais santos e ardorosos que sejam não diferem um til á vista de Deus das obras do rústico lavrador no campo, ou da mulher nos seus afazeres diários da casa, mas todas as obras são medidas perante Deus somente pela fé... Na verdade, o trabalho serviçal de um doméstico muitas vezes é mais aceitável para Deus do que todos os jejuns e demais obras de um monge ou sacerdote, quando o monge ou sacerdote não tem fé.<sup>147</sup>

Nota-se que Veith recebe a mesma influencia de Lutero ao afirmar que todas as vocações são iguais perante Deus e o desempenho das vocações levam os cristãos a um envolvimento com o mundo:

É por isso que todas as vocações são iguais perante Deus. Pastores, monges, freiras e papas não são mais santos que fazendeiros, comerciantes, operários de fabrica ou faxineiros. No reino espiritual, no igualitarismo divino (que

<sup>143</sup> GUINNESS (Op. cit.) p. 40 e 41

<sup>144</sup> LUTERO, M. Obras Seleccionadas. V 2. 3a Edição. Sao Leopoldo, RS: Editora Sinodal. 2002.

<sup>145</sup> GUINNESS (op. cit.) p. 392.

<sup>146</sup> GUINNESS (op. cit.) p. 40.

<sup>147</sup> LUTERO. Cativeiro Babilônico da Igreja. p. 390.

também poderia ter implicações culturais) os camponeses são iguais aos reis.<sup>148</sup>

E ainda:

Ao desempenhar suas vocações, os Cristãos se envolvem com o mundo. É assim que podem exercer uma influencia positiva sobre a cultura. Atores, músicos e artistas cristãos podem ser sal e luz num mundo que geralmente é insosso e escuro. É por isso que precisamos de cristãos na lei, na política, nas ciências, no jornalismo, na educação, na academia e em todas as profissões ligadas á cultura.<sup>149</sup>

Assim, a vocação pode ser observada na tradição protestante reformada sob o aspecto existencial (natural) não como algo restrito ao ambiente eclesiástico, mas em uma dimensão cósmica, observando o homem como receptor da comunicação divina para o qual toda a existência independentemente de cultura, etnia ou localização geográfica, recebe do Criador uma designação expressa com a qual glorificar deve ao próprio Criador, servindo a humanidade.

A maior influencia para a formação da tradição protestante histórico reformada não foi de Martinho Lutero (1493-1546), mas sim de João Calvino (1509-1564). Para este, a realidade era tão clara quanto a vocação que poderia haver o transito livre dentro do cânon vocacional. Ou seja, a mudança de profissão ou de funções dentro do contexto humano e isso não constituía uma ausência de vocação, mas sim uma expressão do sentimento de serviço do homem ao seu Criador. Mesmo por que seria muito difícil se um alfaiate não tivesse liberdade de deixar o seu mister ou se um mercador não tivesse a liberdade de tornar-se fazendeiro<sup>150</sup>

Calvino sistematizou a dimensão da vocação, observando-a entre todas as áreas da vida humana:

...é preciso notar-se que há diferentes modalidades de trabalho. Quem quer que ajuda e produz beneficio á sociedade humana através de seu labor, seja governando a própria família, seja administrando negócios públicos ou

---

<sup>148</sup> VEITH. (Op. cit) p. 32.

<sup>149</sup> VEITH (Op. cit) p. 54.

<sup>150</sup> CALVINO, JOÃO. OPERA CALVINI, Sermão XXXI, sobre Efésios 4:26-28. Pg. 639.

particulares, seja aconselhando, seja ensinando a outros, ou de qualquer outro modo que seja, não deve esse ser contado entre os ociosos.<sup>151</sup>

Ainda, buscou fundamentar que o homem deveria observar a soberania de Deus no exercício de todas as vocações:

A Escritura usa esta palavra vocação para mostrar que uma forma de viver não pode ser boa nem aprovada, a não ser que Deus seja o seu autor... não ocupemos naquilo que Deus condena em sua palavra.<sup>152</sup>

O conceito de vocação relacionado à existência é defendido não apenas pelo Calvino, mas sua influência é sensível em autores de tradição reformada na atualidade. Cesar aponta a mesma realidade, incluindo o trabalho em família, o exercício da vida conjugal e a fidelidade no desempenho das funções vocacionais e dentro de um contexto moderno ainda aponta a aposentadoria como uma vocação de Deus para a existência humana.<sup>153</sup> Também Veith insiste na vocação existencial como uma prerrogativa para executar com maior perfeição dentro das habilidades de vocação, uma vez que o exercício de uma profissão ou função contraria a vocação pessoal (existencial) produz ineficácia, frustração e grande perda de tempo.<sup>154</sup>

Parece que observando a partir da tradição protestante reformada seja possível a síntese destes autores, concluindo que o ato da existência é uma ação de Deus que vocaciona seres humanos, inserindo-os dentro do ambiente multifacetado da sociedade para servi-lo com as suas vidas. Entretanto, a realidade do pecado na existência humana impede que o exercício vocacional aconteça em sua plenitude e o nosso melhor será apenas uma nevoa ou sombra muito tênue da expectativa divina; os nossos maiores avanços são expressões da graça de Deus e nossas maiores conquistas e obras são pequenos raios do restolho da sua imagem em nós. É diante desta realidade que constatamos a existência da vocação para a salvação como primeira e superior à vocação para a existência. Primariamente, o indivíduo é vocacionado para Deus, não para uma

---

<sup>151</sup> CALVINO (op. cit.) p. 639.

<sup>152</sup> CALVINO. Harmonia dos Evangelhos: Tomo XLVI. p. 554 – Opera Calvini.

<sup>153</sup> CESAR. (Op. cit) p. 30.

<sup>154</sup> VEITH. (Op. cit) p. 103, 107.

missão específica. A convocação de Deus pelo seu decreto,<sup>155</sup> o convite da sua graça (Sl 55) e a condução da sua lei (Ga 3, 24) levam-nos ao exercício da vida em todos os lugares do seu domínio, em todas as dimensões temporais geográficas, físicas e metafísicas (Sl 104 e 139).

### 3.3 Uma Proposta de sistematização da Teologia da vocação ministerial na Tradição Protestante Reformada

#### 3.3.1 A natureza da Teologia da Vocação: Igreja de sacerdotes

O conceito de vocação nasce a partir da realidade da igreja, no mundo. Destina-se a mostrar o serviço prestado pela Igreja como comunidade de serviço que glorifica a Deus através da vida e dos atos de seus membros. A Reforma Protestante introduziu um aspecto da doutrina do sacerdócio universal dos crentes que aparentemente rompia com a tradição Católica romana. Contudo, observando num contexto de 500 anos parece que são braços de um mesmo rio que jorra das Sagradas Escrituras e retorna para as Sagradas Escrituras. No contexto histórico dos Reformadores o Sacerdócio Universal dos Crentes impulsionou a vida orgânica integral do Corpo de Cristo. Nas palavras de Lutero, somos, pois, igualmente sacerdotes espirituais diante de Deus,<sup>156</sup> o que, de forma, clara estabelece o serviço igualitário de todos os santos diante da grandeza da missão da Igreja:

Daí se segue que leigos, sacerdotes, bispos ou como dizem, espirituais e seculares no fundo verdadeiramente não têm qualquer diferença senão em função do cargo ou da ocupação, e não pela sua classe, pois todos eles são de classes espirituais, autênticos sacerdotes, bispos e papas. Contudo, nem todos têm a mesma ocupação, assim também entre os sacerdotes e monges nem todos tem a mesma ocupação.<sup>157</sup>

Fichter (1899-1984), sociólogo jesuíta, mesmo em contextos e tradição não reformada, apresenta também o mesmo sentido de missão em termos da vocação

---

<sup>155</sup> Confissão de Fé de Westminster – Capítulo III

<sup>156</sup> LUTERO. Sermão a respeito da Missa. Obras Seleccionadas, vol. 2, p. 268.

<sup>157</sup> LUTERO. A nobreza cristã da nação alemã. Obras Seleccionadas, vol. 2, p. 283.

pastoral que a tradição protestante, comparando inclusive as funções pastorais e suas distinções como cientista social:

A vocação eclesiástica é comumente considerada um chamado de Deus, bem como uma missão, através da qual o indivíduo é enviado ao mundo para cumprir os comandos especiais de Deus. Enquanto o cientista social não tem por foco analisar as implicações do sobrenatural e da teologia, ele deve tomar conhecimento do fato de que muitos meios visíveis e mensuráveis podem ser utilizados para o recrutamento, treinamento, manutenção estão orientando as pessoas que têm vocações ao serviço da Igreja.<sup>158</sup>

Podemos entender, em Fichter, que as Ciências Sociais contribuem para o exercício do pastorado e da obra de evangelização que em nossa ótica servem como ferramentas as quais devem ser ferramentas para a Escrituras Sagrada. É possível perceber em vários ramos do Cristianismo a doutrina do Sacerdócio Universal dos Crentes ou Sacerdócio Comum dos Crentes. Veith aponta esta doutrina não exclui o ofício pastoral na igreja:

O conceito de “sacerdócio universal” da Reforma não denigre de forma alguma o ofício pastoral, como geralmente se pensa, nem ensina que pastores e cooperadores da igreja são desnecessários, tampouco afirma que cada pessoa pode apresentar sua própria teologia. Pelo contrário, ela ensina que o ofício pastoral é uma vocação, um chamado de Deus com sua autoridade, suas responsabilidades específicas e suas bênçãos.<sup>159</sup>

É possível entender como Lutero que todos os crentes são sacerdotes diante de Deus, contudo, este princípio não exclui as funções distintas ou hierarquias funcionais dentro do corpo de Cristo. Assim é possível e necessário observar que pessoas servem como ministros, sejam pastores ou sacerdotes a forma como são denominados sacerdotes isso não o destituí-las da sacerdocio inicial que envolve o serviço para crescimento do próprio corpo.

Parece ainda que Lutero desejava sistematizar um modelo orgânico de funcionamento que segundo a sua visão se aproximava do ensino do apóstolo

---

<sup>158</sup> FICHTER, Joseph H., Jr. Religion as an occupation. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1961.

<sup>159</sup> VEITH. (Op. cit) p. 15.

Paulo no Novo Testamento, observando o escrito apostólico quanto ao funcionamento do corpo de Cristo e serviço sacerdotal de todos os crentes (Ef 4 e 1 Pe 2):

Da mesma forma como aqueles que agora são chamados de clérigos ou sacerdotes, bispos ou papas, não são mais dignos ou distintos do que outros cristãos senão pelo fato de deverem administrar a palavra de Deus e os sacramentos – esta é a sua ocupação e seu ofício...<sup>160</sup>

Não haveria maior honra no ofício de um membro do corpo, mas havia maior honra para Deus no serviço que uma pessoa desenvolve no corpo de Cristo, para a glória de Deus, Lutero escreveu exatamente neste sentido

Mesmo assim todos são sacerdotes e bispos ordenados de igual modo, e cada qual deve ser útil e prestativo aos outros no ofício ou ocupação, de modo que múltiplas ocupações estão voltadas para uma comunidade, para promover corpo e alma, da mesma forma como os membros do corpo servem todos um ao outro.<sup>161</sup>

Um dos conceitos que é levantado na tradição histórico reformada a luz dos seus documentos teológicos originários, a Confissão de Fé e os Catecismos de Westminster (1643-1649)<sup>162</sup>, se torna um dos alicerces para uma teologia da vocação ministerial: a livre leitura da Sagrada Escritura, por todos os crentes:

A Palavra de Deus deve ser lida por todos? Embora não seja permitido a todos lerem a Palavra publicamente à congregação, contudo os homens de todas as condições têm obrigação de lê-la em particular para si mesmos e com as suas famílias; e para este fim as Santas Escrituras devem ser traduzidas das línguas originais para as línguas vulgares.<sup>163</sup>

Sendo este o primeiro observado dentro de uma teologia da vocação ministerial, cujo princípio inaugural é: todos os crentes são sacerdotes diante de

---

<sup>160</sup> LUTERO. (Op. cit) p. 284.

<sup>161</sup> LUTERO. (Op. cit) p. 284.

<sup>162</sup> A Confissão de Fé e os Catecismos da Assembleia de Westminster (1643-1649).

Nestes documentos o ensino dos reformadores é pastoralmente sistematizado, buscando preservar a plenitude teológica, mas com a clareza e possibilidades que a época permitia.

<sup>163</sup> Catecismo Maior de Westminster, Pergunta: 156

Deus. Contudo, não existe uma ampliação ou generalização do trabalho pastoral em todas as direções e funcionamentos tanto do organismo presbiteriano quanto da organização presbiteriana.

### 3.3.2 A extensão prática da Teologia Vocação na tradição protestante: Palavra e Sacramentos

A vocação para o sagrado ministério não deve ser estudada como uma disciplina a parte de forma isolada, sob o risco de praticar um reducionismo dentro da doutrina da Igreja, existem conexões que devem ser observadas. O estudo acontece a partir do estudo de uma eclesiologia a partir da observação bíblica e na teologia reformada envolve o estudo do ministério da Palavra e dos Sacramentos.<sup>164</sup> Para MacArthur (1939...), a vocação para o ministério pastoral é definida a partir do chamado de Deus e da capacitação que os ministros recebem exercerem o serviço ministerial:

Um chamado divino e inigualável, concedido a homens eleitos por Deus para serem ministros de Sua Palavra e servos de sua igreja. Os homens chamados para este trabalho sentem-se indignos (1 Tm 1, 12-17) e desqualificados (2 Co 3, 4-6) para tarefa tão preciosa. Mas aos separados para o ministério, aplica-se o clamor do apóstolo Paulo: “temos, porem, esse tesouro em vasos de barro, para que a excelência do poder seja de Deus e não de nós” (2 Co 4: 7).<sup>165</sup>

É importante observar como, dentro da visão de MacArthur, a seriedade e responsabilidades do ministério provêm primeiramente do Deus que chama os seus ministros, seguida da missão que recebem. Quando o Convocador ou a missão são suprimidos pelos ministros, corre-se o risco de desqualificar o ministério pela fragilidade do vaso.

---

<sup>164</sup> Nota Explicativa: A tradição protestante histórico reformada reconhece o Batismo e a Eucaristia como sacramentos na Igreja. Prevê entretanto, a ordenação de ministros para que os mesmos possam ministrar estes sacramentos. A ordenação segue um ritual que acontece num ambiente de culto publico: “Há só dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho - O Batismo e a Santa Ceia; nenhum destes sacramentos deve ser administrado senão pelos ministros da palavra legalmente ordenados”. Confissão de Fé de Westminster, Sao Paulo, SP: Editora Cultura Cristã, 2012. Capitulo XXVII, item 4.

<sup>165</sup> MACARTHUR. Redescobrimo o Ministério Pastoral. p. 85.

Este pensamento encontra fundamento também no Catecismo Maior de Westminster que envolve a especialidade ou especificidade do ministério. Parece que este documento da Reforma trata do ministério pastoral a partir da firmeza doutrinária, da ação integral do ministério, da piedade, da dependência de Deus e dos deveres do ministro. A pregação das Escrituras é reservada para aqueles que são chamados para o ministério. A preparação do ministro, à luz deste Catecismo, é condição sem a qual não há como exercer o ministério. Por um lado, a excelência do ministério é apontada quanto ao seu conteúdo; por outro lado, também, sua relevância exige a adaptação de todo o conselho de Deus às necessidades e capacidade dos ouvintes. Ao tratar da exposição das Escrituras, o Catecismo não o faz perifericamente, mas, conforme o pensamento reformado, observa a necessidade de preparação dos ministros separados para este ofício.<sup>166</sup>

Na perspectiva teológica reformada não há uma subtração dos deveres de todo crente, para ler as Escrituras e realizar o culto particular e familiar, mas há, sim, um direcionamento para que a pregação pública das Escrituras seja essencialmente doutrinária (pontos teológicos sistematizados de forma catequética), com forte ênfase no conteúdo do texto sagrado, o que é impossível àqueles que não foram devidamente chamados e preparados para o ministério sagrado, mesmo que não desempenhem um ministério na igreja local de tempo integral.

Dentro da eclesiologia reformada é possível entender que o governo de Deus na Igreja é reconhecido a partir do reconhecimento do governo de Deus sobre a vida pessoal dos crentes, assim é possível também entender o governo de Deus sobre todas as coisas visíveis e invisíveis. A partir deste conceito pode-se entender a existência de oficiais, inclusive ministros da Palavra e dos Sacramentos e entender-se que não existe conflito entre a doutrina do sacerdócio universal dos crentes e o ministério pastoral.

Calvino observou que era a vocação a condição inicial para qualquer ofício na Igreja do Senhor. Além de diligência e ordem, o estabelecimento do governo

---

<sup>166</sup> Catecismo Maior de Westminster, Perguntas: 158 e 159.



da igreja passava pela vocação de seus oficiais. Assim ele considera o assunto, nas Institutas:

Para que não se introduzissem temerariamente homens inquietos e turbulentos a ensinar ou a governar, o que de outra sorte haveria de acontecer, tomou-se precaução expressamente a que alguém não assuma para si ofício publico na Igreja sem a devida vocação. Portanto, para que alguém seja considerado verdadeiro ministro da Igreja, primeiro importa que tenha sido devidamente chamado (Hebreus 5:4); então, que responda ao chamado, isto é, empreenda e desempenhe as funções a si conferidas.<sup>167</sup>

Outro teólogo de tradição reformada que também aponta este mesmo princípio é Hodge (1797-1878) e o faz não apenas estabelecendo em detalhes o caráter espiritual e interno da vocação, mas apontando as prerrogativas daquele que foi chamado – sendo a principal delas a comunicação das boas novas a todas as nações da terra, seguida da condução do culto publico, da administração dos sacramentos e do treinamento de novos oficiais, estendendo e perpetuando a ação do ministério na vida da Igreja.<sup>168</sup> Para Hodge, o trabalho evangelístico (missionário) no ministério pastoral ocupava a prioridade, sem conflitar com os demais deveres. A exposição da Palavra deveria possuir, portanto, sempre um caráter evangelístico e dirigido aos não-convertidos.

Para Berkhof (1873-1957), o poder conferido por Cristo à sua Igreja deveria ser exercido por oficiais sob delegação do povo que, ao reconhecer o chamado do Senhor através dos dons, confirmam tais oficiais em seus postos:

Enquanto que Cristo delegou poder à igreja como um todo, também providenciou para que este poder fosse exercido ordinária e especificamente por órgãos representativos, separados para a manutenção da doutrina, do culto e da disciplina. Os oficiais da igreja são os representantes do povo, escolhidos por voto popular. Isto não significa, porém, que eles recebem a sua autoridade do povo, pois o chamamento do povo é apenas a confirmação do

---

<sup>167</sup> CALVINO, João. As institutas da religião cristã. 1ª edição em português, 4 volumes. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985. Livro IV. p. 72.

<sup>168</sup> HODGE. Teologia Sistemática. p. 1288.

chamamento interior feito pelo Senhor; e é do Senhor que eles recebem a sua autoridade e a Ele são responsáveis.<sup>169</sup>

Não se pode negar a influencia de Lutero sobre este conceito a respeito da vocação, mesmo que pareça na pratica que os resultados são diferentes quando aplicados em contextos, épocas e povos diferentes:

A vocação (para o ministério) não deve ser assumida levianamente, pois não é o suficiente que uma pessoa tenha conhecimento. Ele precisa estar certo de haver sido devidamente vocacionado. Aqueles que exercem o ministério sem a devida vocação almejam bom propósito, mas Deus não abençoa os seus labores. Eles podem ser bons pregadores, mas não edificam.<sup>170</sup>

É possível que o principio da vocação interna e externa presente nos Escritos de Lutero sejam os mais antigos que se conheça, mas não se trata de um conceito reformado como parte da Reforma Protestante. Assim como o Sacerdocio dos Crentes já estava presente na Igreja, tambem o conceito de vocação interna e externa estava presentes.

A especificidade do ministério pastoral, partindo do sacerdócio universal (comum) dos crentes, observando a existência dentro da igreja de ofícios dados pelo Senhor para a edificação da sua Igreja pela Palavra, torna-se claro que devem os ministros agir com zelo no cumprimento desse desiderato. O conceito permanece na vida da Igreja Reformada e encontra-se em Veith tambem a observação que a vocação pastoral tem sua característica particular dentro das vocações e ofícios da Igreja:

A vocação do pastor é realmente um oficio especial. Não que ela tenha mais mérito do que qualquer outra vocação. Deus age e também está escondido em outras vocações. Mas o oficio pastoral não serve apenas ao mundo, mas ao reino espiritual de Deus. Cristo age no trabalho do pastor de

---

<sup>169</sup> BERKHOF. Teologia Sistemática. p. 1289

<sup>170</sup> LUTERO, Martinho. Commentary on the Epistle to the Galatians. Grand Rapids, Michigan: Zondervan Publishing House, 1949, 1:1

modo libertador, graças á palavra do pastor e ás consequências eternas do ministério.<sup>171</sup>

Entre os Reformados Ingleses, que influenciaram a teologia Presbiteriana com sua pratica pastoral observa-se Baxter (1615-1691). Ele conduz sua teologia do ministério a partir de um direcionamento particular para a exercício e visão plenos do ministério pastoral. Transita assim desde uma preparação excelente, passando por um ministério relevante na igreja local e se estendendo as minúcias e também as dificuldades que envolvem a vida e o ministério de um pastor. Baxter fundamenta que a experiência de salvação daquele que foi chamado para o sagrado ministério deve impulsiona-lo para o ministério pastoral:

Se permanecerem nas portas do reino a fim de iluminar a entrada para outros e os senhores mesmos não entrarem, em vão baterão nos umbrais da gloria e jamais adentrarão os átrios da graça. Os pregadores do evangelho serão julgados pelo Evangelho.<sup>172</sup>

Ao escrever que apenas homens convertidos, mantêm em Deus o seu propósito final e fazem a obra do coração para a honra do Senhor, Baxter solidificou este conceito e ao mesmo tempo expurgou a ideia do ministério sagrado como um meio de sobrevivência ou ganha-pão. Baxter via na vocação para o ministério um chamado geral para a Igreja de Cristo e um chamado específico para uma Igreja local.<sup>173</sup> Esta, primeiramente, deveria receber os cuidados ministeriais em detrimento de qualquer outro compromisso com aquela. O chamado para o ministério, segundo Baxter, era uma forma de Deus reformar a sua igreja e assim ele expressou o zelo e a fidelidade no ministério como instrumentos de Deus para reforma da Igreja.<sup>174</sup>

Em Baxter, a conversão do ministro é condição sem a qual não existe um único lampejo de esperança para o exercício do ministério, sendo a evangelização dos não-convertidos não apenas uma evidência desta conversão, mas sinal claro de humildade e sujeição à vontade de Deus:

---

<sup>171</sup> VEITH. (Op. cit) p. 94.

<sup>172</sup> BAXTER, Richard. Manual Pastoral do Discipulado. O pastor aprovado, em edição especial atualizada com notas. São Paulo: Cultura Cristã, 2008. p. 54.

<sup>173</sup> BAXTER (Op. cit) p. 71.

<sup>174</sup> BAXTER (Op. cit) p. 12.

O homem que não for totalmente sincero como cristão, não poderá estar apto para ser pastor de igreja. Isto se comprova quanto ao seu amor a Deus... Tampouco serve para ser um ministro de Cristo o homem que não tem adequando e notório espírito para com a igreja. É preciso que ele se deleite com a beleza da Igreja, anele sua felicidade, procure a sua prosperidade e se regozije com o seu bem-estar. Ele deve estar disposto a gastar-se e a ser gasto por amor a Igreja.<sup>175</sup>

É possível que as alegações de Baxter sobre a conversão necessária dos ministros de sua época sejam também verdadeiras para a necessidade de igreja em vários momentos da história, inclusive nos dias atuais. Em nossos dias, um autor que caminhou na mesma premissa foi que assim se expressou:

O vocacionado ao ministério precisa converter-se a Jesus antes de entrar em ação, como poderá anunciar um evangelho que não compreendeu, nem aceitou?.<sup>176</sup>

Recentemente, a dependência da graça de Deus naqueles que foram verdadeiramente chamados é apontada por Armstrong (1902-2008) que define a vocação pastoral como não residente na pessoa ou nas características e perfis dos pastores, mas na graça de Deus e, assim, define os pastores como seres fracos e dependentes de Deus. Também expõe que a autoridade pastoral não reside na pessoa nem no ofício dos ministros, mas na mensagem baseada nas Escrituras. Peterson (1932–) caminha na mesma direção quando define o pastor não como um grande líder, ou como “grande homem de Deus”, mas como um pecador no meio dos pecadores. Aquele que mostra a verdade de Deus a cada semana aos seus pares como boca de Deus ao seu próprio povo:

A verdade bíblica é que não existem igrejas cheias de sucesso. Pelo contrario, o que há são comunidades de pecadores, reunidos semana após semana perante Deus em cidades e vilarejos por todo o mundo. O Espírito Santo os reúne e trabalha neles. Nessas comunidades de pecadores, um é chamado

---

<sup>175</sup> BAXTER (Op. cit) p. 96,97.

<sup>176</sup> CESAR. (Op. cit) p. 106.

pastor e se torna responsável por manter todos atentos a Deus. E é essa responsabilidade que tem sido completamente abandonada.<sup>177</sup>

Estes autores apontam uma definição de pastor, pastorado e de ministério pastoral que pode estar distante da realidade vivida pela igreja na pós-modernidade. Entretanto, a aproximação deles com a pessoa de Cristo e o desejo de ver a Igreja sendo edificada torna-se um desafio para uma reforma na vida dos ministros do nosso tempo.

### 3. 4 O reconhecimento da Vocação na tradição protestante histórica reformada: Vocação Interna e Vocação Externa

A vocação de ministros além dos aspectos já mencionados neste capítulo, como a genuína conversão ao evangelho é a convicção interior do chamado e o reconhecimento da igreja daquele que é chamado. Foi nesta convicção que Spurgeon (1834-1892) chegou a posicionamentos firmes que clarificam a seriedade com que este assunto foi tratado na Igreja da Inglaterra no Sec. XIX. Para Spurgeon:

Antes que um homem assuma a posição de embaixador de Deus, deve esperar pelo chamamento do alto. Ser pastor sem vocação é como membro professo e batizado sem conversão... estando seguro de sua salvação pessoal, deve investigar quanto à questão subsequente da sua vocação para o ofício; a primeira é-lhe vital como cristão, e a segunda lhe é igualmente vital como pastor.<sup>178</sup>

Estes argumentos são também observados por Cesar que acrescenta o elemento da persuasão do Espírito Santo como fator estabilizador do chamado para os ministros do evangelho:

É, pois, pela atuação do Espírito na consciência do homem (processo que a Teologia chama de iluminação) que Deus revela o seu chamado. Lado a lado com as Escrituras

---

<sup>177</sup> PETERSON. Pastor segundo o coração de Deus. p. 2.

<sup>178</sup> SPURGEON. Lições aos meus alunos, vol. 3. p. 23,24.

Sagradas e por intermédio de Cristo, essa é a principal via de comunicação divina nestes dias... O vocacionado escolhe o ministério cristão como a sua carreira porque o Espírito persuade sua vontade a fazê-lo, e não porque ele próprio toma a iniciativa.<sup>179</sup>

Também Berkhof, de forma concisa faz uma exposição sobre o ofício pastoral,<sup>180</sup> classificando os ofícios na Igreja em extraordinários e ordinários, toma este conceito das Institutas de Calvino, no livro IV. Os ofícios extraordinários referem-se aos apóstolos, profetas e evangelistas. Para Berkhof e anteriormente Calvino e demais reformados estes oficiais extraordinários viveram e atuaram enquanto o cânon das Escrituras estava escrito. Os ofícios ordinários, ou seja, os presbíteros, os mestres e os diáconos; estes trabalham na superintendência dos crentes, no ensino e nas obras de misericórdia e caridade. Esta é a essência da doutrina reformada em sua maior expressão na história e no mundo quanto ao oficialato.

Contudo, Calvino reconhece a vocação interna do Espírito Santo, a qual a Igreja não poderá ser testemunha. Ele também expõe sobre a vocação externa a qual se torna visível na igreja através dos dons, o que ele chama de armas requeridas para desempenhar o ministério.<sup>181</sup>

...ninguém deveria assumir um ofício publico na igreja, sem um chamado... para que qualquer homem seja considerado um verdadeiro ministro da Igreja, deve primeiro ser devidamente chamado; e, em segundo lugar deve responder ao chamado, isto é, deve assumir e desempenhar o ofício que lhe for designado.<sup>182</sup>

Calvino, aponta que o chamado de Deus deve ser considerado como situação inaugural para que um ministério venha a ser reconhecido. No seu comentário ao livro do profeta Jeremias:

---

<sup>179</sup> CESAR. (Op. cit) p. 98 e 102

<sup>180</sup> BERKHOF. (Op. cit) p. 533-545.

<sup>181</sup> CALVINO. Institutas, Livro IV, p. 73

<sup>182</sup> CALVIN, John. Jeremiah and Lamentations. Wheaton: Crossway Books, 2000. Pg. 232

Ninguém deve ser considerado um mestre legítimo, a não ser que demonstre que foi chamado do alto. Eu já mencionei em diversas ocasiões que a vocação tem dois aspectos: a vocação interna foi primordial quando a igreja estava em estado de desordem... Mas, quando a igreja está correta e regularmente formada, ninguém pode arrogar-se pastor ou ministro, a não ser que seja também chamado pela escolha dos homens.<sup>183</sup>

Dentro desta perspectiva, Calvino preconiza que o chamado de Deus é correspondido pelo ministro e referendado pela Igreja. Ele onera aos ministros uma preparação extraordinária quanto à doutrina para edificar a Igreja, sendo não apenas uma capacitação teológica, como também um pré-requisito para admissão no ofício de ministro, presbítero ou bispo.

Berkhof aponta que a vocação dos oficiais é dupla, interna e externa, seguindo o pensamento de João Calvino. Interna, referindo-se a certas indicações providenciais ordinárias dadas por Deus que incluem a consciência de estar sendo impelido à determinada tarefa especial no Reino de Deus, por amor a Deus e sua causa, a convicção do indivíduo, de que está preparado tanto intelectual quanto espiritualmente, e a experiência pessoal de que Deus evidentemente tem aberto o caminho para o exercício deste ofício. Quanto à vocação externa, Berkhof, ensina que a mesma chega ao indivíduo através da Igreja, passando pelo reconhecimento da vocação e pelos rituais da autenticação vocacional, não sendo uma revelação especial de Deus, mas através do reconhecimento da vocação através da Igreja:

Às vezes se pensa que a vocação interna para um ofício na Igreja consiste na indicação extraordinária de Deus do fim para o qual o indivíduo é chamado – uma espécie de revelação especial. Mas não está certo. Consiste, antes, em certas indicações providenciais dadas por Deus, e inclui principalmente três coisas: a consciência de estar sendo impelido a alguma tarefa especial no reino de Deus; a convicção de que o indivíduo tem de que está pelo menos em certa medida intelectual e espiritualmente qualificado para o ofício em vista; e a experiência de que

---

<sup>183</sup> CALVIN (Op. cit) p. 232.

evidentemente, Deus está pavimentando o caminho que o leva à meta.<sup>184</sup>

A convicção da vocação ministerial, segundo estes autores, deve fazer parte do sentido existencial do ministro. Não há prerrogativa de avançar no ministério pastoral sem a convicção e clareza do chamado de Deus. Calvino, Spurgeon, Berkhof nos apontam este referencial como um grande luzeiro da vocação. O reconhecimento da igreja local é a certificação da convicção que deve existir indelevelmente no coração do genuíno ministro. Neste sentido, a busca pela capacitação, após o exercício da piedade pessoal e do bom testemunho dentro e fora da igreja, deve ser uma norma para a vida do vocacionado.

Dentro da teologia reformada mas de teologia reformada anglicana Lloyd-Jones (1899-1981)<sup>185</sup> contribui nesta direção, quando aponta que, na história, a pregação sem a vocação e sem o preparo pastoral, a chamada pregação leiga, aconteceu na igreja como reflexo de alterações teológicas. Para ele, o próprio incremento da pregação leiga é o efeito do arminianismo que em sua última análise não preserva base teológica segura e genuinamente bíblica. Afirma Lloyd-Jones: eis a razão por que muitas denominações evangélicas da atualidade são não-teológicas.

Na mesma direção Lloyd-Jones aponta que Deus trabalha naquele que é chamado, capacitando-o para que possa ser treinado, e trabalha na Igreja que o reconhece como ministro. E por fim, faz coro com os demais teólogos reformados quanto à convicção e resposta ao chamado de Deus para o ministério pastoral.

De fato, parece que, quanto maior o pregador, geralmente, mais hesitante é para pregar. Frequentemente tais homens têm precisado ser persuadidos por ministros, presbíteros e por outras pessoas, a fazer isso; de tal maneira se esquivam dessa assustadora responsabilidade.<sup>186</sup>

A iniciativa vocacional dentro do princípio reformado é do Senhor. O servo possui segurança quanto ao chamado à medida que, de maneira autêntica,

---

<sup>184</sup> BERKHOF. (Op. cit) p. 461.

<sup>185</sup> LLOYD-JONES. Pregação e Pregadores. p. 73-87.

<sup>186</sup> LLOYD-JONES. (Op. cit) p. 87.



experimenta a palavra inserida em sua vida e em seu trabalho.<sup>187</sup> Assim, o chamado interno para o sagrado ministério decorre de um amor a Deus que crescentemente leva o vocacionado a amar as almas dos pecadores, inquietando-se pela ausência de obreiros suficientes para fazer a colheita no seu momento da história e vendo a cada ação dentro do tempo uma confirmação gradual da sua vocação tanto na vitória sobre os obstáculos quanto na percepção genuína da grandeza da sua vocação.

O chamado para o sagrado ministério é clarificado na caminhada histórica do ministro. Isto é patente ao lermos a história da Igreja em todos os tempos, principalmente a fonte da teologia prática que está no diário de muitos deles. Percebe-se que os vocacionados para o ministério eram homens que tinham a convicção do chamado para o ministério sagrado, que dedicaram suas vidas para atender a este chamado e que experimentaram a graça de Deus na frutificação do chamado na vida de outros servos de Deus.

Além da convicção interna do chamado para o ministério é necessário outro elemento: o reconhecimento da igreja que, ao aferir as evidências do chamado através dos dons, habilidades e testemunho do futuro ministro, reconhece o seu chamado. Quanto a este elemento também importante e indispensável o que escreveu Veith:

A igreja é o mecanismo externo da vocação, o chamado possui características comunitárias e corporativas sempre o chamado ultrapassa o próprio indivíduo; o chamado é confirmado através da igreja, essa confirmação que acontece primeiramente na consciência pessoal do vocacionado, acontece também no seio da igreja da qual foi chamado, tornando claro o chamado para o ofício eclesiástico e neste o ministério pastoral.<sup>188</sup>

Nesta perspectiva, Strong (1836-1921) menciona o modo como John Wesley (1703-1791) avaliava os candidatos a pregadores de seu tempo, zelando sempre para que a conversão, a certeza do chamado vocação e dos frutos do trabalho estivessem presentes na vida do futuro ministro desde o início do processo de seu ministério, sendo arguidos do amor a Deus, busca da santidade,

---

<sup>187</sup> CESAR. (Op. cit) p. 153

<sup>188</sup> VEITH (Op. cit) p. 97.

clareza para o ministério e discernimento da vontade de Deus vivendo o Evangelho entre os necessitados.<sup>189</sup>

Fica clarificado pelos pesquisados na literatura reformada que o ministério pastoral se diferencia das demais vocações em, pelo menos, três sentidos. Ele não se baseia nas tendências de mercado, não busca uma realização profissional ou a busca de um plano de carreira, nem tão pouco num processo de concorrência com os demais vocacionados.<sup>190</sup> O ministério, na visão de Peterson, está relacionado com um envolvimento com a sublimidade da oração e com a leitura das Escrituras, e com o aconselhamento pastoral. No primeiro, temos a devoção pessoal e particular do pastor e o seu trabalho de intercessão pelo rebanho, no segundo, temos o seu envolvimento com a pregação e o ensino das Escrituras e, no terceiro, temos o seu envolvimento com as pessoas e a aplicação dos dois primeiros.

Peterson ergue um clamor: o retorno dos pastores a origem do chamado, aos primórdios de sua vocação, aos melhores dias de sua convivência com o Senhor que os encontrou e os fez pastores de suas ovelhas:

Os pastores estão abandonando seus postos, desviando para a direita e para a esquerda, com frequência alarmante. Isso não quer dizer que estejam deixando a Igreja e sendo contratados por alguma empresa...Aquilo que fazem e alegam ser ministério pastoral não tem a menor relação com as atitudes dos pastores que fizeram a história nos últimos vinte séculos.<sup>191</sup>

A dedicação exclusiva ao pastorado é uma exigência inarredável da vocação sobre o ministro. Não há como pastorear uma igreja local sem que o

---

<sup>189</sup> VEITH (Op. cit.) p. 220.

<sup>190</sup> A Igreja Presbiteriana do Brasil através da sua Junta de Educação Teológica (Comissão Permanente de Teologia e Educação Teológica) definiu a vocação ministerial nos seguintes termos: O chamado para o ministério é diferente em, pelo menos, três sentidos: (1) não se baseia em tendências, mas no chamado de Cristo mediante o conhecimento de sua vontade e o testemunho interno do Espírito Santo; (2) não objetiva uma profissão nem um cargo para realização pessoal, mas uma posição de serviço que requer abnegação e transformação do caráter; e (3) implica o cumprimento exemplar de obediência á Palavra de Deus em todo o processo de crescimento espiritual, na capacitação e habilidade para a pregação e o cuidado publico e individual. Como disse Paulo, o Senhor dotou homens para o ministério e os concedeu á igreja.

<sup>191</sup> PETERSON. (Op. cit) p. 1.

tempo a vida e todo o coração e mente estejam centrados nela como rebanho do Senhor. Seja uma grande e imponente catedral ou uma pequenina igreja rural é o rebanho do Senhor nas mãos de um pastor. Não há como dividir o seu cuidado com nada mais. Mais do que nunca, em qualquer época ou tempo, é importante olhar para o Supremo Pastor, antes que a consciência esmaeaça, o foco seja afastado, ou as convicções da ordenação ao sagrado ministério adulteradas.<sup>192</sup> A igreja e o mundo precisam de pastores que almejem o ministério como o mais empolgante dos desafios e o mais excelente dos alvos. Pastores que não se dobrem diante dos perigos da vocação, mas que aguardem a manifestação do Supremo Pastor (1 Pe 5: 4).

---

<sup>192</sup> PETERSON. (Op. cit) p. 16 e 214.

## CONCLUSÃO

É possível conhecer o pensamento bíblico e as tradições católico-romana e protestante histórico reforma sobre a teologia da vocação ministerial.

A trajetória na narrativa bíblica do pastoreio de Deus sobre o seu povo de modo exclusivo e inclusivo sobre toda a humanidade possui suas raízes na história hebraica nos tempos mais remotos. O Deus de Israel, se revelou ao seu povo como o guia, protetor, hospedeiro e salvador. O processo desta manifestação do pastoreio foi dinâmico e avançou até a manifestação do Supremo Pastor Jesus Cristo.

O Supremo Pastor teve o seu pastoreio apontado através reis, profetas, sacerdotes que possuíam no Antigo Testamento a designação para um pastorado. Contudo, muitos deles sucumbiram diante de suas próprias fraquezas e limitações humanas. Por outro lado, foi acalentada a esperança da chegada do Supremo Pastor.

Em sua caminhada terrena no exercício do seu pastoreio o Supremo Pastor rompeu limites e convenções comumente praticadas pelos religiosos de sua época. Assim, ele estabeleceu uma nova direção na busca dos que estavam perdidos ou das ovelhas desgarradas do seu rebanho; também trouxe igualdade para as diferentes categorias de pessoas existentes na sociedade, cultura e religião judaica, mostrando que homens e mulheres, crianças e jovens, leprosos e não leprosos poderiam ser encontrados pelo Supremo Pastor.

Hoje, o Supremo Pastor Jesus Cristo, exerce o seu pastoreio através da Igreja. Inicialmente com os Santos Apóstolos que foram o fundamento, a base de todo o edifício, tanto sua estrutura, natureza quanto a sua caminhada. Através da Igreja, Jesus Cristo utiliza homens e mulheres que ouviram a sua voz. Estes compreenderam que as Escrituras são o principal instrumento missionário e a maior manifestação da missão do Cristo na existência é o serviço a homens e mulheres carentes do amor de Deus, que é a tradução da letra da Escritura em atos de vida. Assim, a *missio Dei* é a plenitude do pastoreio de Jesus Cristo vivenciado por sua Igreja nas mais diferentes e plurais realidades existências, sociais e comunitárias. Esse organismo vivo é a agencia do pastoreio.

A tradição católico-romana trouxe para o contexto de pastoreio do povo de Deus a realização de concílios Gerais ou Ecumênicos que dissiparam dúvidas, resolveram polemicas históricas e clarificaram o caminho a ser trilhado, observando o texto das Escrituras Sagradas e o contexto que viveram os crentes em suas próprias épocas. As contribuições do Concílio Ecumênico Vaticano II foram fundamentais para construção de pontes com os demais ramos do Cristianismo e sua aplicação através do Sinodo Geral dos Bispos e especialmente através da Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores Dabo Vobis*, trouxe formação, perspectiva de relacionamentos fraternos e até possibilidade de unidade no essencial para a Igreja Cristã nos dias atuais.

A tradição protestante-histórica em sua expressão reformada-presbiteriana também aponta a densidade da teologia da vocação ministerial e na maioria dos postulados defendidos por teólogos tanto no ambiente da Reforma do século XVI quanto nos dias atuais não diferencia dos demais ramos do cristianismo.

Essencialmente é importante observar que na teologia da vocação a partir desta pesquisa são conexões entre os cristãos de todas as épocas e nos dias de hoje católicos e protestantes:

1. As Sagradas Escrituras são a base, a matriz e a fonte geradora do conhecimento teológico e o principal conector entre os cristãos. A conteúdo das Sagradas Escrituras ultrapassa aos pontos periféricos de interpretações ou tradições e a essência da Palavra de Deus é o Verbo, a Palavra Encarnada, o Supremo Pastor, Jesus Cristo, o Filho de Deus.
2. O pastoreio de Deus nas Sagradas Escrituras no Antigo Testamento apontava para o Supremo Pastor, o exercício do pastoreio de Deus no Novo Testamento através do Supremo Pastor Jesus, ultrapassou as barreiras religiosas e culturais do judaísmo e das tradições vigentes na época para buscar a ovelha perdida, alimentar a multidão faminta e enxergar os perdidos em suas dimensões mais estranhas como a moeda perdida, a ovelha perdida e o filho perdido. O Pastoreio de Deus através dos Santos Apóstolos perpetuou a mesma dinâmica do Pastoreio do Supremo Pastor e o Concílio da Jerusalém ao se reunir para resolver uma questão de tradição estabeleceu que ser cristão não era um proselitismo de gentios ou judeus, mas uma transformação de

vida pelo Espírito Santo, levando homens e mulheres ao encontro com o Supremo Pastor.

3. A Igreja em sua expressão Católica Romana colaborou com a expansão do Reino de Deus ao formatar ao longo dos séculos mecanismos de recrutamento, formação e cuidado com seus pastores. É considerado como ápice desta colaboração o documento *Pastores Dabo Vobis* por sua biblicidade, sistematização e didática teológica e aplicabilidade ao contexto pastoral na maioria dos ambientes onde se prepara ministros para servirem ao Evangelho do Reino. Este documento, é um conector importante e pode se tornar um ponto de partida para discutir a teologia da vocação pastoral entre pastores católicos e pastores protestantes.
4. A Igreja em sua expressão Protestante Histórica apontou a necessidade de maior conexão dos crentes na transmissão do Evangelho. O Sacerdócio Universal dos Crentes levantado por Martinho Lutero, seguido por Calvino e pela tradição protestante tornou-se um fator de conexão com os demais ramos do Cristianismo, pode-se também tornar-se um ponto de partida para discutir a teologia da vocação pastoral entre pastores protestantes e pastores católicos. Neste aspecto, as terminologias e modelos de administração e até rituais parecem diferentes, mas ao estudo com profundidade dos princípios e da prática da Igreja em suas expressões percebe-se que se busca o mesmo caminho: cuidar do povo de Deus, pastorear a Igreja que foi comprada com o sangue do Cordeiro.

Outros pontos de conexão poderiam ser apontados nesta pesquisa, mas a sua essência é conduzir a prática de algumas contribuições para a teologia da vocação pastoral com ações concretas. Assim, propõem-se uma agenda mínima para reflexão, aproximação e comunhão entre Sacerdotes (pastores) Católicos e Pastores Reformados. Um lastro acadêmico teológico mínimo é necessário para que não haja uma sobreposição e conflitos de tradições populares sobre conhecimento bíblico ou tradições teológicas.

Agenda Mínima para Estudo da Teologia da Vocação Pastoral pode ser desenvolvido em 04 (quatro) fases:

Na primeira fase, busca-se o recrutamento e convencimento de 05 (cinco) Pastores Reformados e 05 (cinco) Sacerdotes Católicos que se comprometam ao estudo e colaboração mutua, todos com formação teológica mínima em Seminário Maior e com disposição de respeitar as diferenças dogmáticas, litúrgicas e hierárquicas que ultrapassam ao estudo da vocação da teologia pastoral. A base teológica para estabelecimento da discussão será o Credo Apostólico, confissão mais antiga da Igreja e comum a todos os ramos do Cristianismo. Também assumem nesta fase o compromisso de oração pelo grupo e pelo ministério de todos os envolvidos. Um prazo razoável para esta fase é de 06 (seis) meses.

Na segunda fase, o grupo formado inicia contatos através de redes sociais ou um Grupo de E-mails específico com o propósito de trocar pequenos textos, ensaios teológicos e contribuições pessoais para o tema proposto. Prepara-se para um encontro presencial no qual o conhecimento individual e coletivo pode ser facilitado através de um colóquio sobre um dos temas da teologia da vocação pastoral, como: o chamado, a formação permanente dos pastores, etc. Um prazo razoável para esta fase é de 06 (seis) meses.

Na terceira fase, o grupo parte para o estudo de um texto católico (sugere-se o documento *Pastores Dabo Vobis*) e um texto protestante que aborde o sacerdócio universal dos crentes ou outro assunto de interesse. Nesta fase, o grupo se submete a avaliar de forma prática como o texto pode interagir com sua prática pastoral e quais são as contribuições que os membros do grupo podem oferecer aos assuntos levantados nos textos estudados. Um prazo razoável para esta fase é de 06 (seis) meses.

Na quarta fase, o grupo promove ações concretas em suas igrejas particulares, sempre com o conhecimento e aprovação prévia de seus superiores, observando que o grupo ao longo de 18 (dezoito) meses terá a oportunidade de desenvolver a amizade, comunhão e interação em outros assuntos da vida pessoal e da vida ministerial.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **I. DOCUMENTOS**

#### **1.1 SAGRADA ESCRITURA**

BIBLIA: Bíblia Sagrada. Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

\_\_\_\_\_: Bíblia Sagrada. Ed Revista e Atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999

#### **1.2 MAGISTÉRIO**

DOCUMENTOS DA IGREJA. Concilio Vaticano (2.: 1962-1965). Vaticano II: mensagens, discursos e documentação / tradução Francisco Catão. 2. Ed – São Paulo: Paulinas, 2007

João Paulo II. Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a formação dos Sacerdotes – *Pastores Dabo vobis*: 8ª edição. São Paulo: Paulinas, 2015

Catecismo da Igreja Católica. São Paulo: Edições Loyola, 2011

#### **1.3 OUTROS DOCUMENTOS DA IGREJA**

Confissão de Fé de Westminster (1643-1649). 13ª edição brasileira. São Paulo: Cultura Cristã, 2005

Manual Presbiteriano: Constituição, Código de Disciplina e Principios de Liturgia. Igreja Presbiteriana do Brasil. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

Vocação: *Preparo para o ministério pastoral* .Junta de Educação Teológica da Igreja Presbiteriana do Brasil. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

### **II. ARTIGOS**

BEVANS, SB. *Revisiting mission at Vatican II: theology and practice for today's missionary church*. *Theological Studies*. 74, 2, 261-283, June 2013.



<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN=ATLA0001942183&site=ehost-live>

ERNST, DJ. *The Call*. Clergy Journal. 82, 5, 33-34, Mar. 2006.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN=20282441&site=ehost-live>

DYCK, S. *Leadership: a calling of courage and imagination*. Journal of Religious Leadership. 11, 1, 113-138, 2012.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN=ATLA0001915043&site=ehost-live>

GEORGE, SK. *Report on Pope Francis and the 2013 World Youth Day*. International Bulletin of Missionary Research. 38, 2, 74-78, Apr. 2014.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN=ATLA0001979196&site=ehost-live>

HANKLE, D. *The Psychological Processes of Discerning the Vocation to the Catholic Priesthood: A Qualitative Study*. Pastoral Psychology. 59, 2, 201-219, Apr. 2010.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN=48587186&site=ehost-live>

INMAN, AE. *High and sacred calling*. The Tablet. 268, 9059, 15, July 26, 2014.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=vah&AN=CPLI0000587535&site=ehost-live>

KENNEDY, R. *Introduction: the sacred calling of history*. Fides et historia. 35, 2, 1-6, Sept. 2003.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN=ATLA0001552608&site=ehost-live>

KOLB, R. *God calling, 'Take care of my people': Luther's concept of vocation in the Augsburg Confession and its Apology*. Concordia Journal. 8, 1, 4-11, Jan.

1982.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN=ATLA0000789553&site=ehost-live>

MCGILL, WJ. *The Calling: George Herbert, R S Thomas and the Vocations of Priest and Poet*. *Anglican Theological Review*. 82, 2, 371-389, 2000.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN=ATLA0000918732&site=ehost-live>

MEIER, JP. *Biblical reflection: the Jerusalem Council -- Gal 2:1-10; Acts 15:1-29*. *Mid-Stream*. 35, 4, 465-470, Oct. 1996.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN=ATLA0001708458&site=ehost-live>

MILLIES, SP. *A sacred calling: recovering what politics is -- and is not*. *America*. 214, 11, 14-17, Mar. 28, 2016.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=vah&AN=ATLAn3859744&site=ehost-live>

PORTER, N. *The Christian ministry as a profession and a sacred calling: a few thoughts for students in our colleges and their friends*. *Andover Review* (Boston, Mass.). 1, 4, 345-363, Apr. 1884.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN=ATLA0001259250&site=ehost-live>

PRICE, JM. *Undergraduate perceptions of vocational calling into missions and ministry*. *Missiology*. 41, 1, 87-96, Jan. 2013.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN=ATLA0001937548&site=ehost-live>

RAYBURN, RS. *Three Offices : Minister, Elder, Deacon*. *Presbyterion*. 12, 2, 105-114, 1986. Contrary to G. W. Knight

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN=NTA0000003295&site=ehost-live>

SCHALLER, C. *La eclesiología del Concilio Vaticano II en los escritos de Joseph Ratzinger*. Scripta Theologica. 46, 3, 677-691, Dec. 2014.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN=ATLA0001999542&site=ehost-live>

WEDIG, ME. *Postmodernity, the new faithful, and challenges to liturgical ministry*. Liturgical Ministry. 17, 1, 30-38, 2008.

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN=ATLA0001633374&site=ehost-live>

### III. DICIONÁRIOS

BROWN, C. *O Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1983.

BUCKLAND, A. R. (1988). *Dicionário Bíblico Universal*. São Paulo: Vida, 1984.

CARPENTER, E. E., & Comfort, P. *Holman treasury of key Bible words 200 greek and 200 hebrew words defined and explained*. Nashville, TN: Broadman & Holman Publishers, 2000.

CHAMPLIN, R. N. *Enciclopédia de Bíblia Teologia e Filosofia*. São Paulo: Candeia, 1991.

DAVIS, J. D. *Dicionário da Bíblia* (19a. ed.). Rio de Janeiro: JUERP-CANDEIA, 1996.

DOUGLAS, J. *O Novo Dicionário da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova, 1990.

DUCAN, L. *Apascenta o meu rebanho*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

DUFOUR, X. L. *Vocabulário de Teologia Bíblica Barcelona*: Editorial Herder, 1965

EASTON, M. G. *Easton's Bible dictionary*. New York: Harper & Brothers, 1893

ELWELL, W. A. (Org.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja crista*. Vol. 3. São Paulo: Edições Vida Nova, 1990.

KITTEL, G. *Dicionário Teológico do Novo Testamento* (1a ed., Vol. II). São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

HALLEY, H. H. *Manual Bíblico* (5a. ed.). São Paulo: Vida Nova, 1984.

LÉON-DUFOUR, X. *Vocabulário de teologia bíblica*. 7ª edição. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

MATEOS, J., & BARRETO. *Vocabulário Teológico do Evangelho de São João*. São Paulo: Paulinas, 1989.

MATTING, G. L. *The HarperCollins Bible Dictionary*. New York: HaperCollins, 2011.

MEYES, A. C. *The Eerdmans Bible dictionary*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1987

MONLOUBOU, L. *Dicionário Bíblico Universal* (2a. ed.). (F. M. Buit, Ed.) Aparecida, SP: Santuario/Vozes, 2003.

VANGEMEREN, W. A. *Novo Dicionário Internacional de Teologia e Exegese do Antigo Testamento* São Paulo: Cultura Cristã, 2011

SHEPHERD, T. J. *The Westminster Bible Dictionary*. Philadelphia: Presbyterian Board of Publication, 1880.

#### **IV. LIVROS**

ADAMS, H. *Calling men for the ministry*. St. Louis: Bethany Press, 1945.

ARISTOTELES. *Ética a Nicomaco*. Sao Paulo: Nova Cultural, 1995

ARMSTRONG, J. *O ministério Pastoral segundo a Bíblia*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

BARCLAY, W. *El Nuevo Testamento, Juan*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones La Aurora, 1984

BARCLAY, W. *El Nuevo Testamento, Juan II*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones La Aurora, 1984.

BATISTA, M.S. *Vocação Pastoral: resgate, prepare e desafios*. Sao Paulo: Fonte Editorial, 2015.

BAXTER, R. . *Manual Pastoral do Discipulado*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

\_\_\_\_\_. *O pastor aprovado*. São Paulo: PES, 1989.

BERKHOF, L. *Teologia sistemática*. Campinas: Luz para o caminho, 1990.

BLOCK, D. *Ezequiel (Vol. 2)*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

BRUCE, F. F. *João - Introdução e Comentário*. São Paulo: Vida Nova/Mundo Cristão, 1987.

CALVIN, John. *Commentaries on the Book of Prophet Jeremiah and Lamentations*. Michigan, USA: Baker Books, 2003.

CALVINO, J. *As institutas da religião cristã*. 1ª edição em português, 4 volumes.

São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

\_\_\_\_\_. *As pastorais*. São Paulo: Edições Paracletos, 1998.

CARSON, D. A. *O Comentário de João*. São Paulo: Shedd Publicações, 2007.

CAMPOS, H. C. *O ser de Deus e suas obras – A providência*. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.

CÉSAR, K. M. *Vocação: Perspectivas Bíblicas e Teológicas*. Viçosa: Ultimato, 2001.

CLOWNEY, E. *Called to the ministry*. New York: Presbyterian and Reformed Publishing, 1964

CRISWELL, W.A, *Guidebook for pastors*, Nashville: Broadman, 1980.

FELLER, V. *Ser padre hoje*. Sao Paulo: Editora Ave-Maria, 2013.

FICHTER, J. H. *Religion as an occupation*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1961.

GOMES, W. M. *Sal da Terra... em terras dos brasis*. 1ª edição. Brasília: Refugio, 1985.

GOMES, A. M. *Teologia Ciencia e Profissão*. São Paulo: Fonte Editorial.2005.

GOMES, D. C. *Calvino e a influencia do seu pensamento*. São Paulo: Mackenzie, 2012.

GONZALES, J. L. *Ministério vocação ou profissão*. São Paulo: Hagnos, 2012.

GRENZER, M. *Pastoreio e hospitalidade do Senhor Exegese do Salmo 23*. Atualidade Teologica. Ano XVI, n. 41, 2012.

GUINNESS, O. *O chamado*. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.

HARMAN, A. *Salmos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011

HARVEY, D. *Eu sou Chamado? A vocação para o ministério pastoral*. São José dos Campos: Fiel, 2012.

HENDRIKSEN, W. *Comentário do Novo Testamento - Exposição do Evangelho de João*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

HODGE, C. *Teologia sistemática*. São Paulo: Hagnos, 2001.

JEFFERS, J. S. *The Greco-Roman World of the New Testament Era: Exploring the Background of Early Christianity*. Downers Grove, IL, USA: InterVarsity Press, 1999.

JEREMIAS, J. *Teologia do Novo Testamento*. Sao Paulo: Hagnos, 2008

KEENER, C. S. (2003). *The Gospel of John: A Commentary*. Peabody, Massachusetts, USA: Hendrickson Publishers, 2003

KIDNER, D. Salmos 1-72 (2a ed.). São Paulo: Vida Nova e Mundo Cristão, 1981.

KIDNER, D. Gênesis. São Paulo: Vida Nova e Mundo Cristão, 1985

KISTEMAKER, S. *Comentário do Novo Testamento, Atos*. Sao Paulo: Cultura Cristã, 2006.

LATUORELLE, R. *Vatican II Assessment and Perspectives*. Vol Two. New York: Paulist Press, 1989

LÉON-DUFOUR, X. *Leitura do Evangelho segundo João*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LLOYD-JONES, D. M. *Pregação e pregadores*. 1ª edição. São Paulo: Fiel, 1984.

LORO, M. *Ser consagrado hoje*. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2013

LUTERO, M. *Commentary on the epistle to the Galatians*. Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1949.

\_\_\_\_\_. *Obras Seleccionadas - vol. 2*. São Leopoldo: Sinodal e Concórdia, 2000.

MACARTHUR JR, J. *Redescobrimo o ministério pastoral*. Rio de Janeiro: CPAD, 1998.

MATEOS, J., & BARRETO, J. *O Evangelho de São João*. São Paulo: Paulinas, 1989

NELSON, J. O. (org). *Work and vocation in Scripture, a Christian discussion*. Nova York, 1954.

OLIVEIRA, J. *Teologia da Vocação* (1a. ed.). São Paulo: [Autor], 2000

PAGOLA, J. A. *O Caminho aberto por Jesus*. São Paulo: Vozes, 2013.

PETERSON, E. H. *A vocação espiritual do pastor*. São Paulo: Mundo Cristão, 2006.

\_\_\_\_\_. *Um pastor segundo o coração de Deus*. Rio de Janeiro: Textus, 2001.

PETERSON, E. H. e DAWN, M. J. *O pastor desnecessário*. Rio de Janeiro: Textus, 2001.

PLATAO. *A Republica*. Sao Paulo: Martin Claret, 2000

SANTOS, J. B. *O presbitero católico: uma identidade em transformação*. Aparecida: 2010.

SCHNELLE, U. *Teologia do Novo Testamento*. Santo André: Academia Cristã, 2010.

SENIOR, D., & S. C. *Os Fundamentos Bíblicos da Missão*. Santo André: Academia Cristã, 2010

SPURGEON, C. H. *Lições aos meus alunos*. São Paulo: PES, 1990.

SIMONTON, A. G. *Diário 1852-1867*. 1ª edição. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1982.

STOTT, J. *A Mensagem de Atos*. São Paulo: ABU Editora, 1993.

STRONG, A. H. *Systematic theology*. 36ª edição. Valley Forge: Judson Press, 1996.

TAYLOR, J. B. *Ezequiel*. São Paulo: Vida Nova e Mundo Cristão, 1984.

TRIPP. P. *Vocação Perigosa*. São Paulo: Cultura Cristã, 2014

VEITH, Gene Edward Jr. *Deus em ação*, São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

WALTER, B. K. *Gênesis*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.



WHITLOCK, G. E. *From call to service – the making of a minister*. Filadélfia, Westminster Press, 1968.